

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Claudia de Freitas Vidigal

Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos jovens

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2020



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Claudia de Freitas Vidigal

Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos jovens

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Jane Paris Spink.

São Paulo

2020

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação de mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

V653 Vidigal, Claudia de Freitas
Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos jovens
/ Claudia de Freitas Vidigal. -- São Paulo:
[s.n.], 2020.
120p ; 21,0 x 29,7 cm.

Orientador: Mary Jane Paris Spink.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia
Social, 2020.

1. Apadrinhamento afetivo. 2. Convivência
familiar. 3. Práticas afetivas. 4. Acolhimento. I.
Spink, Mary Jane Paris . II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Psicologia Social. III. Título.

CDD 150

Claudia de Freitas Vidigal

Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos jovens

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Jane Paris Spink

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dedico esse texto, reflexões e achados, a todos os colaboradores do Instituto Fazendo História,
com quem aprendo e me inspiro, há muitos anos, todos os dias.

Às minhas amigas e fundadoras do Instituto, junto comigo: Clarissa Temer e Renata Marmelsztejn,
aos meus companheiros de conselho,
a todos os profissionais, especialmente às colegas com quem compartilhei muitos anos de minha
trajetória: Isabel Penteado, Tatiana Barile, Debora Vigevani, Mahyra Costivelli e Maira Bertanha.

E com brilho e admiração especial, a quem se dedica voluntariamente a fazer
a história das crianças e adolescentes do Brasil mais bonita.

A cada colaborador do Fazendo Minha História,
a cada família acolhedora,
a todos os padrinhos e madrinhas afetivo/as que existiram,
aos que existem e aos que ainda existirão.

AGRADECIMENTOS

Aos 12 anos de idade, comecei a fazer um trabalho voluntário na comunidade do Jaguaré, em São Paulo. A vulnerabilidade estava ali em tudo: na rua suja e mal cuidada, nos olhares para as nossas roupas e acessórios que denunciavam a diferença, a desigualdade, o distanciamento entre o meu mundo e aquele que estava começando a conhecer. A miséria era reconhecida na fome da hora do lanche. Eu queria estar ali e perceber na pele, sentir na veia o mundo e seus abismos, e desejei profundamente me tornar vetor de aproximação. Assim, agradeço primeiramente aos meus pais, Sonia e Guto, por sempre me incentivarem em minhas trilhas próprias, confiando, de verdade, que eu acharia o caminho. Meu desejo profundo se realiza diariamente nas minhas ações no mundo, parece que estou na trilha certa e vocês continuam me incentivando. Sou uma pessoa de muita sorte.

Obrigada aos meus filhos Thomaz e João Pedro, e ao meu marido Zolino, por me acompanharem bem de pertinho nessa trilha. Às vezes me guiando, às vezes carregando a minha mochila. Me oferecendo água, descanso e, sobretudo, se deslumbrando junto comigo com as surpresas do caminho. Família querida, vocês foram de incrível generosidade e parceria, espero ter a chance de cuidar de cada um de vocês da mesma forma, nos seus tantos projetos que ainda virão.

A potência do encontro humano sempre me encantou. Em tudo o que faço na vida, a maior clareza sobre meu lugar no mundo tem a ver com isso: o valor que percebo, crio e dou para encontros entre as pessoas, potentes, transformadores e aproximadores. Ouvir e aprender com os jovens sobre a experiência dos encontros e desencontros que o apadrinhamento afetivo trouxe para suas vidas foi um privilégio.

Assim, meu imenso agradecimento é para eles, jovens, que se abriram para essa conversa aberta comigo. Tomás, Miguel, Maria, Monica e Patrícia¹: muito obrigada, cada um de vocês me tocou e me transformou.

Em seguida, meu agradecimento vai a todos os padrinhos e madrinhas que se aventuram nessa jornada, cientes das incertezas dessa relação. Muita admiração pelo desejo legítimo de cuidar dos filhos dos outros e dos *filhos de ninguém*. Essa escolha linda e ousada de se tornar madrinha ou padrinho é um ato pleno de cidadania.

¹ Os nomes aqui utilizados são fictícios e foram escolhidos pelos jovens participantes.

Agradeço às minhas queridas colegas de Instituto Fazendo História pela trajetória de cuidado e competência que compartilhamos, viabilizando tantos projetos. Agradecimento especial à Clarissa Temer, à Isabel Penteado e à Camila Werneck de Souza Dias, com quem sonho e realizo junto, há anos, de forma tão intensa, tolerante e amorosa. Obrigada, minhas queridas sócias de sonho.

Agradeço aos meus colegas do Núcleo de Práticas Discursivas no Cotidiano, em especial ao Rubens Espelho, que me apoiou nesse exercício de humildade que é a pesquisa acadêmica, iluminando minhas potências e se tornando um amigo querido, no cotidiano.

Lurdinha Trassi, muito obrigada a você que aceitou compor a minha banca e o fez como tudo que faz: com dedicação e profundidade. Agradeço também pela provocação para iniciar o mestrado, pela palavras doces, firmes e francas, e por sempre me fazer crescer.

Obrigada também à minha ídola querida, Jane Valente, por aceitar ser parceira também nessa jornada acadêmica, além da parceria cotidiana, em tantos outros projetos, buscando um acolhimento mais humano, em todos os sentidos. Sua combinação de simplicidade, competência, sensibilidade e capacidade de ação é irretocável.

Agradeço à Professora Dra. Mary Jane Spink, minha orientadora, pela acolhida que sempre me ofereceu, pela generosidade com minha inexperiência de pesquisadora, apontando caminhos e acertando prumos. Sua fala mansa, tão marcante quanto sua exigência acadêmica, deixam em mim marcas importantes para pesquisas e projetos futuros. Aprendi contigo bem mais do que os meus objetivos de pesquisa declaram.

Por fim, obrigada a você, leitor, pelo interesse. Que a leitura deste texto seja um encontro entre o seu cotidiano e as práticas afetivas que estamos apresentando. Que seja um encontro potente.

RESUMO

VIDIGAL, C. de F. **Apadrinhamento afetivo**: a perspectiva dos jovens. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

O apadrinhamento afetivo é uma estratégia para que crianças e adolescentes em serviços de acolhimento tenham a oportunidade de construir e usufruir de uma relação duradoura e afetiva, com uma pessoa, um casal ou uma família de referência. A contribuição desse tipo de relação para crianças e adolescentes ainda é pouco pesquisada no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa é compreender como o afeto aparece nessas relações. Iremos primeiro compreender como o apadrinhamento afetivo vem se inserindo na sociedade brasileira, ao longo do tempo e, em seguida, conhecer a diversidade de atividades que são desenvolvidas no contexto do apadrinhamento afetivo, onde as práticas afetivas são identificadas e analisadas, sob uma perspectiva construcionista. As entrevistas com jovens que participaram do apadrinhamento afetivo do Instituto Fazendo História (São Paulo) nos apresentam a diversidade, tanto de práticas afetivas, quanto de perspectivas desta relação. No encontro com a pesquisadora, os jovens puderam compartilhar versões singulares sobre a experiência e identificar novos sentidos para as situações vividas. Esperamos contribuir para que programas de apadrinhamento afetivo em todo país possam conhecer aspectos dessa relação ainda pouco compreendidos, ampliando a percepção sobre os riscos, limites, riquezas e possibilidades desta oportunidade de aprendizagem de afeto que o apadrinhamento afetivo pretende oferecer.

Palavras-chave: Apadrinhamento afetivo; Afeto; Convivência familiar; Práticas afetivas; Acolhimento.

ABSTRACT

VIDIGAL, C. de F. **Mentoring in foster care:** the perspective of the young people . 120 p. Dissertation (Master degree in Social Psychology) – Postgraduate Program in Social Psychology, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Mentoring within foster care is a strategy so that children and adolescents in foster care have the opportunity to build and enjoy a lasting and affective relationship with a person, couple or family of reference. The contribution of this type of relationship for children and adolescents is still little researched in Brazil. The main objective of this research is to understand how affection appears in these relationships. We will first understand how mentoring in foster care has been inserted in Brazilian society, over time, and then learn about the range of activities that are developed in the context of the relationship, where affective practices are identified and analyzed, under a constructionist perspective. The interviews with young adults who have participated in the Instituto Fazendo História (São Paulo) show us the diversity, both in affective practices and in the perspectives of this relationship. During the interviews, young adults were able to share singular versions of the experience and identify new meanings for the situations they experienced. We hope to contribute so that mentoring in foster care programs across the country can get to know aspects of this relationship that are still poorly understood, expanding the perception of the risks, limits, riches and possibilities of this opportunity to learn about affection that intends to offer.

Keywords: Mentoring; Foster care; Affection; Family life; Affective practices.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação para o Bem-Estar do Menor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFH	Instituto Fazendo História
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OTs	Orientações Técnicas
PL	Projetos de Leis
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Convivência Familiar e Comunitária
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SUJEITOS DE DIREITOS.....	26
1.1 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária	30
2 APADRINHAMENTO AFETIVO	40
2.1 Revisão bibliográfica: sobre o apadrinhamento afetivo.....	41
2.1.1 Uma passagem pela bibliografia internacional	44
2.2 Das referências ao termo em documentos oficiais até a prática no país.....	47
2.3 Sobre o programa de Apadrinhamento Afetivo do Instituto Fazendo História ...	53
3 CONCEITUANDO AFETO	57
3.1 Referências fundamentais	57
3.2 Novos aportes teóricos: Giro afetivo	59
3.2.1 Sobre as relações sociais como práticas afetivas: a proposta da psicologia discursiva na voz de Margaret Wetherell	62
3.3 Cada sujeito, um sentido	63
4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	67
4.1 Objetivo	67
4.1.1 Objetivos específicos	67
4.2 As etapas da pesquisa	67
4.3 Sobre as entrevistas	69
4.4 Sobre o método de análise	70
4.4.1 Categorias de análise	70
5 APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	71
5.1 O apadrinhamento afetivo na perspectiva de nossos interlocutores.....	71
5.1.1 Mônica, 19 anos: <i>O santo bateu</i>	71
5.1.2 Patrícia, 19 anos: <i>Ninguém é de ferro</i>	74
5.1.3 Tomás, 21 anos: <i>A gente comemora mesmo!</i>	76
5.1.4 Maria, 19 anos: <i>Sempre minha vida é uma dor</i>	77
5.1.5 Miguel, 20 anos: <i>É para sempre</i>	79
6 ANÁLISE: PRÁTICAS AFETIVAS.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	117
Apêndice A - Roteiro de entrevista, perguntas norteadoras	117
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	118
Apêndice C - Metodologia de análise.....	120

INTRODUÇÃO

A medida protetiva de acolhimento é uma medida excepcional, temporária e provisória prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 (BRASIL, 1990), que deve ocorrer como última alternativa de medida protetiva, quando os direitos da criança ou do adolescente foram ameaçados ou violados. Nestes casos, a criança ou o adolescente separado de sua família, irá ficar sob responsabilidade de serviços de acolhimento até que a justiça defina sobre a possibilidade de retorno ou não para sua família de origem ou extensa.

Existem no Brasil cerca de 47 mil crianças e adolescentes separados de suas famílias (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019)² pela medida de acolhimento. Há 3 principais modalidades de acolhimento hoje no Brasil para crianças e adolescentes descritas no documento oficial que orienta a medida: Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009).

- Casa Lar, deve ter até 12 crianças com um educador residente.
- Abrigo institucional, deve ter até 20 crianças e adolescentes e educadores trabalhando em turnos
- Serviço de acolhimento em família acolhedora: quando uma família acolhe, de forma voluntária, uma criança, um adolescente ou um grupo de irmãos.

Nos três casos, falamos de serviços que têm uma equipe técnica, com coordenação, psicólogo e assistente social para apoiar o trabalho direto de acolhimento, assim como o de reintegração familiar,

Mais de 90% de nossas crianças está em acolhimento institucional e não familiar³. Muitos deles, contrariando a legislação vigente, permanecem nos serviços de acolhimento por períodos prolongados, exigindo caminhos alternativos para se efetivar a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O apadrinhamento afetivo é uma alternativa que visa propiciar experiências em família e na comunidade, especialmente para crianças e adolescentes com experiência de acolhimento prolongado (mais de 18 meses) e poucas chances de retorno familiar ou adoção. A proposta metodológica de programas de apadrinhamento afetivo é a de facilitar vínculos estáveis e duradouros entre crianças e adolescentes acolhidos e pessoas que demonstrem interesse em

² Número de acolhidos na data da consulta realizada em julho de 2019. Informação pública disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça.

³ O Censo SUAS é um instrumento do Governo Federal que desde 2010 levanta dados referentes ao sistema único de assistência social. Os dados aqui apresentados são do Censo SUAS 2017. Disponível em: <https://dados.gov.br?dataset/censo-suas>. Acesso em: 12 nov. 2019.

construir uma relação com uma criança ou um adolescente, a fim de proporcionar vivências com a comunidade, assim como com membros de suas redes de relações familiares e sociais.

A estratégia alcançou um maior *status* de importância com a sua descrição e recomendação no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Convivência Familiar e Comunitária - doravante denominado PNCFC (BRASIL, 2006) - e logo em seguida, ao ser recomendado nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009). Entretanto, foi com a aprovação do apadrinhamento afetivo pela Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017) que tal estratégia passa a fazer parte do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990 (BRASIL, 1990). Ocorre que existem poucos estudos que possam ampliar nossa compreensão de como essa relação é vivenciada por cada criança, adolescente e jovem acolhido.

Com a promoção substancial do apadrinhamento afetivo, após se tornar lei, parece-nos importante promover pesquisas científicas, quantitativas e qualitativas, sobre tal estratégia, apoiando o movimento crescente em todo território nacional para que possamos oferecer programas de apadrinhamento cada vez mais qualificados, que considerem o conhecimento acumulado sobre o tema, a perspectiva de gestores públicos, trabalhadores do sistema de garantia de direitos, madrinhas e padrinhos, de afilhados e afilhadas.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como as práticas afetivas ocorrem nas relações entre madrinhas, padrinhos e afilhados/as, na perspectiva dos afilhados e afilhadas. Especificamente a pesquisa apresenta um levantamento histórico de como o apadrinhamento afetivo vem contribuindo com o direito à convivência familiar e comunitária ao longo do tempo. Em seguida, busca caracterizar a partir de entrevistas com 5 jovens, a diversidade de atividades que são desenvolvidas no contexto do apadrinhamento afetivo e, por fim, compreender, através da análise de descrições de cenas do cotidiano, como as práticas afetivas se manifestam nessas relações.

Fazendo a Minha História

Peço licença ao leitor para contar parte de minha história, revisitá-la fez com que a minha dissertação ganhasse um novo sentido que gostaria de compartilhar.

Entrei pela primeira vez em uma instituição de acolhimento em 1994. Naquele momento, entrava na Unidade de da FEBEM (Fundação para o Bem-Estar do Menor) que ficava no Pacaembu, a Sampaio Viana. Eram cerca de 400 crianças vivendo ali, enfileiradas em grandes salas, em berços ou camas que nada tinham de acolhedores. Enxerguei no primeiro

cruzamento de olhar com diversas crianças a dor, a apatia, as consequências da institucionalização prolongada, que promovia a falta de vínculos afetivos potentes. Havia esforços da gestão e da equipe técnica para que cada um pudesse ter seus nomes nos berços, sendo assim chamado pelo nome pelos inúmeros educadores que se revezavam em turnos para seus cuidados. Havia um programa bem estruturado de voluntariado que promovia a estimulação individualizada para cada criança, foi ali que me encaixei.

Os encontros com a Natali ocorriam na Sampaio Viana, duas vezes por semana, por duas horas. Com quase dois anos de idade, ela não falava, não andava, tampouco engatinhava. Não sorria e não pedia nada. Nossos encontros foram transformadores, para ela e para mim. Ela se tornou uma menininha mais sorridente, aprendeu a engatinhar e andar nos jardins da unidade. Quanto a mim, reconheci em mim o desejo de nunca mais deixar aquele universo. Trabalhar com crianças e adolescentes que foram separados de suas famílias, se tornou uma meta pessoal, um projeto, uma realidade que se faz presente na minha vida há 25 anos, desde o potente encontro com a Natali, em 1995.

Após a Sampaio Viana, passei a escolher eletivas ligadas a este tema na faculdade, como *Criança em Situação de Risco*, e segui para um estágio supervisionado na Casa de Convivência Pitangueiras. Era um novo modelo de abrigo institucional, que permanece até hoje bastante similar, com 20 crianças de todas as idades. A casa já era resultado de uma primeira “onda” de reordenamento das instituições de acolhimento, em resposta ao Estatuto da Criança e do Adolescente, já com 7 anos. Os desafios da equipe técnica eram de criar um abrigo com cara de casa, com oportunidades de convivência entre todos, um olhar mais individualizado e o início de um olhar para fora: família e comunidade. Difícil, mas inspirador.

No consultório particular, meus primeiros pacientes foram do Programa Semear⁴, crianças e adolescentes em abrigos. Novas histórias, a convicção da potência transformadora dos encontros afetivos e, 2 anos depois, me vi novamente num abrigo, trabalhando com adolescentes grávidas e recém mães, mediando seus encontros com seus filhos e filhas que estavam chegando ao mundo. A potência de apoiar cada menina na descoberta de novos sentidos para aquela gravidez, naquele momento de suas vidas (adolescência), foi criadora do Fazendo História, projeto que tinha como objetivo criar meios de expressão para que crianças e adolescentes construíssem versões próprias de suas histórias de vida.

⁴ Programa de atendimento psicoterápico voluntário para crianças e adolescentes em acolhimento.

O Instituto Fazendo História⁵ foi fundado em 2005, tem atualmente cerca de 30 colaboradores profissionais, e segue firme em seu propósito de colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhimento. Eu faço parte de seu conselho. Mais de 10.000 crianças e adolescentes participaram de seus programas.

É a partir, de um dos programas do IFH, o apadrinhamento afetivo, que conduzo a minha pesquisa de campo, me encontrando com jovens que participaram desta experiência específica para aprofundarmos, juntos, a compreensão de como essa relação se da.

Em 2016, assumi a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Ministério da Justiça. Num dos momentos bem difíceis da democracia do país, recebi o convite para ser Secretária e, naquele instante, não havia mais resposta simples possível. O não representaria para mim a covardia de não fazer o meu papel e assumir um cargo público executivo, de âmbito nacional, de onde eu sabia que poderia construir pontes, criar diálogos entre setores apartados da sociedade e seguir promovendo, defendendo e protegendo os direitos de crianças e adolescentes do Brasil de forma contundente, acima de posicionamentos políticos. Aceitei.

Foi de lá que acompanhamos e orientamos deputados da base do governo e outros tantos parceiros neste tema frente ao perigo de Projetos de Leis (PLs) como o do Estatuto da Família ou Estatuto da Adoção, que desmembrariam e assim, fragilizariam o Estatuto da Criança e do Adolescente. À época, de nosso lugar no executivo e também como presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA, em profícuo debate com a sociedade civil, nossa meta era que não houvesse qualquer alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois sabíamos das ameaças de retrocesso que pairavam, como o desejo de facilitar e agilizar processos de adoção.

Havia mais de 30 PLs que propunham alterações no ECA, apenas referentes à convivência familiar e comunitária. Alterações que fragilizavam a família já culpabilizada e muitas vezes criminalizada por não conseguir cuidar dos seus filhos. Nosso trabalho frente a esse tema foi o de trazer para todas as mesas em que passamos, uma visão que prevenisse e evitasse o acolhimento, sempre que possível, problematizar e refletir sobre o lugar de exclusão social das famílias brasileiras, ponderar as possibilidades de permanência na família extensa, criando por exemplo estratégias como a família guardiã.⁶

⁵ Organização da Sociedade Civil que tem como propósito apoiar crianças e adolescentes com passagem por serviços de acolhimento a construírem histórias de vida potentes e afetivas, rompendo ciclos de abandono e violência. Disponível em: www.fazendohistoria.org.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁶ Família guardiã é uma política que vem sendo desenvolvida no Brasil por diversos municípios, assegurando um subsídio para que crianças e adolescentes possam permanecer em sua família extensa, evitando separações

Ao compartilhar minha história profissional, percebo como uma parte da história do acolhimento no país se misturou com a minha história pessoal e também com a história institucional do Fazendo História. Uma história com acertos e tropeços, mas com um fio ético condutor inegociável e inquestionável: o compromisso com as crianças e adolescentes mais vulneráveis do nosso país.

A proposta de pesquisa

Como pudemos ver na introdução, o apadrinhamento afetivo no Estatuto da Criança e do Adolescente é resultado de um processo recente da aprovação da Lei 13.509 (BRASIL, 2017), mais precisamente, no Artigo 19B. Ocorre que ele já existia há mais tempo no Brasil.

A pesquisa se iniciou com um levantamento histórico do apadrinhamento afetivo no Brasil, via documentos de domínio público e menções em documentos oficiais nas duas últimas décadas. Assim, é possível compreender que a estratégia já existia e se configurava como possibilidade para que crianças e adolescentes convivessem com famílias e com a comunidade há muitos anos, mas muitas vezes com riscos de inadequações, com descuidados com as crianças e adolescentes. A dúvida era se pessoas da comunidade poderiam sair com as crianças e adolescentes, se eles poderiam passar o final de semana com eles, o que seria necessário para oferecer mais segurança ao processo de apadrinhamento. Como veremos no levantamento da bibliografia publicada sobre o tema, não havia clareza sobre o que, afinal configurava o apadrinhamento afetivo e como deveria ser conduzido. A outra etapa da pesquisa se destinou a conceituar afeto e práticas afetivas. E por fim, e mais valioso do nosso ponto de vista, a escuta dos jovens e análise das entrevistas realizadas.

A escolha por uma pesquisa qualitativa surge do desejo de escutar quem passa pela experiência como afilhado e afilhada, buscando aprofundar nosso conhecimento sobre como o apadrinhamento se dá de fato, em cada relação estabelecida. Os discursos que podem nos apontar para cuidados a serem tomados, potenciais ainda não enunciadas e riscos que podem ser minimizados. Não nos interessa neste momento levantar números e melhor mapear esta estratégia ao redor do país, mas sim oferecer novas perspectivas dessa estratégia.

Partimos de uma visão que compartilhamos com o movimento construcionista que tem como base o relativismo, a construção de conhecimento conjunta, a busca por versões das experiências que nos despertem para novos significados. Estamos interessados no discurso que

abruptas, sempre que possível. Uma política que esteve em discussão no âmbito federal também, a partir da Secretaria Nacional de Assistência Social desde 2016.

produz novos sentidos, influenciando as experiências de quem vive, de quem escuta, de quem estuda, de quem imagina, de quem “julga” e de quem implementa o apadrinhamento afetivo. O objetivo geral da pesquisa é compreender como as práticas afetivas se manifestam nas relações entre padrinhos e madrinhas e seus afilhados e afilhadas.

Os objetivos específicos são

- 1) Entender como o apadrinhamento afetivo veio se inserindo na sociedade brasileira como uma estratégia para garantir a convivência familiar e comunitária ao longo do tempo, até chegar aos dias atuais.
- 2) Caracterizar, a partir das entrevistas, a diversidade de atividades que são desenvolvidas no contexto do apadrinhamento afetivo (ou seja, o que é o apadrinhamento afetivo na perspectiva dos jovens)
- 3) Compreender como os afetos aparecem nessa relação, a partir das cenas do cotidiano, o que chamamos de práticas afetivas

Estrutura da dissertação

No capítulo um, optamos por fazer um estudo histórico dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil; do direito à convivência familiar e comunitária até o surgimento do apadrinhamento afetivo tal como está estabelecido hoje. Os componentes históricos nos oferecem subsídios para ampliar nossa compreensão dessa relação.

No capítulo dois, apresentaremos o apadrinhamento afetivo. São analisados documentos de domínio público e referências nacionais sobre o tema, além de um levantamento bibliográfico temático específico, em âmbito nacional. Tal levantamento nos demonstra como o apadrinhamento afetivo já existia e tomava diversas formas bem antes de se tornar letra de lei. Por fim, apresentamos o programa específico do Instituto Fazendo História, onde encontramos os jovens interlocutores desta pesquisa.

No capítulo três, conceituamos afeto e apresentamos os pressupostos teóricos desta pesquisa, explorando especialmente abordagens que podem auxiliar numa melhor compreensão sobre como “afeto” vem sendo conceituado na perspectiva de diversos autores que nos trazem subsídios para melhor compreender o apadrinhamento afetivo como uma experiência singular.

No capítulo quatro, apresentaremos os procedimentos metodológicos do estudo, embasando e justificando as escolhas feitas, esclarecendo as possibilidades e limitações do projeto de pesquisa.

No capítulo cinco, apresentamos os nossos interlocutores, descrevendo sinteticamente os cinco entrevistados e suas experiências de apadrinhamento afetivo, no que pudemos conhecer através do discurso dos jovens.

No capítulo seis, caracterizamos o apadrinhamento a partir das entrevistas e partimos para um olhar para as múltiplas versões de afeto, analisando as práticas afetivas relatadas nas entrevistas. Organizamos os discursos em categorias para que pudéssemos discuti-los e articularmos com os autores que nos oferecem subsídios teóricos para ampliação da compreensão.

Por fim, apresentamos as contribuições finais, na perspectiva de avaliar a relevância deste estudo e o potencial de contribuição para os programas de apadrinhamento existentes no Brasil; trazemos, por último, Apêndices, com Roteiro de Entrevistas, TCLE e Metodologia de análise.

1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SUJEITOS DE DIREITOS.

Em 1988, em emocionante Assembleia Nacional Constituinte, iniciava-se o processo de redemocratização do nosso país através da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). O artigo 227 da Constituição Federal anunciava também uma nova era de direitos de crianças e adolescentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O artigo 227 é resultado de estudos propostos por profissionais do mundo jurídico, do quente debate mobilizado pela sociedade civil e pelos executores de políticas voltadas à infância. Muitos destes diversos atores envolvidos com a causa da infância no Brasil, estavam participando de discussões e reflexões que pareciam ser muito bem acolhidas pelas lideranças do país e pelo momento político pelo qual estávamos passando. Além dos adultos, as crianças participaram ativamente, levando, pessoalmente, milhares de assinaturas para os congressistas onde apresentavam suas duras realidades, expostos a vulnerabilidades e violências; traziam propostas, reivindicações e emocionavam a todos com sua força, protagonismo e esperança em um futuro melhor.

Importante frisar, no artigo 227, a riqueza do enunciado da responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade. O apadrinhamento afetivo reflete especialmente essa construção do sujeito político, que se percebe responsável pelas crianças e adolescentes “que não os seus” ou de sua família, justamente demonstrando este compartilhamento de deveres e de oportunidades de cuidado que o processo de redemocratização propunha.

O padrinho e a madrinha fazem parte dessa construção dos sujeitos coletivos. Percebem ser possível sua atuação nos cuidados dos filhos de outros ou, como dizemos, *dos filhos de ninguém*. Apadrinhar é assumir responsabilidade, pessoalmente, pelos cuidados com crianças e adolescentes com os quais a família de origem falhou, mas o cidadão, representando a sociedade, pode agir, atuando como sujeito político.

No cenário internacional, o mundo celebrava a Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), adotada em novembro de 1989

pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em seguida⁷. Logo se vê que o debate nacional estava completamente alinhado e alimentava com potência e ideias, os movimentos sociais que discutiam a regulamentação e detalhamento do artigo 227 no Brasil.

Antes, sob a égide do Novo Código de Menores (BRASIL, 1979), em um governo de ditadura militar, crianças pobres, abandonadas, vulneráveis, inadaptadas ou autoras de atos infracionais enquadravam-se na definição de “menor em situação irregular”. Para “menores carentes” e “menores infratores”, os governos estaduais tinham instituições de “proteção”. A ideia era de proteger a sociedade dos “menores que poderiam ameaçar a ordem”. Acreditava-se que levá-los a instituições, dentro de uma doutrina disciplinar rígida era o melhor caminho. As próprias famílias muitas vezes entendiam que, dada sua situação de pobreza e “falta de condições”, melhor seria entregar seus filhos à custódia do Estado. As instituições totais imperavam como o modelo de cuidado alternativo (às famílias) e muitas crianças e adolescentes foram criados a vida toda ou longos períodos nos antigos e imensos orfanatos. A ineficiência e perversidade de tais instituições era questionada por diversos movimentos sociais e a década de 80 foi marcada por duras críticas à doutrina da situação irregular, mas pouca atuação para qualquer mudança real podia ocorrer, especialmente pela ditadura que limitava, em muito, as transformações sociais de maior profundidade, pautadas nos direitos de cada sujeito.

É na esteira desse movimento, internacional e nacional, que o Brasil se compromete com a promoção de desenvolvimento humano e social. Ao promulgar o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 (BRASIL, 1990), impulsionado pela sociedade civil, inscreve-se um novo marco na história da cidadania brasileira e o Brasil assume lugar de destaque na paisagem global, demonstrando o seu pioneirismo nos cuidados com crianças e adolescentes e comprometimento, por aprovar um marco legal já alinhado à Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1989).

Como afirma Jane Valente (2013, p. 20), “Os enunciados da Constituição não descrevem uma realidade existente, mas determinam uma realidade que deverá ser construída. Com isso, abrem-se portas antes inexistentes para a criatividade legal e institucional”. A Constituição Federal passa a ser, como diz a autora, um farol, potente e seguro, com o qual todo o povo brasileiro pode contar, na sua trajetória de futuro. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil adere ao paradigma da doutrina da proteção integral, na qual crianças e

⁷ A Assembleia Geral da ONU onde a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada ocorreu em 20 de novembro de 1989 e foi ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Cerca de dois meses após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho do mesmo ano.

adolescentes são sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, com absoluta prioridade em programas e políticas públicas.

O novo marco legal tem à frente um amplo espectro de desafios para se tornar realidade, partindo da necessidade de implementação de novas políticas e de reformas dos programas e serviços já existentes, até a criação de novíssimas estratégias e rearranjos setoriais. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz um novo paradigma nas relações entre adultos, crianças, adolescentes e instituições e provoca, assim, mudanças importantes nas relações institucionais, pessoais e afetivas.

Se crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, implicando numa nova relação com os adultos à sua volta, devem deixar de ser tratados como seres passivos e subalternos e passam a poder participar das decisões sobre suas vidas. Devem ser escutados e suas opiniões consideradas, respeitada sua etapa de desenvolvimento. No novo *status*, são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: a família, a sociedade e o Estado. Trata-se de uma alteração importante na maneira como a sociedade deveria olhar e cuidar de sua infância e juventude e como proposta de mudança drástica, exigiria esforços à altura e, claro, planejamento orçamentário para ser efetivada.

Entre a legislação e a realidade, existia (e ainda existe) um abismo considerável. A nova lei foi motivo de celebrações e orgulho, mas a realidade de nossa infância e adolescência ainda é uma vergonha. Os desafios para a sua implementação não são poucos, a começar pela jovem democracia, com um povo se redescobrendo em processos participativos, afastado por duas décadas do planejamento dos rumos de sua nação e da construção das políticas públicas. Na década de 1990, com todo o processo de ajuste econômico e a priorização da estabilização da moeda através da implementação de políticas de ajuste estrutural, restou muito pouco investimento para as políticas sociais e para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1991 institui-se o Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) e começa a implementação de conselhos estaduais e municipais de direitos de crianças e adolescentes, além da criação dos conselhos tutelares por todo território nacional. A política de atendimento à criança e ao adolescente foi concebida na forma de um Sistema de Garantia de Direitos⁸, atuando a partir de três frentes: (i) Promoção de direitos instituídos, (ii) Defesa, em resposta às violações e (iii) Controle Social, por meio da participação da sociedade.

⁸ O sistema de garantia de direitos foi regulamentado em seguida pela Resolução n. 113 do CONANDA, de 2006.

Os anos que se seguiram foram de criação de instituições para que o Sistema de Garantia de Direitos passasse a operar.

Foi só na década seguinte, já no novo milênio, que percebemos esforços amplos, investimento e a possibilidade real do Estatuto da Criança e do Adolescente se tornar realidade. Em 2004, a área da infância e adolescência mais vulnerável passa a ser assumida pela Política Nacional de Assistência Social, recém-criada. Assim, ver refletido, na prática, o tão suado e sonhado Estatuto da Criança e do Adolescente não foi algo imediato, mas, passo a passo, víamos avanços na direção de uma infância mais bem cuidada no país.

Em 2016, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério de Direitos Humanos divulgaram o *Relatório Avaliativo ECA 25 anos, mais direitos, menos redução*⁹ (BRASIL, 2016). Em muitos aspectos, sobretudo nos referentes aos direitos mais básicos e elementares, os avanços são consideráveis.

Trata-se de um balanço, pautado em pesquisas e dados oficiais que demonstram o *status* atual do ECA. Caíram, por anos consecutivos, os números sobre mortalidade infantil, sobre o analfabetismo e referentes à má-nutrição. Melhoram os dados sobre a vacinação, a universalização da escola e outros. Para mencionar alguns deles, entre 1990 e 2012 a taxa de óbito entre crianças menores de 1 ano foi reduzida em 68,4%. Atingimos a marca de 14.9 mortes para cada 1000 nascidos, taxa essa que voltou a aumentar, infelizmente nos últimos anos, mas o avanço é notável. Na educação, tínhamos 81,4% de nossas crianças de 6 a 14 anos matriculados na escola em 1992, enquanto em 2014 esse número sobe para 97.5%. A taxa de extrema pobreza caiu de 8% em 2003 para 2.8% em 2014. São indicadores expressivos de avanços reais.

Por outro lado, ao nos aproximarmos de outros dados sobre os nossos adolescentes, há motivo de sobra para preocupação: em 2013, dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2013) revelaram que dos 10.6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de um milhão não estudavam nem trabalhavam. A maior parte destes é negra (64,87%), 58% são mulheres e 83.5% é pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo. Ser jovem, negro e pobre no Brasil é uma condição nada fácil, imaginemos ainda o caso dos adolescentes que somam a isto o fato de não terem tido uma família para apoiá-los e se desligarem do serviço de acolhimento pela maioria, sem uma rede familiar de apoio.

⁹ O relatório foi disponibilizado, para acesso na íntegra, no site do CONANDA. Disponível em: www.direitosdacrianca.gov.br/conanda. Acesso em: 12 jan. 2020.

Demonstra-se pelos dados que ainda há muito a avançar. Avançamos, mas é preciso estar alerta quanto a indicadores críticos e ainda monitorar o início de uma piora em 2015/2016 de alguns indicadores. É o caso da mortalidade infantil, que impacta diretamente no cálculo de longevidade de uma nação e, com isso, altera um dos principais Indicadores de Desenvolvimento Humano¹⁰ da mesma. Além disso, é um fator que expressa com evidências precisas como uma sociedade está lidando com sua infância. A letra da lei não é realidade se a não for refletida em programas, políticas e serviços que tenham a prioridade absoluta das crianças e adolescentes como princípio norteador de toda nação.

1.1 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Um dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente é o de convivência familiar e comunitária. No que tange a este, a resposta nas políticas públicas tardou a aparecer com mais contundência, mas, atualmente, podemos celebrar conquistas, sem deixar de lado a atenção com os inúmeros desafios remanescentes.

Para que a convivência familiar e comunitária seja assegurada é fundamental a atuação intersetorial no âmbito preventivo, com políticas básicas de saúde, assistência, educação e outras, que permitiriam amparar as famílias mais vulneráveis, sem a necessidade da separação, sem a necessidade da medida protetiva do acolhimento.

Quando uma criança ou adolescente tem seus direitos ameaçados ou violados dentro de seu núcleo familiar, o acolhimento surge como a última medida protetiva a ser tomada. A medida traz, em si, uma contradição: se por um lado protege, por outro, ameaça e viola, se não for capaz de assegurar ao acolhido, a convivência familiar e comunitária. Assim, no momento em que a separação ocorre, o desafio do retorno para uma convivência familiar e comunitária está imediatamente imposto aos técnicos que trabalham com essa criança, adolescente e com suas famílias.

A Convenção sobre os Direitos da Criança já trazia em seu preâmbulo:

¹⁰ IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice da Organização das Nações Unidas (ONU) que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

Convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão; [...]

Acordam o seguinte e seguem para o texto da convenção. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989, p. 3)

Dessa forma, norteado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, o Sistema de Garantia de Direitos deve operar, colaborar e contribuir para que cada criança e cada adolescente possa crescer e se desenvolver em família. Relevante, portanto, conceituarmos família, termo central de toda a política de assistência social e também deste trabalho.

Ao pensarmos em família, referimo-nos a um conceito capaz de abarcar as diferentes configurações familiares que são possíveis, determinadas e também determinantes de um contexto político, social, econômico, cultural e antropológico. A família, tal qual concebida historicamente pelo nosso modelo patriarcal, herdado de uma história colonial e composta pelo tradicional núcleo de pai, mãe e filhos, é apenas uma das configurações possíveis. E ainda assim, um tanto estática, do ponto de vista das funções que cada componente pode exercer no grupo familiar. Quando falarmos de família, neste trabalho, remetemo-nos a possibilidade dos diversos arranjos: modelos monoparentais, homoafetivos, modelos em que a família extensa tem ampla participação no cotidiano uns dos outros. Trata-se de um sistema em movimento constante, em evolução e transformação contínuo, onde circulam conflitos, afetos, crenças e histórias. Um sistema que pode ser mais ou menos fechado, de acordo com a cultura de uma comunidade ou da história familiar. É preciso termos clareza de que falamos de fragilidades e potências, de orgulhos e vergonhas, de tentativas, erros e acertos. E falamos da construção de vínculos de convivência, que podem ser pautados por cuidado ou violência, que muitas vezes é o modelo de relacionamento que historicamente se repete em alguns núcleos familiares.

Para os trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos, prevenir rupturas desnecessárias e, conseqüentemente, sofrimento, é uma meta. Por outro lado, há momentos em que a separação significa justamente a quebra de ciclos de violência, por vezes intergeracionais, e assim, representa alívio e proteção. A manutenção da criança ou do adolescente na família de origem ou extensa ou a necessidade de separação deve ser uma decisão pautada em uma análise aprofundada de cada situação, de cada caso, bem como um olhar atento para as oportunidades de proteção sem que seja necessária a total ruptura.

Crianças e adolescentes que têm seus direitos ameaçados ou violados não têm responsabilidade pela situação em que estão inseridos e não podem e nem merecem viver a situação do acolhimento como uma punição. Não estão ali porque se comportaram mal ou porque faltaram na escola repetidamente. Se foram acolhidos é porque a sua família, comunidade e rede de apoio não conseguiram promover o necessário para que estivessem seguros o suficiente em suas casas. É muito comum crianças e adolescentes acolhidos expressarem suas culpas pela separação dos pais e é altamente confortante saberem que o acolhimento não é uma medida punitiva e nem consequência de suas atitudes, mas sim, proteção e cuidado.

Segundo o Artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

A autoridade competente poderá determinar nove medidas, segundo o Artigo 101 do ECA¹¹, sendo que as seis primeiras não separam a criança da família. A separação só deve ocorrer depois de exploradas as possibilidades junto à família, família extensa e à rede de apoio (educação, saúde, assistência) para que a criança ou adolescente seja mantido (a) em seu núcleo familiar. É essencial escutar a família, compreender e mapear suas vulnerabilidades, bem como suas potências. Sabemos que não é o conselheiro tutelar que fará o trabalho técnico de estudo de caso, mas uma escuta aberta e atenta pode ser decisiva em encaminhamentos mais ou menos eficazes e mais ou menos sofridos.

Embora a dor da separação quase sempre seja inevitável, muitas das emoções que acompanham esse momento, ao serem expressadas, tem maiores chances de serem aceitas e também cuidadas. Vivências doloridas são imediatamente transformadas ao serem colocadas em palavras, ou em outras formas de expressão saudável que permitam iniciar um processo de elaboração da experiência vivida. Sem palavras e sem expressão, a violência da separação é exponencial e o que devia ser proteção, torna-se nova ameaça e violação. Quando não podem falar sobre as violências ou negligências sofridas, sobre a dor da separação, a tristeza ou raiva pela situação e ser ouvidos pelos adultos que os acompanham naquele momento, crianças e adolescentes costumam brigar ou se recolher no silêncio, produzindo sintomas psicológicos e

¹¹ No artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990 encontra-se a descrição de todas as medidas previstas em lei.

até mesmo físicos. Sujeitos de direitos tem voz e merecem uma escuta atenta para que tenham o seu desenvolvimento integral preservado.

Ações de cuidado e atitudes de escuta que demonstrem real interesse na criança e no adolescente no momento que talvez seja o de maior vulnerabilidade da vida desses meninos e meninas que estão acolhidos são essenciais para que o acolhimento demonstre de fato seu lugar de proteção. Seja qual for a situação, parar para olhar, conversar, ouvir, e explicar é fundamental. O que será que a criança pensa e sente sobre a cena vivida? Quem são as figuras de afeto com quem ela quer falar, contar, se despedir ou pedir ajuda naquele momento? É preciso perguntar para saber. Será possível organizar o momento do acolhimento para garantir que a criança ou adolescente leve consigo seus pertences e objetos de importância? O acolhimento, embora proteja, é desconhecido e por isso pode ser muito assustador. Ter consigo objetos familiares e queridos deixa a criança mais segura e menos desconfortável.

A retirada de uma criança ou de um adolescente de sua família é uma medida extrema. Sabemos que por vezes será necessária, mas nem sempre é assim que a criança ou adolescente sente e percebe a situação. Em muitos casos, há sentimentos ambíguos em relação a adultos que violaram seus direitos. É preciso ajudá-los a compreender o que motiva o acolhimento, assim como respeitar, acolher e valorizar sentimentos positivos em relação aos adultos que são as figuras de afeto que ela conhece. Para quem trabalha com situações de ameaça e violação no cotidiano, é possível que a intensidade e gravidade desse momento possa parecer diminuída e é importante que cada caso seja tratado com toda atenção e afeto, lembrando que cada situação e cada família é única. Os adultos à frente do acolhimento deixarão marcas importantes na vida de cada criança e adolescente e esperamos que sejam marcas de real proteção e respeito.

A excepcionalidade da medida se justifica pela valorização e centralidade na família como núcleo mais adequado para a promoção do desenvolvimento integral, sempre que a mesma for capaz de oferecer cuidado e proteção, mas nem sempre é assim. Há quem fale no abrigo como um mal necessário, mas não entendemos dessa forma. Pelo contrário, compreendemos como um bem possível, oferecendo proteção e cuidado frente a um ambiente familiar tóxico e danoso.

A provisoriedade da medida do acolhimento se dá porque ela traz em si um paradoxo. Ela se contrapõe a outro direito assegurado, o da convivência familiar e comunitária. Ao colocar o prazo de dezoito meses como o máximo de período de acolhimento – Lei 13.509 (BRASIL, 2017), o legislador resolveria esse paradoxo, uma vez que nenhuma criança ou adolescente crescerá, então, institucionalizada, retornando para a família ou sendo encaminhada para adoção, quando a volta para a família de origem ou extensa fosse impossível dentro do prazo

estipulado. Ocorre que essa não é a realidade possível em muitos casos e é comum crianças e adolescentes permanecem longos períodos acolhidos, afastados da convivência familiar e comunitária, dada a complexidade da decisão judicial de perda do poder familiar em diversos casos, bem como a dificuldade de encontrar uma família adotiva para adolescentes, nos casos em que a destituição já foi realizada.

O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (SILVA, 2004), promovido pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) revelou uma realidade sobre os serviços de acolhimento no Brasil que lançou um alerta sobre o tema, ainda bastante desconhecido à época no Brasil. Muitos serviços ainda funcionavam como os antigos orfanatos. A pesquisa, que abrangeu 543 serviços de acolhimento (entre abrigos e casas lares) comprovou que muitos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente não estavam sendo cumpridos, no caso de crianças e adolescentes que precisaram ser afastados de suas famílias de origem por violência, negligência, abandono e outras formas de violação de direitos, mesmo depois de quinze anos de sua promulgação. Avanços tinham ocorrido, mas ainda era pouco.

A pesquisa demonstrou que mais da metade das crianças e adolescentes acolhidos (52,6%) permanecia institucionalizada por tempo superior a dois anos e sabemos que, em casos de violência, a criança ou adolescente não irá mesmo voltar para casa. Mostrou ainda que 87% tinha famílias conhecidas, mas apenas 58% mantinha vínculos com as mesmas. Apontou que muitas instituições continuavam trabalhando com grupos grandes, diferentemente do trabalho em pequenos grupos proposto pela lei, e a miséria continuava sendo motivo para que crianças e adolescentes perdessem o direito de conviver com seus pais em 47% dos casos. Uma realidade bastante distante do marco legal que a norteava.

Embora no aniversário de dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente diversas organizações, como Fundação Abrinq e Unesco, apontassem para conquistas de avanços identificados em diversos âmbitos de sua implementação, a pesquisa deixava claro o muito a ser ainda realizado. A instituição Sampaio Viana, com mais de 400 crianças, por exemplo, foi desativada em 1999. Um marco de avanço, certamente.

A partir da divulgação da pesquisa de 2003 um movimento articulado entre Governo Federal, sociedade civil e conselhos se fortalece, para que se estabeleça um plano de implementação no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à convivência familiar e comunitária. Depois de caravanas de debate e diálogo com trabalhadores da área de todo país e com o respaldo da Secretaria de Direitos Humanos, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi apresentado como resultado de todo o trabalho o Plano Nacional de Promoção, Proteção e

Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Por ter sido construído coletivamente, a partir de encontros profundos e afetivos, de reflexão, de discussão, de trabalho e de criação, o texto final expressa a riqueza do movimento democrático e participativo que o gerou. O documento, apesar de ter sido planejado para a década de 2006 a 2016 e, portanto, já exigir uma avaliação e revisão, segue como uma referência nacional de qualidade, sobretudo em termos conceituais.¹²

O PNCFC reitera e justifica teoricamente a importância da convivência familiar. Amparado por legislações nacionais e internacionais, por pesquisas e especialistas da área da infância e juventude, o plano apresenta a família como o principal e mais importante núcleo de socialização da criança. Parte-se do princípio de que há inúmeras formas de configuração das famílias, não havendo uma única estrutura possível para sua organização e funcionalidade.

No ambiente familiar, crianças e adolescentes constroem seus primeiros vínculos afetivos, experimentam emoções, desenvolvem autonomia, aprendem a tomar decisões, a controlar seus impulsos, tolerar frustrações, exercem cuidados mútuos e vivenciam conflitos. O Plano enfatiza a capacidade da família, em sua diversidade de arranjos, de exercer as funções de proteção e socialização das crianças e adolescentes. É também no núcleo familiar que as crianças e adolescentes têm suas primeiras experiências de apropriação da cultura, entendida como aquilo que liga as pessoas, seus modos de pensar e agir de acordo com seus grupos sociais. Dessa forma, a política de atendimento à criança e ao adolescente tem na família a sua base e centralidade, embora saibamos que nem sempre as famílias consigam desempenhar esse papel protetor e, por vezes, é no serviço de acolhimento que esses primeiros vínculos irão se dar.

O serviço de acolhimento familiar é uma modalidade preferencial ao acolhimento institucional. Ou seja, as crianças e adolescentes devem ser encaminhados para famílias acolhedoras, sempre que haja estes serviços disponíveis e que tenham perfil para tal modelo, decisão a ser tomada caso a caso. Trata-se de um direito das crianças e adolescentes e pode servir, em alguns casos, para minimizar potenciais danos da medida protetiva do acolhimento institucional. Previsto por lei como prioritário ao acolhimento institucional, é altamente difundido em países europeus e vem sendo difundido no Brasil, mas ainda em pequena escala. O modelo pode atender a todas as faixas etárias, contanto que haja famílias disponíveis para tanto e que a criança ou o adolescente tenha perfil para tal tipo de acolhimento. Há um

¹² Em 2017 foi iniciado um processo de revisão do PNCFC, a partir da Secretaria Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes e da Secretaria Nacional de Assistência Social. O processo segue em andamento e em 2020, o Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária tem liderado, em parceria com o Governo Federal, diversas oficinas de avaliação do plano, como parte de sua revisão.

movimento liderado pela UNICEF e acompanhado por muitos, inclusive o Instituto Fazendo História, para que a primeira infância seja priorizada neste tipo de acolhimento. Na campanha, Fale Por Mim, o objetivo seria o de acabar com a institucionalização de crianças pequenas.¹³ Os primeiros anos de vida são considerados, e comprovados através de evidências científicas, sobretudo da neurociência, como o período onde a privação de cuidados afetivos, individualizados e constantes pode deixar marcas mais profundas e duradouras, impedindo o desenvolvimento integral em seu pleno potencial.

O Dr. Charles Nelson conduziu uma importante pesquisa na Romênia, a partir da Universidade de Harvard, sobre o impacto da separação de bebês de seu núcleo familiar no início dos anos 2000, estudo que se encontra bem documentado no trabalho de Dozier (2014). O governo romeno estava interessado em ampliar a população do país e tomou uma série de ações neste sentido. Uma delas foi a de convencer famílias de que o Estado poderia cuidar de seus filhos com mais competência. Em meio a muita pobreza, mais de 170 mil crianças foram entregues para que o Estado se responsabilizasse pelo seu desenvolvimento e educação. Ao acompanhar um grupo de 136 crianças, o pesquisador pode comparar o que ocorreu com crianças que foram para famílias acolhedoras com crianças que permaneceram em instituições. Havia ainda dois outros grupos: o das crianças que foram adotadas definitivamente e as que voltaram para suas famílias de origem. Por fim, havia ainda um grupo controle, de crianças que nunca foram separadas de suas famílias.

Os resultados da pesquisa foram estarrecedores. As crianças que ficaram em ambientes institucionais, privadas de relações afetivas e constantes apresentaram diversos problemas que iam do baixo QI ao atraso de desenvolvimento motor considerável. Apresentavam ainda déficits de desenvolvimento da linguagem e dificuldades em criar laços afetivos. Foi identificado também um comportamento que denominaram “indiscriminadamente amigáveis”, podendo sentar-se no colo de um estranho e abraçá-lo ou ir embora com qualquer pessoa, como se nada importasse. Foi identificada ainda, nítida apatia. O interessante é que se percebeu que, caso a criança pudesse ser colocada em uma família acolhedora antes dos dois anos de idade, a maioria dessas consequências eram fortemente aplacadas. Hoje, a internação de crianças menores de dois anos em instituições é proibida. A pesquisa serviu como propulsor para o movimento pela não institucionalização de crianças pequenas no mundo todo, inclusive no Brasil.

¹³ A campanha Fale Por Mim foi lançada em 2013 no Brasil, acompanhando diversos outros países na América Latina. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-apoia-campanha-pelo-direito-de-criancas-menores-de-3-anos-de-crescerem-em-ambiente-familiar>. Acesso em: 12 nov. 2019.

A pesquisa foi também responsável em grande parte pela criação do termo **stress tóxico**, cunhado para explicar o impacto que situações recorrentes de violência e negligência intensas nos cuidados e interações com bebês e crianças pequenas pode causar. Trata-se de um impacto neurofisiológico que realmente impede o desenvolvimento integral da criança, deixando consequências para o resto da vida.

Cabe esclarecer que a situação das crianças nas instituições da Romênia não é a mesma de crianças em serviços de acolhimento no Brasil e os resultados da pesquisa não podem ser transpostos para o nosso país de forma simplista. Por outro lado, ela revela que a falta de vínculos afetivos, consistentes e confiáveis é algo devastador para os bebês e crianças pequenas e o desafio de oferecer esse cuidado em serviços de acolhimento institucional, sabemos que não é pequeno, embora sejamos testemunha da entrega e comprometimento de diversos educadores atuando neste campo. São muitas crianças, tarefas, conflitos, demandas e acaba por ser difícil oferecer toda a atenção que um bebê precisa para se desenvolver plenamente.

Independentemente do debate sobre faixa etária, o Brasil priorizou o acolhimento familiar através do Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 34)¹⁴ e ainda temos poucos serviços nesses moldes no território nacional. Sabíamos muito pouco sobre eles, quantos eram e onde estavam, até 2011, quando uma primeira pesquisa que abrangia todo o território nacional foi realizada pela FIOCRUZ. Aliás, sabíamos pouco sobre os serviços de acolhimento em termos gerais.

O Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes e Serviços de Acolhimento (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011) foi o estudo mais detalhado sobre a situação de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no país e trouxe à luz importantes dados sobre a realidade. A pesquisa foi dividida em duas partes: uma que traça o perfil dos acolhidos

¹⁴ Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

§ 3º A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

§ 4º Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

e outra que traça o perfil das instituições. Em 2011, computávamos a existência de 144 serviços de acolhimento familiar no território nacional e 2624 serviços de acolhimento institucional.

Em 2018, dados do Censo SUAS (BRASIL, 2018) apontavam que o Brasil contava com 322 serviços de acolhimento familiar, 2849 serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Importante também apresentar as repúblicas jovens, equipamento criado para apoiar jovens que se desligam dos serviços de acolhimento pela maioridade. Eram apenas 33 no nesse mesmo censo, demonstrando evidentemente a falta de equipamentos e apoio para os jovens que se desligam dos serviços aos completarem 18 anos, que não são poucos. Em 2020, data da consulta do site do Conselho Nacional de Justiça¹⁵, levantamos que 2996 adolescentes de 17 anos estavam acolhidos no Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2019). Ou seja, quase 3000 adolescentes se desligam do acolhimento pela maioridade, sem ter encontrado uma forma de retornar ao convívio familiar.

Como dito, na impossibilidade de conviver com sua família, é no serviço de acolhimento que muitas crianças e adolescentes experienciam novos laços de cuidado e afeto, com os outros acolhidos e também com os educadores e equipe técnica do serviço. São relacionamentos que podem ser reparadores, significativos e muitas vezes capazes de oferecer oportunidades ricas para o desenvolvimento subjetivo, social e cultural da criança e do adolescente. Por outro lado, a institucionalização prolongada pode impactar o futuro dos jovens, especialmente quando não foi possível apoiá-lo na construção de vínculos extra institucionais e comunitários, que podem se manter estáveis depois que o desligamento do serviço ocorrer.

A criança ou o adolescente, quando privado de convivência familiar por longo tempo, poderá enfrentar um processo de amadurecimento doloroso, uma vez que é comum ter mais dificuldade de encontrar referenciais seguros para construção de sua identidade, desenvolvimento de autonomia, apropriação cultural e elaboração de projetos futuros. É neste período que, principalmente o adolescente, questiona o seu lugar no mundo, os papéis que ocupa na sociedade e a escolha dos grupos de pertencimento. A construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia acontecem gradativamente:

[...] o adolescente, em diversos momentos, precisará recorrer tanto a fontes sociais que lhe sirvam de referência (educadores, colegas e outras) quanto à referência e à segurança do ambiente familiar. Assim, a segurança sentida na convivência familiar e comunitária oferecerá as bases necessárias para o amadurecimento e para a constituição de uma vida adulta saudável. (BRASIL, 2006, p. 31)

¹⁵ Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 01 abr. 2020.

Se toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado em família, as possibilidades de retorno à família de origem ou extensa devem ser avaliadas de imediato e, quando possível, o trabalho iniciado no momento do acolhimento. Quando o retorno ocorrer, é possível prevenir uma ruptura definitiva que certamente deixa cicatrizes afetivas de importantes consequências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ocorre que muitas vezes a causa do acolhimento é tão dolorosa, como em casos de abuso e exploração sexual, que as possibilidades de reintegração são quase nulas, e a criança e adolescente precisa mesmo ser retirado e protegido daquela família, definitivamente. Outras vezes as tentativas de retorno são diversas, mas a família realmente não consegue proteger e cuidar. A destituição do poder familiar é, por vezes, inevitável, e a colocação em família substituta surge como a principal alternativa de garantia à convivência familiar.

No entanto, dados do Cadastro Nacional de Adoção (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019) demonstram que as chances de colocação em famílias substitutas não são iguais para todas as crianças e adolescentes, uma vez que o pretendente à adoção estabelece o perfil da criança desejada de acordo com critérios como raça, idade, histórico da família de origem e número de irmãos; 81% das pessoas desejam adotar somente um filho e apenas 4,77% dos pretendentes aceitariam receber uma criança com 6 anos ou mais.

A lei 12.010/2009 estabeleceu o prazo de dois anos para a permanência de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento e esse prazo foi alterado pela Lei 13.509/2017 para dezoito meses. Isso quer dizer que, após um ano e meio, as equipes técnicas dos serviços e da Vara da Infância e Juventude deveriam ser capazes de recomendar o retorno familiar ou a destruição do poder familiar. No caso de adolescentes, isso pode significar a permanência por muito mais tempo no serviço de acolhimento do que o estabelecido por lei. Essas crianças e adolescentes existem e precisamos enfrentar a realidade de que são muitas vezes privados do seu direito à convivência familiar no acolhimento prolongado.

Não resta dúvidas de que com os acolhimentos em menores grupos e maior qualificação das equipes, os abrigos e casas-lares oferecem atualmente oportunidades importantes de desenvolvimento integral. Vemos equipes preocupadas com a oferta de atividades na comunidade, percebemos vínculos importantes entre pares, a educação financeira começa a acontecer visando à preparação para a vida adulta. As relações e vivências nos abrigos vão compondo cada sujeito, e isso tudo tem muito valor, é preciso reconhecer, mas ao perguntarmos para os adolescentes se preferiam estar no abrigo ou numa família, a resposta costuma quase sempre demonstrar o desejo de estar em uma família que possa cuidá-lo de forma respeitosa e afetiva.

2 APADRINHAMENTO AFETIVO

O que leva uma pessoa a se candidatar a ser madrinha afetiva? No meu caso, confesso que o meu primeiro impulso foi a vontade de fazer um trabalho voluntário que envolvesse a relação com uma criança. Mas, o apadrinhamento afetivo seria um trabalho voluntário? Eu estava completamente equivocada, não se trata de um trabalho voluntário, não se trata de uma relação somente com uma criança, na realidade é um exercício diário e constante de diálogo entre realidades diferentes. O meu relacionamento não é só com o meu afilhado, engloba os seus irmãos, os técnicos do abrigo, a escola e todo um universo. E claro, envolve também o meu mundo. Eu acreditava que eu iria ajudar uma criança, que eu iria ensinar muitas coisas ao meu afilhado. Mas a verdade é que eu recebo uma nova lição, dada por ele e por nossa relação, a cada encontro. Ele me ensina constantemente o que realmente tem valor, mas principalmente, ele me ensinou o real significado do termo “empatia”. Eu amo o meu afilhado e porque eu o amo, quero entender o universo dele, me despindo de tudo o que eu imaginava que sabia. Tenho muitos medos: medo de errar, medo de ter expectativas altas, medo de cobrar demais, medo de não corresponder ao que ele necessita, medo do futuro. Mas todos esses medos são apagados quando eu o vejo gargalhar de felicidade. Demorou muito tempo até o primeiro sorriso, e este foi muito tímido, mas ultimamente as gargalhadas vêm sendo cada vez mais constantes e acontecem até mesmo dormindo. Cada sorriso que ele me dá, aumenta a certeza de que estamos no caminho para a construção de uma identidade saudável, tanto a dele, quanto a minha. Sim, eu venho me transformando em uma pessoa melhor desde que ele permitiu que eu entrasse sua vida. Certamente ele me faz um bem imensurável, porque me ensina o que é amar. (DAMASCENO¹⁶, 2018, p. 13).

Os termos padrinho e madrinha, são originários das religiões cristãs. O padrinho e a madrinha de batismo, na religião católica, são aqueles escolhidos pelos pais para assistir na iniciação crista e, na falta dos pais, se responsabilizam pela formação da criança ou do adolescente, apoiando-o em sua formação moral, cívica e religiosa. Pode ainda se responsabilizar pelas necessidades financeiras que a criança ou adolescente venha a ter. A relação é estabelecida a partir de um vínculo de confiança entre os pais, selada pela fé crista e não há, nestes casos qualquer obrigatoriedade jurídica.

Devido a importância do termo, ele foi emprestado a muitas outras situações para descrever as relações mais diversas. Temos madrinhas de bateria, padrinhos políticos, padrinhos acadêmicos e executivos. Organizações sem fins lucrativos também aproveitaram a força do termo para mobilizar recursos. Ao invés de uma pessoa doar para um projeto, ao “apadrinhar uma criança”, ela doa especificamente para àquela criança, tornando possível uma sensação maior de proximidade, uma relação única, mais pessoal.

Na nossa sociedade, os padrinhos e madrinhas são vistos como aqueles que não são necessariamente da família, não são os pais, mas cuidam e tem uma relação importante, estável e duradoura com os afilhados, e é isso mesmo que se espera desta relação. A expectativa para

¹⁶ Carine Valeriano Damasceno, madrinha afetiva do Programa de Apadrinhamento do Instituto Fazendo História.

o padrinho ou madrinha afetiva no acolhimento é de que sejam figuras afetivas que possam favorecer a convivência familiar e comunitária, para além dos vínculos com profissionais dos serviços que frequentam. Eles participam e acompanham a vida da criança ou adolescente que está acolhido a partir de encontros dentro, e principalmente fora da instituição, como passeios, viagens e também a frequência à casa do padrinho ou madrinha, bem como de familiares. Entendemos, entretanto, que há mais nesta relação do que esse escopo das expectativas e o afeto se manifesta de formas diversas na convivência cotidiana. Por isso, nos interessa ampliar a compreensão da experiência pela perspectiva da descrição de momentos e eventos que o jovem vive ou viveu nessa relação.

O termo “afetivo”, será objeto de maior aprofundamento no capítulo seguinte dessa dissertação, sendo este completamente imbricado nos objetivos desse estudo e merecedor de discussão mais ampla para sua conceituação. Para que possamos apenas traçar uma base comum desde já, quando falamos de afetivo, referimo-nos ao que nos afeta, ao que move as emoções humanas e da forma como isso aparece na vida cotidiana. A autora neozelandesa Margaret Wetherell (2009) foi quem nos ofereceu o mais amplo panorama de possíveis compreensões do termo em seu livro *Affect and Emotion: a new social science understanding*, que iremos abordar no Capítulo 3, *Conceituando Afeto*.

2.1 Revisão bibliográfica: sobre o apadrinhamento afetivo

O trabalho de revisão bibliográfica temática nos ajudou a mapear o que se tem falado, pensado, produzido no meio científico e acadêmico sobre apadrinhamento afetivo nas últimas duas décadas. O resultado comprova a escassez de estudos sobre o tema. A busca por teses, dissertações, artigos e publicações revelou poucas produções, sobretudo no campo das relações humanas.

O primeiro levantamento foi feito na Biblioteca da PUC-SP, considerando que se trata da Universidade que acolhe essa pesquisa em seu programa de pós-graduação, mas também, sabendo que, tanto a faculdade de Serviço Social quanto a de Psicologia dessa Universidade tem muitas e boas produções sobre os direitos de crianças e adolescentes. Não foi encontrado nenhum trabalho ali especificamente sobre apadrinhamento afetivo, até o final de 2019.

O segundo espaço de busca foi a Biblioteca Virtual de Saúde, uma das mais importantes referências para a busca de produções acadêmicas para pesquisadores da área de saúde. Foram encontrados três artigos em periódicos científicos:

- *Apadrinhamento Afetivo: construindo laços de afeto e proteção* (GOULART; PALUDO, 2014),
- *Apadrinhamento Afetivo: uma oportunidade de construção de novos vínculos.* (ORENGO *et al.*, 2017) e
- *Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição* (SOUSA; PARAVIDINI, 2011).

Os três artigos trabalham a perspectiva relacional, do vínculo e de como o afeto se manifesta nessas relações e, por isso, serão melhor apresentados neste estudo.

Através do Google Acadêmico¹⁷, buscando pelo termo apadrinhamento afetivo em 2018, foi possível encontrar nove trabalhos: três (3) trabalhos de conclusão de curso (TCCs) dois deles bastante antigos; quatro (4) artigos acadêmicos e duas (2) dissertações de mestrado que tivessem o termo no título ou que trabalhassem em seu conteúdo o apadrinhamento afetivo em maior profundidade, não apenas como uma rápida citação. Uma nova busca, em 2019, apontou onze (11) novas produções, de seis estados diferentes, sendo a grande maioria, proveniente do campo jurídico, demonstrando o impacto do novo marco regulatório nas produções sobre o tema. Por fim, em levantamento realizado na plataforma CAPES¹⁸, sem delimitação de tempo, encontramos uma citação, qual seja: *Padrinhos Afetivos: da motivação à vivência* (ZERBINATTI; KEMMELMEIER, 2014).

As mais antigas referências encontradas foram dos dois trabalhos de conclusão de curso, datando de 1999 pela Universidade Federal de Santa Catarina, ambos a partir da mesma experiência naquele estado. Houve apenas mais uma produção encontrada sobre o tema anterior ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: uma dissertação de mestrado em Psicologia, de Porto Alegre, datando de 2005, a partir do trabalho do Instituto Amigos de Lucas, um dos programas de apadrinhamento afetivo mais antigos do país, de que se tem registro e de onde partiram depois outros estudos.

Das pesquisas e artigos aqui mencionados, quatro mereceram nossa maior atenção por trabalharem a perspectiva do afeto e dos vínculos nessa relação. São justamente os três encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde (já citados em destaque acima) e uma dissertação de mestrado, do programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Criando Parentesco* (DANTAS, 2011). Três desses trabalhos foram realizados a partir do Instituto Amigos de Lucas, fato que fortalece a hipótese da escassez, não só de produções

¹⁷ Disponível em: scholar.google.com.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

¹⁸ Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

científicas, mas de programas de apadrinhamento afetivo no Brasil, uma vez que, das quatro produções científicas sobre o tema, três foram realizados em uma mesma organização.

Karollyne Sousa e João Luiz Paravidini (2011) apresentam emblemática pesquisa psicanalítica do lugar ainda pouco claro que o apadrinhamento ocupava na comunidade (em Uberlândia) quando o estudo foi realizado. Na ocasião do artigo, a prática do apadrinhamento afetivo estava suspensa no município de Uberlândia por falta de determinações legais. “A principal justificativa era que o ato de apadrinhar estaria prejudicando o funcionamento dos processos jurídicos e trazendo complicações para as crianças, porque muitas pessoas se propõem a apadrinhar, mas depois não mantêm o compromisso” (SOUSA; PARAVIDINI, 2011, p. 540).

Sousa e Paravidini (2011) analisam e problematizam os vínculos estabelecidos nas relações entre padrinhos/madrinhas e crianças e adolescentes. A pesquisa aponta para uma relação pautada pelo princípio da condição de falta, de crianças *abandonadas* e de idealização dos padrinhos, no papel de *salvadores*. “Ambos, inicialmente tomados pelo anseio de serem objetos de desejo do outro, agora percebem-se desiludidos” (SOUSA; PARAVIDINI, 2011, p. 547). Os autores enfatizam o fato de cada criança precisar se “embelezar” para manter a relação, sem poder demonstrar quem é, suas emoções, medos e insuficiências. O artigo fala ainda da miserabilidade afetiva em que o lugar do outro só faz aumentar a falta. Os importantes achados dessa pesquisa psicanalítica nos provocaram ainda mais a buscar a subjetividade e particularidade de cada relação de apadrinhamento afetivo como única e moldada por uma série de experiências anteriores e expectativas. Retomaremos alguns aspectos deste estudo em nossa análise.

Os estudos a partir do Instituto Amigos de Lucas¹⁹ demonstraram que há benefícios importantes relacionados a participação no programa de apadrinhamento afetivo. Foi praticamente unânime, na fala das crianças e adolescentes, que o apadrinhamento trouxe mudanças importantes em suas vidas, tornando-a melhor e mais interessante (GOULART; PALUDO, 2014). As crianças e adolescentes que participaram do programa, não só ampliaram sua rede de relações, mas também a sua capacidade de estabelecer novos vínculos de afeto. Os estudos apontam para o sucesso do programa em cumprir seu papel, à medida que permite uma nova construção de laços de afeto e proteção. Atentam também para a necessidade de critérios de inclusão e formação de padrinhos e madrinhas, constatando as consequências nefastas dos

¹⁹ O Instituto Amigos de Lucas é uma Organização da Sociedade Civil que atua com o intuito de prevenir o abandono e ampliar oportunidades de convivência familiar desde 1998. Disponível em: www.amigosdelucas.org. Acesso em: 12 nov. 2019.

casos em que os vínculos foram descontinuados de forma descuidada, reeditando as experiências de abandono e negligência pelas quais os jovens já passaram. Estes estudos também serão retomados em nossa análise.

Por fim, conhecemos o recém-publicado mestrado em Sociologia da Infância e Direitos de Crianças (UCL, Institute of Education) realizado por Monica Vidiz, que pesquisou jovens que participaram do apadrinhamento do Instituto Fazendo História, sob a perspectiva de compreender o seu *senso de pertencimento*, a partir da experiência. O trabalho revelou que o programa é capaz de promover relações tão relevantes quanto paradoxais:

De um lado, as relações afetivas e duradouras representam um suporte para os jovens no enfrentamento e superação destas fronteiras, como fonte de reconhecimento e autoconfiança que facilitam o engajamento com a sociedade, e fonte de expansão do capital dos afilhados. De outro lado, as distinções sociais hierarquizadas entre padrinhos e madrinhas e afilhados e afilhadas geram efeitos paradoxais, que atualizam a inferiorização e estigmatização dos últimos. (VIDIZ, 2019, p. 69, tradução nossa)

Em São Paulo, acompanhei pelo meu trabalho no Instituto Fazendo História, um programa na Zona Leste de São Paulo, em 2012, que teve proibida a continuidade de uma iniciativa em oito serviços de acolhimento que era chamada de “*famílias de apoio*”, muito similar ao apadrinhamento afetivo de hoje. Na ocasião, diziam os técnicos dos serviços de acolhimento em questão, comportamentos inadequados de poucas famílias que descumpriram horários combinados geraram uma insegurança nas equipes dos serviços de acolhimento de forma que optaram por romper todas as relações. Quem mais sofreu foram as crianças e adolescentes que, do dia para noite, tiveram mais uma perda afetiva. Para muitas delas, tratava-se de relações de grande importância. A falta de respaldo legal e de parâmetros claros para o apadrinhamento acirrava esse tipo de risco, mas sabemos que o risco maior está, na realidade, na falta de compromisso ético com as crianças e adolescentes.

Neste sentido, a sistematização de metodologias que possam ser estruturadas, aplicadas, e aprimoradas parece-nos o melhor caminho para assegurar programas bem-sucedidos de apadrinhamento afetivo, onde a ética do cuidado e o compromisso com as crianças e adolescentes está bem estabelecida desde o início e é o eixo norteador das relações.

2.1.1 Uma passagem pela bibliografia internacional

Em âmbito internacional, a pesquisa sobre apadrinhamento afetivo tem uma complexidade adicional, uma vez que a simples tradução do termo nos faz cair num vazio de produções científicas. Os termos “*affective sponsorship*” ou “*godfather and godmother in foster*

care” não nos apresentam qualquer resultado quando buscados na ampla rede da internet, sendo o Google Scholar a principal ferramenta para essa busca. Dialogando com pesquisadores que exploraram o tema fora do Brasil, encontramos outros termos que se assemelham ao apadrinhamento afetivo, dentre eles, *tutoring*, *mentoring*, e, principalmente no Reino Unido, *befriending* e *independent visitor*. Optamos neste momento por manter a nossa pesquisa principalmente no âmbito nacional, adicionando assim mais precisão ao tipo de relação que estamos buscando compreender neste estudo. No entanto, gostaríamos de apresentar alguns trabalhos que parecem nos trazer informações relevantes para essa pesquisa.

Um deles foi a avaliação do programa Big Brothers, Big Sisters²⁰. A principal estratégia deste tradicional e amplo programa norte-americano é a de promover o pareamento entre crianças e adolescentes e adultos que se voluntariam para serem seus mentores. Algumas das crianças e adolescentes do programa fazem parte do sistema de proteção especial (estão separados dos pais e estão em serviços de acolhimento) mas o público atendido em geral é ampliado: trata-se de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os adultos voluntários têm em média 30 anos, a maioria com ensino superior.

Em busca de evidências científicas sobre o impacto de programas de mentoria, a pesquisa de Jean Baldwin Grossman e Joseph P. Tierney (1998) avaliou o programa Big Brother, Big Sister, respeitando rígidos protocolos para a randomização²¹. A pesquisa, realizada a partir da Universidade Estadual da Pensilvânia, contou com dois grupos (tratamento/programa e controle) em uma amostra que se iniciou com 1138 participantes e terminou com 959, o que garantiu a representatividade da amostra. Os achados para relações de 12 a 18 meses de duração para crianças de 10 a 16 anos foram importantes. Participantes do programa tinham 45.8% menores chances de usar drogas, 27.4% menores chances de iniciar o uso de álcool e 32% menores chances de realizar uma agressão física, comparados com o grupo controle. Em termos de escolaridade, a taxa de perda do dia de aula também caiu 52% para o grupo do programa. Essa pesquisa teve importante repercussão para quem trabalha com mentoria e apadrinhamento, evidenciando a importância de programas desta natureza.

Importante citar o extenso trabalho de pesquisa da Dra. Johanna Greeson e parceiros (2010, 2015a; 2015b). Com diversos artigos publicados sobre sistemas de proteção e acolhimento, a pesquisadora se destaca por um olhar detalhado sobre adolescentes que se

²⁰ Este é um programa de origem norte americana que atua há mais de quarenta anos nos Estados Unidos. Atualmente, estão também em outros países. Disponível em: www.bbbs.org. Acesso em: 12 nov. 2019.

²¹ A pesquisa está detalhadamente descrita no artigo de Grossman e Tierney (1998), onde explicitam quais as agências do BBBS participaram do estudo, cuidados éticos que foram tomados e o detalhamento do perfil do grupo de jovens participantes.

desligam do sistema protetivo e seu relacionamento com programas de mentoria. A maior parte de seus artigos relaciona-se a um processo de mentoria natural (*natural mentoring*), quando um adolescente encontra dentro do próprio sistema, adultos que podem ocupar esse lugar de apoio e passam a fazê-lo. São professores, educadores, psicólogos ou assistentes sociais, em sua maioria. Os seus estudos apontam que a mentoria natural tende a apresentar melhores resultados do que programas de mentoria formais em que relações são criadas para esta função específica. Segundo a pesquisadora, os programas de mentoria (como o do apadrinhamento afetivo aqui estudado) demonstram desafios adicionais, uma vez que adolescentes e jovens saindo do sistema de proteção tem tendências a não desejar fazer parte de um programa como esses e é comum oferecerem resistência em construir uma nova relação com adultos que não faziam parte de sua rede de relacionamentos anterior.

Os estudos de Greeson e colaboradores (2010, 2015a, 2015b) comprovam a importância de relações afetivas consistentes e duradouras, associando-as a uma transição para a vida adulta mais harmoniosa. Demonstra ainda que o tempo de duração dessas relações é diretamente proporcional aos benefícios que elas podem trazer: quanto mais longas, melhores os resultados. Há por fim, a menção ao desejo dos adolescentes de desempenhar um papel importante na vida do mentor, apoiando-o, configurando assim uma relação significativa para ambos os participantes.

Para finalizar, uma meta-análise sobre os programas de mentoria (naturais e formais) foi realizado em 2011 nos Estados Unidos e os achados são importantes, embora o estudo não se pautasse apenas em adolescentes e jovens com experiência de acolhimento. O estudo (DUBOIS *et al.*, 2011) detecta que adolescentes que vem de situações de maior risco e maior vulnerabilidade (como os que passam por experiências de acolhimento) são os que mais se beneficiam de programas de mentoria, demonstrando melhorias em diversas áreas de suas vidas, como não se envolver em relacionamentos abusivos, menor incidência no uso de álcool e drogas, menor incidência de gravidez indesejada, desemprego e outros. Os resultados demonstram que, ao menos um relacionamento com figuras não parentais, de longa duração, é extremamente importante para uma melhor transição para a vida adulta.

Sobre mentoria para adolescentes em situação de acolhimento, (BRITNER; RANDALL; AHRENS, 2014), os autores reconhecem que muitas vezes o mentor, (no caso no Brasil, padrinho), é uma das poucas, senão a única figura presente e constante na vida do jovem. Os autores explicam que, ao mesmo tempo que esse modelo de relação pode ser muito significativo e extremamente importante na vida do jovem, existem desafios adicionais para que os vínculos sejam estabelecidos. Com frequentes vivências de negligência, violência e

abandono, o modelo de relacionamento estabelecido por esses jovens pode dificultar a criação de novos vínculos (BOWLBY, 1984), mas, sempre que isso for possível, há também a oportunidade de atualização deste modelo.

Em suma, é como se para quem passou pelo serviço de acolhimento, tudo fosse intensificado: os desafios do início, as dificuldades para dar certo e realmente estabelecer uma relação, mas também os benefícios quando isso for possível, sendo maiores do que para qualquer outro público.

Cientes de que existem outros estudos em outros países ao redor do mundo que podem trazer mais informações sobre o impacto da relação entre adultos e crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento, similares ao apadrinhamento, escolhemos apresentar esses estudos ampliando o que já temos de conhecimento sobre o tema, deixando as pistas de quem tem se aprofundado no assunto em outros países para novas e necessárias pesquisas. Retomamos então nosso trabalho de compreender como o apadrinhamento afetivo se dá no Brasil, e como o afeto se manifesta nessas relações.

2.2 Das referências ao termo em documentos oficiais até a prática no país

Nesta etapa da pesquisa, buscamos a citação do termo *apadrinhamento afetivo* em documentos oficiais do poder legislativo, executivo e judiciário. Encontramos diversas referências e menções, começando pela mais recente e relevante, já que se trata da normativa legal em vigência.

Antes de seguir, peço licença para apresentar um depoimento pessoal sobre o meu envolvimento com o processo que levou o apadrinhamento afetivo a se tornar lei.

Na minha atuação como Secretária Nacional, o apadrinhamento afetivo esteve em quente debate, compondo parte de diversas propostas legislativas. Participei pessoalmente de forma muito ativa de sessões com deputados, senadores, audiências públicas no Congresso, diálogos com o Ministro da Justiça à época e em audiências abertas com a sociedade civil sobre esse tema. A nossa meta sempre foi a de preservação do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que permanecesse intocável, estávamos cientes dos riscos do momento. Na impossibilidade, buscaríamos aprimoramentos como o que vimos ocorrer na promulgação da lei 12.010/2009, que alterou o ECA aprimorando-o, sob nosso ponto de vista.

Colegas do judiciário e também da sociedade civil defendiam que o apadrinhamento não deveria entrar no Estatuto da Criança e do Adolescente, outros tantos entendiam o valor de uma estratégia alternativa às existentes de convivência familiar se tornar lei. O outro debate específico sobre o tema dizia respeito ao detalhamento do artigo: deveria o apadrinhamento ser estratégia aberta aos participantes do cadastro de adoção, ou não?

A Lei 13.509/2017 foi aprovada em novembro e trouxe o apadrinhamento como estratégia exclusiva para não participantes do Cadastro Único de Adoção, o que consideramos um retrocesso tamanho. Junto com esse artigo, diversos outros (que não

iremos descrever aqui por não serem objeto desta pesquisa) mas preciso afirmar que não foram objeto de celebração, uma vez que não representavam, a nosso ver, avanços no sistema protetivo dos direitos de crianças e adolescentes, nem de suas famílias. (Depoimento pessoal da pesquisadora)

O apadrinhamento foi regulamentado e passou a ser uma estratégia configurada no Estatuto da Criança e do Adolescente, com foco na promoção do direito à convivência familiar e comunitária, através da Lei 13.509/2017 conforme artigo a seguir.

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.²²

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente. (BRASIL, 2017)

Nota-se que o legislador utiliza o termo *apadrinhamento*, desacompanhado da palavra *afetivo* podendo assim incluir o apadrinhamento financeiro. Falar de afeto em termos da lei é algo complexo, de fato. Como assegurar, na letra da lei, uma relação afetiva?

No caso de empresas ou pessoas que queiram contribuir financeiramente, sua função é doar e investir na criança ou no adolescente, configurando um apadrinhamento financeiro. O apadrinhamento afetivo, por sua vez, prevê maior envolvimento, cuidado e a busca pelo estabelecimento de vínculo duradouro. Apenas metodologias bem cuidadosas podem facilitar e promover esse tipo de relação, ainda que nem isso seja capaz de assegurar o afeto num encontro entre duas pessoas, ainda que tenham predisposição, preparo e desejo para tanto. Fato é que preparo e compromisso podem promover relações de respeito e cuidado, e isso sim pode ser assegurado.

Antes da regulamentação no ECA, o apadrinhamento afetivo já era considerado como oportunidade para a construção de vínculos duradouros entre crianças e adolescentes (com

²² O parágrafo terceiro deste artigo em nada se relaciona com o apadrinhamento afetivo, objeto de nosso projeto de pesquisa.

poucas chances de reintegração familiar ou de adoção) e membros da comunidade. Importante esclarecer que o objetivo do apadrinhamento nada tem a ver com a promoção da adoção e vetar a participação de participantes do Cadastro Nacional de Adoção desta experiência nos parece injusto e arbitrário. Além disso, tal veto em nada ajuda a promover novas oportunidades para que adoções de crianças maiores ocorra. O apadrinhamento afetivo pode sim ser um aproximador, promovendo encontros importantes que podem ampliar o espectro de um pretendente à adoção, como já vimos ocorrer em diversas ocasiões. Entendemos tal veto como retrocesso para crianças, adolescentes e adultos e defendemos o direito do participante do cadastro de adoção de ser, também padrinho afetivo, se assim desejar. Aguardamos avanços legislativos já em trâmite nesta direção.²³

No Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) é quando o apadrinhamento afetivo surge oficialmente em documentos de referência nacional, sendo proposta a elaboração de parâmetros para a criação de projetos de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes institucionalizados como uma das estratégias do reordenamento dos serviços de acolhimento:

Os projetos de apadrinhamento afetivo têm como objetivo desenvolver estratégias e ações que possibilitem e estimulem a construção e manutenção de vínculos afetivos individualizados e duradouros entre crianças e/ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e preparados, ampliando, assim, a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo. Não se trata, portanto, de modalidade de acolhimento (BRASIL, 2006, p. 126).

Importante lembrar que, sendo o PNCFC uma das principais referências para o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento, para que as crianças e adolescentes pudessem ter o direito à convivência familiar e comunitária assegurados, o aparecimento do apadrinhamento no mesmo, traz uma importância para tal estratégia ainda não presente no cenário nacional. Até então, diversos programas já existiam, a partir dos serviços de acolhimento, da sociedade civil ou do próprio judiciário, mas é com a sua presença no Plano Nacional que a estratégia se consolida como alternativa aos acolhimentos prolongados.

O documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (BRASIL, 2009) elaborado para auxiliar tais serviços a organizarem suas práticas de acolhimento, reforça a necessidade de serem criadas estratégias para que o direito à

²³ Está tramitando, em caráter conclusivo na câmara o PL 9987/18, aprovado no dia 06 de novembro de 2019 na Comissão de Seguridade Social e Família que altera o parágrafo do artigo 19 que impede que participantes do Cadastro Único participem de programas de apadrinhamento afetivo, tornando-os aptos para tal.

convivência familiar e comunitária sejam assegurados e novamente apresenta o apadrinhamento afetivo como uma delas:

Projetos de Apadrinhamento Afetivo ou similares devem ser estabelecidos apenas quando dispuserem de metodologia com previsão de cadastramento, seleção, preparação e acompanhamento de padrinhos e afilhados por uma equipe Inter profissional, em parceria com a Justiça da Infância e Juventude e Ministério Público. Nos Projetos de Apadrinhamento Afetivo devem ser incluídos, prioritariamente, crianças e adolescentes com previsão de longa permanência no serviço de acolhimento, com remotas perspectivas de retorno ao convívio familiar ou adoção, para os quais vínculos significativos com pessoas da comunidade serão essenciais, sobretudo, no desligamento do serviço de acolhimento. Para estes casos, a construção de vínculos afetivos significativos na comunidade pode ser particularmente favorecedora, devendo ser estimulada, observando os critérios anteriormente citados (BRASIL, 2009).

Neste documento, notamos que um passo a mais é dado na direção de maior clareza sobre a implementação de programas de apadrinhamento afetivo pelo país, ao serem descritos procedimentos metodológicos para a criação dos mesmos em documento oficial de âmbito nacional.

Outro movimento interessante de acompanhar é a discussão que seguia ocorrendo no âmbito do Ministério Público. O Conselho Nacional do Ministério Público publicou em 2011 a Resolução 71 (BRASIL, 2011), que regulamenta a inspeção de serviços de acolhimento no território nacional, tendo sido alterada em 2012 e em 2013. A Resolução está disponível no site do CNMP e traz em seu corpo o texto seguinte:

Art. 6º Nas hipóteses em que a permanência da criança ou adolescente em entidade de acolhimento exceder o prazo de 02 (dois) anos, por estarem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou, não sendo esta possível, a colocação em família substituta, o membro do Ministério Público deverá adotar todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a garantia à convivência familiar e comunitária do acolhido, dando-se preferência ao seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, na forma prevista no artigo 50, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Caso haja adolescente na hipótese supra mencionada, o membro do Ministério Público deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja adotando as medidas necessárias para o fortalecimento de sua autonomia, a garantia de sua escolarização e profissionalização, nesta última hipótese apenas se tiver idade superior a 14 (quatorze) anos, na forma da lei vigente.

§ 2º O membro do Ministério Público também deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja envidando esforços para a formação de vínculos afetivos para os adolescentes, em programas conhecidos como de “apadrinhamento afetivo”, caso existente. (BRASIL, 2011)

Chama atenção o fato de apadrinhamento afetivo aparecer entre aspas, denotando certo desconforto com relação ao uso do termo, talvez por não se tratar de uma política pública estabelecida, ser estratégia não regulamentada e, ainda, ser utilizado para designar uma diversidade de programas diferentes de apadrinhamento afetivo que já ocorriam por todo o

território nacional. Note que em 2011 já tínhamos o PNCFC e as OTs, mas o desconforto expressava a falta de clareza sobre a estratégia, em tal resolução, denominada programa. Com a legislação, tudo ficou bem mais claro.

Em 2013, o Conselho Nacional do Ministério Público²⁴ lança como um dos produtos da resolução supramencionada, o relatório chamado *Um olhar atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil* (2013). Neste relatório, pela primeira vez temos um levantamento de dados sobre o apadrinhamento afetivo no país:

Iniciativas como a do apadrinhamento afetivo podem beneficiar diretamente as mais de dez mil crianças e adolescentes cujo tempo de permanência nas entidades ultrapassa os dois anos. As inspeções mostram que em cerca de 1/3 dos serviços de acolhimento institucional, nas modalidades abrigos e casas-lares, há programas de apadrinhamento em curso. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p. 77)

O Conselho Nacional de Justiça apresenta em seu site²⁵ matéria em que apresenta o apadrinhamento afetivo, através de textos e vídeos, explicando como funciona e como a comunidade pode participar destas iniciativas. Segundo Maria da Penha Oliveira, psicóloga entrevistada pelo CNJ e coordenadora de um programa de apadrinhamento afetivo conduzido em Brasília pela Organização da Sociedade Civil Aconchego:

O apadrinhamento afetivo é um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas. (apud FARIELLO, 2015, n.p)

O Aconchego²⁶ é uma organização referência neste tema, tendo ampla experiência, não só na implementação de seu programa, mas também na sistematização de metodologia e replicação da mesma. Em 2016, uma parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o CONANDA, foi instituída para que núcleos de apadrinhamento pudessem ser criados por todo país. O projeto Novos Vínculos trabalhava em um eixo com a formação de núcleos de apoio a adoção e em outro com a formação de profissionais para a criação de núcleos de trabalho que promovessem o apadrinhamento afetivo em dez estados brasileiros. Um material qualificado foi produzido e está disponível no site da

²⁴ Disponível em: www.cnmp.mp.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

²⁵ Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

²⁶ O Aconchego é uma ONG que realiza diversos programas de apoio a criança e ao adolescente em situação de acolhimento. Trata-se também de um grupo de apoio à adoção. Disponível em: aconchegodf.org.br. Acesso em: 12 nov. 2019.

Organização e serviu de apoio para que a metodologia fosse replicada pelo país de forma responsável.

Embora o termo apareça oficialmente em documentos nacionais que regulamentam e trazem parâmetros para o atendimento às crianças e adolescentes na proteção especial somente a partir de 2006, constatamos que o apadrinhamento afetivo já ocorria no Brasil anteriormente. Sabemos, através de outros documentos de domínio público como sites, vídeos no Youtube e artigos científicos que já existiam programas bem estruturados de apadrinhamento afetivo, bem como programas sem adequada formação, clareza de papéis, acompanhamento e supervisão.

Um dos mais antigos programas de que encontramos registo em parceria com o poder público, o *Projeto Padrinho*²⁷ ocorre desde o ano 2000, em Campo Grande (MS), liderado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, promovendo um responsável programa de apadrinhamento afetivo. Com um processo de recrutamento, seleção e acompanhamento dos padrinhos, a parceria dos serviços de acolhimento com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul é bastante extensa e, nesses vinte anos de atuação, demonstram-se comprometidos com aprimoramentos constantes e formação continuada de suas equipes.

No Rio Grande do Sul, o Estado, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a organização não-governamental *Amigos de Lucas* (aquela mesma citada nos estudos apresentados na revisão bibliográfica) firmaram em 2012 termo de cooperação para instituir formalmente o Programa de Apadrinhamento Afetivo.

As três iniciativas mencionadas como exemplo, oferecem um arcabouço de informações sobre a realidade do acolhimento, sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, e sobre a função dessa estratégia que serve bem para evitar uma série de mal-entendidos, como o pensamento de que todos ali estão disponíveis para adoção. Ou a visão de inexistência de qualquer vínculo familiar entre o acolhido e sua família de origem ou extensa. Aproximando-nos mais da realidade, entendemos que cada caso é um caso, cada família tem uma história e a entrada em uma relação de apadrinhamento exige o reconhecimento dessa história passada.

As metodologias para a instituição de programas de apadrinhamento afetivo devem oferecer espaços de formação e reflexão sobre a complexidade e importância do papel de madrinha e padrinho, apoiando o processo decisório dos adultos interessados em participar do programa. Decidir participar tem uma implicação ética enquanto sujeito social que precisa estar clara, um compromisso com o cuidado que vai além das primeiras expectativas com o

²⁷ Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/projetopadrinho>. Acesso em: 12 nov. 2019.

programa. O processo de formação de padrinhos e madrinhas pode e deve ser também um processo de seleção mútua, em que os adultos vão amadurecendo a compreensão de suas possibilidades e limitações, falando sobre suas expectativas, entendendo melhor o seu papel e assim optando por aderir.

Além disso, é preciso que seja feita uma averiguação do histórico daquele adulto, levantamento documental que representa uma política de salvaguarda das crianças e adolescentes. E ainda é preciso que a parceria com a Vara da Infância e Juventude seja bem estabelecida e clara, respaldando todos os participantes no processo: padrinhos, madrinhas, crianças e adolescentes, organizações implementadoras do programa e serviços de acolhimento.

Por fim, e não menos importante, está a necessidade de apresentarmos o programa de apadrinhamento afetivo como uma oportunidade para as crianças e adolescentes, preparando-as para a experiência, acolhendo suas dúvidas, esclarecendo o que for possível e acompanhando-a nas angústias que podem ocorrer durante o processo. Muitas crianças e adolescentes demonstram não ter total clareza do que é o programa de apadrinhamento (GOULART; PALUDO, 2014), mesmo já sendo participantes afilhados.

Parece-nos claro que nenhuma legislação seria capaz de substituir boas metodologias para que programas de apadrinhamento afetivo possam ocorrer de forma mais segura. A aprovação do apadrinhamento afetivo como lei é grande provocador de sua expansão no Brasil, mas a qualidade da oferta dos programas e, portanto, das experiências das crianças e adolescentes nestes, é devida a metodologias capazes de recrutar, selecionar, formar, acompanhar e apoiar padrinhos e madrinhas nessa escolha de se tornar um sujeito participante desta prática de cuidado.

O Instituto Fazendo História, organização que sedia o programa de apadrinhamento afetivo onde os adolescentes que iremos entrevistar estão inseridos, atua desde 2005 com o tema da convivência familiar e comunitária e desde 2015 tem um programa de apadrinhamento afetivo bastante cuidadoso com todos os participantes. Há duas publicações desta organização sobre o tema.²⁸

2.3 Sobre o programa de Apadrinhamento Afetivo do Instituto Fazendo História

O Instituto Fazendo História (IFH) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), fundada em 2005 que tem como missão colaborar com o desenvolvimento de crianças e

²⁸ Apadrinhamento afetivo: Guia de implementação e gestão e Apadrinhamento afetivo, caderno de atividades, ambos disponíveis em www.fazendohistoria.org.br.

adolescentes com experiência de acolhimento. Os valores que norteiam sua prática são: direito às histórias de vida, voluntariado qualificado, compartilhamento de conhecimento, franqueza nas relações e compromisso com crianças e adolescentes. Atua a partir de diversos programas voltados diretamente às crianças e aos adolescentes, mas também aos profissionais dos serviços de acolhimento.

O programa de apadrinhamento afetivo do Instituto Fazendo História foi iniciado em 2015, idealizado de forma alinhada com o Plano Nacional de Promoção e Defesa da Convivência Familiar e Comunitária. O IFH é uma organização que mobiliza a comunidade para apoiar sua missão, norteado por seus valores.

O objetivo geral do apadrinhamento afetivo do IFH é o de proporcionar às crianças e adolescentes (de 10 a 17 anos), com poucas chances de reintegração familiar ou adoção, a vivência de vínculos afetivos individualizados e duradouros e a ampliação de suas experiências sociais, culturais e de convivência familiar.

Essa mobilização da comunidade fortalece e significa a própria implementação do Artigo 227 da Constituição Federal na vida dos cidadãos. Trata-se do aceite à convocação constitucional para a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade, nos cuidados com as crianças e adolescentes. O participante do programa de apadrinhamento afetivo percebe-se como responsável, individualmente, pelo bem-estar de crianças e adolescentes, coletivamente falando. Abre espaço em sua vida pessoal e familiar para exercer esse cuidado no cotidiano. Apadrinhar e amadrinhar vai ainda além do voluntariado qualificado, é um exercício profundo de cidadania na relação com as crianças e adolescentes que, afastados de suas famílias, estão em um momento de alta vulnerabilidade social mas, sobretudo, altíssima vulnerabilidade emocional.

Como objetivos específicos, o programa enumera:

- 1) Ampliar a rede de apoio afetivo e comunitário das crianças e adolescentes.
- 2) Fortalecer o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes
- 3) Favorecer a autonomia e a construção de um projeto de vida.
- 4) Possibilitar experiências de convivência familiar.
- 5) Fomentar a continuidade e permanência de laços estabelecidos na relação entre as crianças e adolescentes e os padrinhos e madrinhas.

A base do programa de apadrinhamento afetivo é o vínculo. *O afetar o outro e deixar-se afetar*, nas palavras da própria equipe técnica. A proposta é de entrega para experienciar um novo vínculo. A aposta na potência de um encontro humano que seja transformador faz da iniciativa um programa complexo e artesanal, onde cada encontro produz novos sentidos. Por

artesanal, entendemos um programa que não pode ser conduzido de forma metódica, como se uma fórmula fosse capaz de atender a todos. Cada caso é um caso e para cada pareamento entre adultos e crianças e adolescentes e dar, é preciso uma atenção e cuidado especial. Sistematizar a metodologia é fundamental, mas implementá-la de forma sensível e singular, considerando as peculiaridades de cada sujeito.

Num programa de voluntariado comum, existe uma tarefa a ser desempenhada, mas o apadrinhamento afetivo ultrapassa o *fazer algo para alguém*. Ele convoca o padrinho e/ou madrinha para uma experiência incerta em busca de um encontro capaz de gerar uma transformação em quem participa, (para melhor, é claro), mas não por estratégias claras. O que pode servir para um caso, pode ser terrível para outro. O que um adolescente precisa pode ser muito diferente do que o que outro está buscando. Assim, é importante que a equipe do programa acompanhe minuciosamente os movimentos iniciais para ajudar a fazer com que cada encontro possa ser o melhor possível, para aquela dupla nessa jornada.

Há uma etapa de qualificação nos serviços de acolhimento, onde equipes são preparadas e são discutidos os casos que deverão ser incluídos no programa, priorizando-se casos com poucas chances de reintegração familiar ou adoção. Em seguida, há um processo de preparação das crianças e adolescentes que têm interesse em participar do programa, onde as dúvidas iniciais podem ser esclarecidas. A participação é voluntária e a criança ou adolescente pode participar dos primeiros encontros sem ter ainda o compromisso de permanecer no programa.

Concomitantemente, as pessoas que manifestaram interesse em ser padrinhos e madrinhas, relatam suas experiências e expectativas, são informadas sobre o programa e decidem por participar (ou não) dos encontros de qualificação que são finalizados com entrevistas individuais. Há ainda uma checagem documental (documentos identificatórios, comprovante de endereço, ficha criminal) dos padrinhos e madrinhas, oferecendo maior segurança para as crianças e adolescentes.

Ocorrem então os primeiros encontros lúdicos, entre as crianças e adolescentes e os candidatos a padrinhos e madrinhas, para que possam ir se conhecendo e mapeando as aproximações espontâneas, até que seja oficializado o pareamento: uma madrinha e/ou padrinho para cada criança ou adolescente. Há estudos (GREESON *et al.*, 2010, 2015a) que demonstram que a naturalidade no processo de mentoria é algo bastante favorável ao sucesso da iniciativa. Essa aproximação não transforma os encontros em mentorias naturais, mas ao oferecer oportunidades de empatia espontânea facilita encontros, a partir de movimentações e trocas mais naturais do que uma simples designação de adultos para crianças e adolescentes.

O acompanhamento e suporte dos padrinhos e madrinhas, bem como das crianças e adolescentes é essencial - o acolhimento, apoio e disponibilidade para ouvi-los, pensar junto e buscar caminhos fazem diferença. São reuniões mensais das técnicas do programa com os padrinhos/madrinhas e com os técnicos dos abrigos. A partir do segundo ano, há reuniões bimestrais das técnicas do programa com equipes técnicas dos serviços, além de conversas individuais quando necessário e suporte por e-mail, telefone e WhatsApp.

Com relação aos números do projeto, de 2015 a 2018 foram realizadas 5 edições, com 7 qualificações e 12 serviços parceiros na cidade de São Paulo, num total de 143 pareamentos, dos quais 122 seguiam ativos em de 2019.

3 CONCEITUANDO AFETO

3.1 Referências fundamentais

Muitos autores estudaram as relações afetivas e a capacidade de vinculação entre as pessoas e dois deles estão presentes em quase todos os trabalhos sobre o tema. São eles John Bowlby e Donald Winnicott. Ambos enfatizaram a necessidade de vínculos e relações afetivas na formação do sujeito e, ao desenvolverem suas pesquisas e teorias atreladas ao contexto do período seguinte à Segunda Guerra Mundial, observavam muitas crianças privadas dos cuidados parentais. O desafio era pensar o impacto da separação das crianças de seus pais em seu desenvolvimento, assim como avaliar e validar estratégias para que novas relações e vínculos pudessem ser constituídos. Esse é também o caso dos meninos e meninas em serviços de acolhimento.

Bowlby (1984) enfatiza em sua teoria que a necessidade de se vincular acompanha os seres humanos por toda a vida e os padrões de apego desenvolvidos durante a primeira infância marcam a forma como cada pessoa irá construir seus demais vínculos. Para o autor, um cuidador primário é fundamental e é esse cuidador que estabelece o modelo através do qual outros comportamentos serão moldados. Sua teoria nos apoia na defesa da família acolhedora como melhor alternativa para os bebês que precisaram ser retirados de suas famílias.

O foco principal de atenção de Winnicott (1982) também foi no desenvolvimento do bebê e a forma como as relações estabelecidas neste começo da vida influenciam as relações que seguem. Para o autor, um ambiente que favoreça boas relações e respostas adequadas às necessidades do bebê conduzirá a um desenvolvimento saudável, enquanto o ambiente que falha demasiadamente, pode levar a cicatrizes importantes no processo de desenvolvimento, surgindo assim doenças e sintomas relacionais. A mãe costuma representar este ambiente por completo, no começo da vida, mas outras pessoas, que não a mãe, teriam condições, segundo o autor, de oferecer um ambiente suficientemente bom.

O conceito de *mãe suficientemente boa* e *ambiente suficientemente bom*, cunhado por Winnicott explica que não se busca um ambiente sem falhas ou uma mãe perfeita, mas uma certa constância nas respostas e possibilidades de atender ao bebê, de modo que ele possa se frustrar, por vezes, mas não a ponto de ter seu desenvolvimento prejudicado.

Um certo nível de frustração faz parte do desenvolvimento saudável. O prejuízo se dá apenas na vivência do *stress* tóxico (já mencionado aqui a partir da pesquisa do Dr. Charles Nelson), aquele caracterizado pela falta de cuidados e respostas recorrente, ou mesmo causado

por ambientes de violência e insegurança, onde os cuidados fundamentais não podem ser prestados. Assim, Winnicott (2019) frisa que ser cuidado é algo fundamental ao ser humano, começando nos primeiros dias e anos de vida, mas seguindo por toda a vida, na forma como as relações se estabelecem.

Boris Cyrulnik (2004) também entende que os tipos de apego que as crianças aprendem nesses primeiros anos de vida, especialmente na relação com a mãe, embasam o estilo relacional que estabelece com os outros e com o mundo, mas sempre se alteram, de acordo com o contexto e com as novas configurações e relações. Explica que uma provação precoce cria um movimento de vulnerabilidade que exige uma compensação para se reequilibrar. O autor demonstra através de diversos estudos apresentados em seu livro *Os Patinhos Feios*, como as relações afetivas que se estabelecem no decorrer da vida podem ocupar esse *status* de “tutores de resiliência”, favorecendo uma capacidade relacional mais saudável.

Existe uma ampla capacidade reparadora nas novas relações afetivas para uma criança que teve parte de seu desenvolvimento integral interrompido por dificuldades na oferta de cuidados. O autor explica que o ser humano tem capacidade de retomar o seu desenvolvimento psíquico após traumas, adaptando-se a ambientes diferentes e sendo capaz de superar problemas, constituindo-se como um sujeito resiliente. Para ele, situações violentas geram dor, mas é a impossibilidade de se relacionar com os fatos que gera um real traumatismo, uma marca que atrapalha o desenvolvimento saudável. Se, através de encontros potentes com outras pessoas, for possível falar sobre as situações, atribuir novos significados aos fatos, é possível haver potência transformadora.

O autor descreve ainda a importância das palavras, como elemento distanciador do fato, o que promove a construção de novos sentidos. “O simples ato da fala cria uma separação que nos faz existir como sujeito cuja maneira de interpretar o mundo é única e pessoal” (CIRULNYK, 2004, p. 116). E completa afirmando que o mundo muda quando se passa a falar, e que falando é possível mudar o mundo. Descrever cenas, dar nome para os sentimentos, validar situações através da palavra, da linguagem, tudo isso permite uma nova relação, um novo sentido para a experiência que tem uma função reparadora, capaz de transformar completamente o que foi vivido, o fato, em uma nova experiência.

Os autores mencionados partem da Teoria do Apego (BOWLBY, 1984) e da psicanálise (WINNICOTT, 1987; CIRULNYK, 2004) e entendemos que, para estudar o apadrinhamento afetivo, é preciso considerar ainda outros fatores que não apenas as relações bi pessoais. Há a história pessoal de cada um, a história genética e epigenética, a história social. É preciso compreender o que significa a vivência institucional do ponto de vista social e

antropológico. É fundamental considerar que cada pessoa experienciará o afeto em cenas, formas, práticas diversas. Como então aprofundar essa visão de afeto para além do núcleo familiar ou relações binárias ou, quando muito, triangulares e familiares? Para um menino ou uma menina acolhida, o anúncio da possibilidade de um padrinho afetivo dispara componentes de diversas dimensões. Como pesquisar o afeto considerando todas as suas dimensões?

3.2 Novos aportes teóricos: Giro afetivo

Michael Hardt (2015), no prefácio de “Para que Servem os Afetos?”, faz uma reflexão sobre como os trabalhos acadêmicos, principalmente os desenvolvidos nos Estados Unidos, assumem a afetividade como eixo central em suas atividades de pesquisa. Chegam a comparar este movimento com outras viradas que ocorreram na história, como o “Giro Linguístico” com relação à produção de conhecimento e, a partir dessa referência, menciona um “Giro Afetivo”. A ideia é de que os afetos passam a tomar lugar central nas investigações sobre os fenômenos humanos. Este tipo de aproximação nos pareceu especialmente interessante nesse estudo, onde há uma proposta efetiva, uma estratégia para favorecer encontros afetivos, vínculos importantes, potentes e transformadores em prol do direito à convivência familiar e comunitária. O afeto está até na denominação da estratégia: apadrinhamento *afetivo*.

Hardt (2015) menciona Spinoza, frisando dois pontos fundamentais: primeiro o ponto que propõe uma equivalência entre o corpo e sua potência de agir, e a mente e seu poder de pensar e, segundo o poder de agir e ser afetado. A correspondência apresentada indica que, quanto maior a possibilidade de ser afetado, maior a potência de agir. Neste sentido, Spinoza nos abre um importante caminho ao iluminar o que ocorre no campo relacional, neste encontro que potencializa, amplia, gera possibilidades.

A ampliação da potência de agir sempre vem, para Spinoza (2014), de um encontro com o outro. É da ampliação da receptividade que surge a maior capacidade de agir e transformar o mundo. Trata-se de uma dialética entre o corpo, as emoções e a razão, a capacidade de ser afetado pelo outro e pelo mundo e, simultaneamente de afetar o outro e transformar o mundo. Esta perspectiva nos oferece ricas possibilidades de investigação do nosso tema de pesquisa.

Os adolescentes que foram acolhidos passaram por perdas importantes, têm histórias difíceis e podem ser assolados pelo que Spinoza (2014) chama de *paixões tristes* que os impedem de atingir seu potencial no mundo. O medo, a solidão, a desesperança, a culpa, a vergonha, todos esses são sentimentos que costumam ser mencionados e compõem de forma

intensa a personalidade dos adolescentes acolhidos. Essas emoções tendem a nos paralisar, diminuem a potência de agir, imaginar e transformar o mundo. Para Spinoza (2014), o remédio são *paixões alegres*, boas, que só podem ser desenvolvidas através das relações que são estabelecidas com o outro e com o mundo.

Deleuze (2010) dá um passo a mais nesta reflexão. Para ambos os autores, é antes de tudo pelo afeto e pelos encontros que nos constituímos. Assim, pensar um encontro seria pensar numa ocasião em que a capacidade de agir e existir é ampliada, ou diminuída, dependendo de como ele se dá. Nessa perspectiva, encontros potentes são aqueles que vão além do tecnicismo ou da passividade do ajustamento social, gerando uma compreensão maior de si mesmo, de seus valores e de sua potência. Como coloca Henrique Iafelice no texto “Deleuze devorador de Spinoza”: “O ato criativo se faz sempre e a partir de um encontro de algo que involuntariamente nos desloca, nos afeta, desestabilizando nossas próprias certezas, abrindo em nós um espaço para o impensável do próprio pensar.” (IAFELICE, 2016, p. 20)

Segundo Deleuze (2010, p. 25, grifo nosso) “o mundo não é algo dado, mas algo a ser decifrado e decifrá-lo é um dom. E não há outro caminho para aprendermos a decifrá-lo a não ser pelos encontros [...] **O que existe são apenas acontecimentos, encontros e afetos**”.

A pergunta que vai se fortalecendo nessa trajetória de compreensão dos afetos é até que ponto a relação do apadrinhamento afetivo promove, de fato, encontros capazes deste tipo de potencialização, ou será que há, por vezes, relações a serviço da manutenção de um ajustamento social passivo de quem já tanto perdeu, sofreu, se inundou de dor e trauma, contentando-se com migalhas capazes de remedar um ajustamento social triste, sem brilho.

O conceito de sofrimento ético-político trazido por Bader Sawaia (2014) soma-se aqui delimitando uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão bastante interessante no caso de crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, sobretudo por dois aspectos. Em primeiro lugar, por incluir a afetividade como conceito balizador para uma investigação de situação tão delicada da condição humana como a separação de filhos de seus pais, inseridos em um contexto social. Não há, e não é possível haver, neutralidade frente a tais questões humanas: os afetos existem e são inseparáveis da história, do mundo das ideias e também das ações e cenas cotidianas. A afetividade é validada como parte intrínseca da questão, sem precisar perder o rigor teórico-metodológico, como poderia ser considerado por uma ciência mais positivista ou cartesiana. Pelo contrário, assumindo-a como parte da epistemologia e ontologia da investigação.

Em segundo lugar, por alçar a categoria dos afetos e emoções ao âmbito *ético-político*, que não pode ser explicado unicamente pelas vivências pessoais de cada sujeito, mas por sua

condição como ser social, inserido em uma dialética de inclusão e exclusão que mobiliza, provoca e constitui cada sujeito em sua teia de afeto e afetações; em sua capacidade de afetar e ser afetado pelo outro e pela sociedade. Assim, o conceito de *sofrimento ético-político* não se refere a um sentimento ou uma emoção, mas a vários. São afetos que impedem o crescimento, a capacidade de agir, a potência de transformar o mundo. Não se trata apenas de ter sido separado de sua mãe ou pai, mas de ver a sua família em condições precárias de moradia e saúde. Trata-se de notar que seus avós já viviam de modo similar, de perceber que o ciclo de exclusão é repetitivo e forte. No *sofrimento ético-político*, a realidade se impõe de forma brusca na vida do sujeito, impedindo-o de acessar sua potência, aprisionando-o na solidão, no desespero, na conformidade com a mesmice e servidão, o desejo de um mero e opaco ajuste.

Frente ao desamparo social que assola os jovens e, quase sempre suas famílias, os encontros potentes precisam ser ainda mais fomentados para que as histórias se transformem, para que novas experiências, as positivas, sejam ampliadas, com ainda mais intensidade, capazes assim de ser um antídoto para o sofrimento ético-político. Nesses encontros, a capacidade de imaginar um futuro melhor é eixo para a quebra do ciclo de exclusão. O que diferencia uma experiência de outra é essa capacidade de imaginar e assim, de forma singular, transformar a realidade. Viver e criar oportunidades para encontros potentes ou movimentos sociais potentes, a cada dia, ainda que a realidade se apresente com poucas perspectivas futuras.

O apadrinhamento afetivo pode gerar ações transformadoras, mas pode também ser apenas mais uma estratégia de manutenção da *servidão*, se não for realmente movido por encontros criativos e potentes. Não basta estar com o outro, é importante gerar novos sentidos para as situações e cenas cotidianas, a partir destes encontros. Expandir a imaginação, juntos, para expandir a realidade.

Essa breve incursão em autores como Spinoza (2014), que inaugura uma nova compreensão de encontros afetivos, passando por Deleuze (2010) até chegar à pesquisadora brasileira Bader Sawaia (2010; 2014), que insere as relações afetivas no nosso contexto social, amplia nossa visão de afeto. É preciso olhar para além da dualidade da teoria do apego ou das motivações e mistérios inconscientes pautadas nas dinâmicas familiares da psicanálise que ofuscam a análise psicossocial. Ainda, compreender as emoções para além da visão positivista das ciências médicas e biológicas. Ampliar a compreensão das relações sociais, sem perder a dimensão humana individual, singular subjetiva, mas também antropológica e social.

3.2.1 Sobre as relações sociais como práticas afetivas: a proposta da psicologia discursiva na voz de Margaret Wetherell

Margaret Wetherell (2009), em seu livro *Affect and Emotion: a new social science understanding*, nos “presenteia” com um abrangente panorama sobre o conhecimento construído sobre afetos até hoje, criticando a parcialidade das concepções, e buscando o que há de mais rico e importante em cada uma delas, visando de certa forma, integrá-las, na medida do possível.

A partir dessa análise, Wetherell (2009) propõe uma análise das relações afetivas a partir do conceito de **práticas afetivas**. Em seu minucioso estudo sobre as conceituações existentes de afeto, sentimento e emoção, argumenta em favor de *práticas afetivas* como a “menor unidade” e mais coerente para quem está interessado em aprofundar sua compreensão sobre afetos e emoções e como esses se manifestam no cotidiano. É um jeito de pensar que une as teorias psicológicas com a análise social, sem desprezar as ciências biológicas. As práticas afetivas focam nas emoções como elas aparecem na vida social, “seguindo” o que as pessoas fazem e possibilitando um olhar mais amplo e sistêmico, menos simples e causal.

A autora reconhece que os afetos interessam as pesquisas sociais, mas são bastante complexos e, a maioria das linhas de pesquisa até o momento atual acabam por fazer uma escolha que exclui as diversas dimensões do afeto. “Como nos engajar e estudar um fenômeno que é ao mesmo tempo corporal, neurológico, subjetivo, histórico, social e pessoal” (WETHERELL, 2009, p. 11, tradução nossa).

A análise de práticas afetivas parte do pressuposto que essas práticas estão situadas, conectadas e articuladas de forma dinâmica, sistêmica e interdimensional. Segundo a autora, o afeto humano é intrinsecamente ligado com a construção de sentido e com o discurso, no cotidiano. Inútil tentar separá-los. As práticas reúnem as sensações corporais que surgem a partir de um passado ou por um futuro antecipado, repleto de expectativas e construções de sentido. Há uma ampla gama de associações conscientes e não conscientes, hábitos e padrões de relacionamento estabelecidos ao longo da vida de cada um. Assim, o termo *prática* é melhor do que *evento* ou *encontro*, sendo capaz de demonstrar o senso de continuidade. O conceito é elástico o suficiente para abarcar as sensações que surgem “*do nada*” no corpo, de forma espontânea, mas também acolhe processos emocionais associados a conceitos, ideias ou cenas passadas, nossas ou de outros e da comunidade ao nosso redor, que nos influenciam.

A autora argumenta, ao longo de seu livro, contra as perspectivas de afeto que fecham as conexões entre diferentes formas de padronização e não permitem figuras cruzadas em suas

teorias. Ela afirma que seu objetivo é desenvolver uma maneira de pensar e estudar sobre afeto e emoção “por meio da noção de prática que pode ser geradora de pesquisas sociais, baseando-se em trabalhos anteriores e tomando empréstimos de várias fontes” (WETHERELL, 2009, p. 96, tradução nossa), em uma abordagem genuinamente eclética. Ela defende formas de análise de práticas afetivas que possam interrogar a organização dos regimes discursivos e emocionais, bem como seus padrões práticos e situados, para entender a montagem, composição ou representação de um episódio afetivo.

Em livre tradução, “a construção afetiva de sentido no presente será uma mistura de significados pessoais e culturais do passado levados adiante e combinados com as atuais circunstâncias relacionais. Em outras palavras, o passado está disponível como uma espécie de armazém inconsciente de possíveis associações e padrões pessoais, colorindo a nova experiência e construindo a percepção. Está aberto à revisão e será constantemente reformulado à luz do presente” (WETHERELL, 2009, p. 153, tradução nossa).

Assim, utilizaremos o conceito de práticas afetivas em nossa análise das entrevistas com os jovens, compreendendo que faremos recortes de experiências cotidianas que são atos permeados de conceitos e interpretações. Essa visão faz jus, como menciona a autora, às reivindicações de antropólogos, construcionistas e psicólogos discursivos de que são os processos de cultura e aprendizado, e não os corpos isolados que analisam e fragmentam os objetos em experiências nomeáveis. São os fenômenos entrelaçados, entre corpos e discurso, social e pessoal que podem ser estudados na unidade de práticas afetivo-discursivas, impossíveis de serem desvencilhados.

3.3 Cada sujeito, um sentido

Como a experiência do apadrinhamento afetivo afeta cada criança e cada adolescente ainda é uma pergunta com poucas pistas, poucas respostas e escassos estudos. A descrição oficial, inscrita na Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017) e a apresentada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), certamente não são as únicas existentes e possíveis. A cada aproximação do tema, dependendo de quem se expressa, de como se aproxima e principalmente como o enuncia, novos significados e sentidos para a experiência do apadrinhamento afetivo vão sendo descobertos.

No presente estudo, não buscamos uma verdade universal sobre o tema, numa visão positivista que comprove ou desaprove a funcionalidade da estratégia. Pelo contrário, partimos

de uma visão crítica do conhecimento que é característica do movimento construcionista. Para Lupicinio Iñiguez-Rueda (2003), é justamente essa postura de constante questionamento do que é considerado como natural ou óbvio ou que se estabilizou tornando-se uma verdade cristalizada que torna possível enfatizar a perspectiva de que acontecimentos são construídos sócio historicamente, circulando sob versões diversas.

Seguindo nessa postura em relação à produção de conhecimento, consideramos que um fato não é essencialmente verdade, determinado por sua natureza intrínseca, mas sim uma experiência que decorre de uma construção social. A *postura antiessencialista*, de acordo com Iñiguez-Rueda (2003) presume que as pessoas e o mundo não possuem uma natureza determinada, mas são constituídos nas práticas sociais. Dessa forma, não é possível conceber a realidade existindo independente do conhecimento que se produz sobre ela – *antirrealismo* –, mas como sendo configurada num emaranhado de versões construídas coletivamente, permitindo uma atitude *relativista* (MÉLLO et al., 2007).

A permissão para que a dúvida sobre o conhecimento que está posto possa surgir é a base para que novas realidades e verdades sejam enunciadas sobre o objeto de pesquisa. Se, por um lado, investe-se em programas e núcleos de formação de padrinhos afetivos por todo território nacional, por outro, carece-se de mais informações, dados, narrativas e expressões que surgem dos sujeitos da experiência, de jovens que foram apadrinhados e que, ao participarem deste estudo, têm no encontro com a pesquisadora a oportunidade de produzir novos sentidos para as experiências, cenas e afetos que compõe e compuseram suas experiências de afilhadas/os.

Abrir espaços para que o apadrinhamento afetivo seja discutido sob o prisma de quem passa pela experiência é o campo e conhecimento que buscamos explorar. A linguagem, nessa construção, é central, pois trata-se de um instrumento para criar acontecimentos e condição de existência para certos “estados de coisas”, como ressalta Tomás Ibáñez (2015). Buscamos o aprofundamento da compreensão sobre como adolescentes vivem, enxergam, sentem e, sobretudo, enunciam a sua experiência de apadrinhamento afetivo. Certos de que, para cada jovem, a experiência é única, dependendo de uma série de componentes do contexto sócio histórico e afetivo em que estão imersos, a busca é por narrativas múltiplas, não uma verdade ou números que, agrupados, nos aproximem de como uma maioria pensa ou sente.

O relativismo, assumido como postura, norteia esse estudo em radical contraponto a argumentos absolutistas, e segue respaldando o trabalho de busca de conhecimento apesar de todas as tentativas de desqualificação, conforme indica Ibáñez (2015). Em primeiro lugar, a hostilidade provém historicamente de uma atitude religiosa, que o absolutismo fundamenta, de

que existem verdades incontestáveis e inquestionáveis. Por exemplo, o termo *apadrinhamento* provém de uma cultura religiosa. O padrinho, pelo cristianismo, é aquele que irá se corresponsabilizar pela formação moral e religiosa de seu afilhado, além de se tornar responsável pelo seu desenvolvimento espiritual em caso da falta das figuras parentais. Assim, como seria possível questionar a benevolência deste tipo de relação? Sem dúvida, o que se pretende é uma experiência afetiva boa. Entre a pretensão e a realidade, pode haver uma diferença. Padrinhos seriam, pelo argumento absolutista, figuras de afeto, importantes, valiosas e essencialmente boas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sobretudo na ausência de seus pais e mães. Uma postura relativista nos permite questionar esta visão, perguntando-nos como essa experiência afeta quem a vive, sem garantias de sucesso ou pré-julgamentos.

Como os afetos aparecem, circulam, são notados e ganham sentido e importância para quem vivência e enuncia a experiência? Usufruo aqui da palavra *depende*, em sua imensa transitividade de verbo. Depende de quem vive, de quem enuncia, da maneira como foi iniciado e concebido. Depende do tempo histórico e da condição emocional, do encontro possível, naquele tempo e lugar, únicos. Sim, tudo e todas as verdades vão depender de algo, de muitas coisas, das pessoas e da situação. Por fim, de uma profunda escuta, que num encontro produz novos sentidos a cada experiência, na nossa vida cotidiana.

Ibáñez (2015) afirma que aceitar um sistema de valores que, ao não depender de nós próprios, só nos oferece a adesão, leva-nos a abandonar o pensamento crítico e renunciar ao exercício de liberdade. Sendo o apadrinhamento afetivo permeado pela premissa *do bem*, de afeto e cuidado incrustados pelo cunho religioso, a tendência a não ter seu valor questionado é grande. Ou seja, o tema de nosso interesse é considerado *essencialmente* bom, não dependendo de nada nem ninguém. Assim, não temos como alterá-lo, aprimorá-lo. Restaria, segundo o autor, a opção de nos submetemos aos imperativos traçados pelo justo caminho do *Bem* e da *Verdade*. Mas nossa postura anti-essencialista, relativista, constrói a dúvida e a pergunta. Seria mesmo só bom? Como essa relação afeta cada um que a vive? Como o afeto se manifesta e como se esquia?

Do ponto de vista do relativismo, cada verdade está condicionada a um contexto a um sujeito; a um momento histórico. E a riqueza da descoberta de cada verdade é justamente a possibilidade de uma atuação crítica a partir do que se apresenta no cotidiano. Se por um lado, a crítica ao relativismo é de que a não chegar em *uma verdade* absoluta deixa o pesquisador no escuro sobre como se relacionar com o tema estudado, defendemos, em contraponto, que a

análise do contexto, do tempo histórico e de outras tantas “variáveis” nos permite uma atuação prática mais potente, sendo capaz de novos sentidos no cotidiano.

Kenneth Gergen (1985 apud SPINK, 2010, p. 9) afirma que “a investigação construcionista preocupa-se com a explicitação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem”. O autor, importante referência no movimento construcionista, adota a perspectiva de que o conhecimento não é algo que existe em algum lugar, a ser descoberto. O conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas, resultado de práticas sociais que surgem em encontros em determinado momento e local, no cotidiano. Desta forma, a cada encontro entre padrinhos, madrinhas e afilhados e afilhadas, um universo de sentidos é produzido, e a análise das práticas afetivas nos permite maior compreensão desse universo.

4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

4.1 Objetivo

Compreender como as práticas afetivas se manifestam nas relações entre padrinhos e madrinhas e afilhados e afilhadas, na perspectiva dos jovens que passaram pela experiência.

4.1.1 Objetivos específicos

- 1) Compreender como o apadrinhamento afetivo se insere na sociedade brasileira como uma estratégia de convivência familiar e comunitária, ao longo do tempo.
- 2) Caracterizar, a partir das entrevistas, a diversidade de atividades e ampliação do universo de trânsito dos jovens que ocorre no contexto do apadrinhamento afetivo.
- 3) Compreender como os afetos aparecem nessa relação, a partir de cenas do cotidiano.

4.2 As etapas da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa constituiu-se de um levantamento documental do que havia sido produzido sobre o tema, passando por documentos oficiais a todos os documentos de domínio público, produzidos no Brasil. Buscamos saber o que estava sendo dito sobre o apadrinhamento, que conhecimento acumulado já estava disponível e deveria ser aproveitado para compor esse estudo. Considerando a trajetória do termo nas duas últimas décadas no país, até tornar-se lei, entendemos importante essa análise contextual ampla sobre o termo.

Além da revisão bibliográfica científica específica sobre o tema, houve uma revisão histórica sobre os direitos de crianças e adolescentes no país e uma breve apresentação sobre o cenário atual sobre serviços de acolhimento no país. Por fim, apresentamos os principais documentos oficiais nacionais que se referem ao apadrinhamento afetivo, considerando que tivemos alterações legais relevantes nos últimos anos, bem como Planos e Políticas nacionais lançados, diretamente relacionados ao tema.

Embora tenham sido muitas as leituras de artigos internacionais, dos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Espanha, Portugal e outros, sabemos que são muitas as peculiaridades de cada país com relação a esse tema. Os diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e legais, fazem com que práticas similares ao apadrinhamento tomem formas e significados muito diferentes em cada lugar do mundo. Desse modo, concentramo-nos em estudar o

apadrinhamento afetivo no Brasil, embora estudos longitudinais executados em outros países possam nos trazer pistas sobre como essa experiência afeta a vida de jovens no mundo todo. Seleccionamos então estudos longitudinais que nos apresentavam descobertas interessantes, sem a pretensão de realizar uma ampla revisão bibliográfica internacional. Neste momento a proposta foi apenas de apresentar estudos que oferecem dados para análise e reflexão sobre os programas no âmbito nacional.

Estas etapas descritas foram essenciais para responder ao objetivo da contextualização do apadrinhamento afetivo no Brasil, compreendendo como o mesmo se insere na sociedade brasileira como uma estratégia de convivência familiar e comunitária.

A etapa da pesquisa em campo, inicia-se ao mesmo tempo, definindo-se que seriam escutados jovens participantes do programa de apadrinhamento afetivo do Instituto Fazendo História. O primeiro passo foi uma contextualização do programa: há quanto tempo ocorre, como se desenvolve, equipe técnica envolvida, padrinhos e madrinhas, crianças e adolescentes. Em seguida, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de duas discussões de equipe, com todos os integrantes da organização, refletindo sobre os números e desafios do programa. Na segunda reunião, a equipe do programa trouxe dados específicos sobre a realidade atual, apresentados em capítulo anterior.

O tema de pesquisa foi então apresentado para a equipe do programa, juntamente com o desenho imaginado para a escuta dos participantes, para ser discutido e aprimorado. Houve também uma discussão do desenho de pesquisa com um adulto jovem que participou do programa, já conhecido de longa data da pesquisadora, para que pudesse propor ajustes e auxiliar nos detalhes preparativos para as entrevistas.

O instrumento escolhido foi o de entrevistas. A participação se deu a partir de convite da pesquisadora para participação voluntária em uma entrevista aberta, a partir de questões norteadoras, ligadas a relação com o programa de apadrinhamento afetivo do Instituto Fazendo História, bem como, e principalmente, a relação com o padrinho e/ou madrinha afetivos.

O número de participantes não tinha qualquer relação com a busca de uma “amostragem significativa”, mas sim com uma busca de diversidade de experiências e contextos que nos permitiria um maior espectro de informações sobre a experiência do apadrinhamento afetivo. O perfil dos participantes foi discutido com a equipe técnica do programa. A decisão de pedir indicações nos deixou seguros de que escutaríamos diversas versões da experiência de apadrinhamento afetivo, sem que estivéssemos atrelados aos casos mais emblemáticos e estereotipados do programa, representando “o que deu muito certo” ou “o que deu muito errado”. As perguntas orientadoras foram ligadas aos objetivos específicos 2 e 3, conforme

descritos inicialmente. A ideia era guiar os jovens para que pudessem descrever as atividades realizadas no contexto da relação do apadrinhamento e descrever cenas cotidianas em que o afeto pudesse aparecer, se manifestar.

Não havia uma formulação exata de perguntas, mas o roteiro permitia que os objetivos fossem abordados a partir de narrativas livres, com perguntas orientadoras, conforme roteiro anexo. Em seguida, realizamos a análise através da organização de cada entrevista por atividades, cenas do cotidiano, dando por fim, destaque às práticas afetivas, onde pudemos tecer uma reflexão com base na bibliografia teórica e temática sobre²⁹ o apadrinhamento afetivo.

4.3 Sobre as entrevistas

A escolha por realizar entrevistas individuais e não estruturadas, se pauta na curiosidade construcionista que exige abertura para um encontro solto, o mais acolhedor possível, para que uma fala livre possa se apresentar.

Houve um roteiro com perguntas norteadoras, mas a condução do processo se deu de forma aberta e conjunta, havendo espaço para a criação do encontro pelo entrevistado e do entrevistador. Na entrevista aberta, um ponto que não havia sido objeto de interesse inicial, poderia aparecer como algo novo, que se revelou importante no decorrer da conversa e, por fim, importante na produção de sentido quanto ao tema do apadrinhamento afetivo. A flexibilidade da entrevista é fundamental, sendo possível aprofundar, perguntar mais, esclarecer e dialogar com a nova realidade que vai se apresentando nessa troca entre entrevistado e entrevistador.

A escolha dos entrevistados se deu a partir dos seguintes critérios: (a) Jovens de ambos os sexos, (b) maiores de 18 anos, (c) que passaram pela experiência de acolhimento de ao menos dois anos e (d) de apadrinhamento afetivo de ao menos um ano. Todos os entrevistados fizeram parte do programa desenvolvido pelo Instituto Fazendo História, na cidade de São Paulo, de 2015 a 2019. Também entendemos que jovens que já passaram pelo acolhimento há muito tempo poderiam estar muito distantes da experiência e, assim estabelecemos 21 anos como a idade limite.

Por fim, seria importante conhecer histórias diversas, que foram consideradas pelo programa como “de sucesso”, fáceis, difíceis e de fracasso e, para tanto, contei com a colaboração de técnicos do Instituto para recomendação de potenciais participantes.

²⁹ Ver apêndice A

Foi solicitado à coordenadora do programa do Instituto Fazendo História que indicasse 4 jovens de cada sexo que tivessem passado pelo programa, compondo o grupo de potenciais entrevistados. Destes, 3 de cada sexo concordaram em participar da pesquisa. Uma das entrevistas não foi apresentada e analisada no trabalho por não encontrar um dos critérios mínimos de inclusão: a relação de apadrinhamento de ao menos um ano. Assim, ao final trabalhamos com 5 entrevistas.

4.4 Sobre o método de análise

A análise ocorreu a partir da categorização das falas por temas e por práticas afetivas. Primeiro, organizamos cada uma das falas em cenas, em atividades, facilitando assim o processo de caracterização do apadrinhamento. Em seguida, passamos a destacar, nas entrevistas já divididas por atividades, as práticas afetivas, como relatadas pelos participantes.

A riqueza das entrevistas nos convidaram a um modelo de apresentação dos dados que contemplasse a singularidade de cada relação, destacando as atividades realizadas e apontando as práticas afetivas ali presentes. A descrição densa de cada uma das relações foi permeada por trechos das entrevistas com participantes, sendo possível que o próprio leitor identifique as atividades e as práticas afetivas no discurso dos jovens. As reflexões e análise de como o afeto se manifesta em cada uma dessas relações foi realizada caso a caso.

Ao final das análises individuais, foi possível realizar uma sistematização dos achados, construindo uma caracterização da potencialidade da relação do apadrinhamento afetivo, bem como uma reflexão sobre as práticas afetivas, à luz da teoria de Margaret Wetherell, em diálogo com outros autores como Cyrulnik, Winnicott, bem como com o conceito de sofrimento ético-político de Sawaia.

4.4.1 Categorias de análise

Iniciamos com uma análise de contexto reunindo aspectos do acolhimento, aspectos do apadrinhamento afetivo e aspectos relacionados às manifestações de afeto no cotidiano das crianças e adolescentes no contexto do apadrinhamento afetivo. Em seguida, discutimos as categorias aqui elencadas: cenas de um começo; datas festivas; na intimidade, em família; sobre conflitos, descontinuidades e rupturas; olhando para o futuro; e avaliando a experiência.

5 APRESENTAÇÃO DE DADOS

Nos capítulos anteriores, foi possível endereçar um dos objetivos específicos dessa pesquisa, qual seja, o de compreender o modo como, ao longo do tempo, o apadrinhamento afetivo se insere na sociedade brasileira como uma estratégia de convivência familiar e comunitária. Neste momento, avançamos em direção aos dois outros objetivos, tendo como base as entrevistas com os jovens. Primeiramente, iremos caracterizar a ampliação do universo de trânsito dos jovens sob o contexto do apadrinhamento, a partir de suas entrevistas, e, posteriormente, no próximo capítulo, analisar e compreender a forma como os afetos aparecem nessa relação à luz do conceito de práticas afetivas.

5.1 O apadrinhamento afetivo na perspectiva de nossos interlocutores³⁰

5.1.1 Mônica, 19 anos: *O santo bateu*

Ao ser contatada para participar da pesquisa, Mônica respondeu animada, afirmando que gostaria muito. A entrevista se deu próximo ao seu trabalho, especificamente em uma cafeteria de um *shopping center*. Mônica estava pontualmente no local combinado; trajava um vestido bonito e estava muito bem arrumada. Trouxe vários docinhos para oferecer de presente. Com uma fala forte e assertiva desde o início, demonstrou segurança em seus gestos e atos, sempre com um amplo sorriso no rosto.

Mônica foi acolhida aos 5 anos de idade e, desde então, passou por 4 serviços de acolhimento. Primeiramente, foi sozinha, mas logo seus 2 irmãos se juntaram a ela no abrigo, um mais velho e o outro mais novo. Relata que foi acolhida porque seu pai era alcoólatra e, sua mãe, usuária de drogas; sob essas circunstâncias, os pais não podiam cuidar bem deles, especialmente quando Mônica adoeceu em decorrência de uma pneumonia.

Atualmente, mora sozinha em um apartamento alugado. Sua mãe já faleceu, e seu pai segue no alcoolismo; seus irmãos “*estão na vida*” e, embora tenha avó, tia e tio por parte de mãe, acha melhor “*cada um seguir seu caminho separado, pois já se doou muito*” e não se sentia correspondida nessa ação de investimento nas relações familiares. A família extensa do

³⁰ Os nomes utilizados são fictícios e foram escolhidos pelos próprios jovens.

pai é de Pernambuco, parentes que ela não conhece. Mônica completou o Ensino Médio e atualmente trabalha em uma fábrica de doces, emprego obtido por indicação de sua madrinha.

Deu início à relação de apadrinhamento com Ana aos 14/15 anos, e seguem juntas desde então. Segundo Mônica, **o santo bateu**, expressão que ela fala de forma assertiva.

O relato de Mônica é permeado por situações que evidenciam uma sinergia entre ela e a madrinha. A expressão popular utilizada por ela – “*O santo bateu!*” – é bastante emblemática. Raramente se refere à madrinha pelo nome próprio, sempre fala da *madrinha*, e é também deste modo que a chama quando estão juntas, o que demonstra uma relação bastante focada nos papéis que desempenham: madrinha e afilhada.

Mônica descreve traços similares de personalidade e diversas situações que as aproximaram, desde a descrição de seu jeito perfeccionista, passando pelo desejo de um espaço próprio, que ambas compartilham, até a importante perda de suas mães, acontecimento que ambas vivenciaram em um período de seis meses de diferença.

As questões financeiras – e o que gira em seu entorno – constituem o eixo central no relacionamento entre as duas. Aparece na orientação que a madrinha lhe dá sobre o uso consciente do dinheiro, aspecto que Mônica valoriza e agradece, pois se sentiu muito cuidada pela madrinha no que se refere a esse aspecto, e enfatiza que seria muito difícil ter se adaptado à vida adulta independente sem a ajuda da madrinha: “*Não sei o que seria de mim*”.

Relata que não sabia quanto cada coisa custava e também não tinha noção de como gerenciar a economia doméstica. Foi a madrinha que a assessorou muito neste sentido, ajudando-a a poupar, a abrir uma conta no banco, a fazer listas, a ir ao supermercado, enfim, auxiliando-a na melhoria de suas habilidades em fazer contas e em matemática (a madrinha é professora aposentada).

A madrinha também, por vezes, a socorreu financeiramente, eventos dos quais se envergonha, mas relata ter efetivamente precisado, tendo sido vital poder contar com o seu suporte. Por exemplo, mencionou uma conta que não conseguiu quitar e o valor de um aluguel que faltou ser pago integralmente. Ganhou – e ganha – presentes, o que a ajuda a ter o que precisa; de celular e roupas novas a móveis para montar a sua nova casa, ou até mesmo roupas mais velhas, que recebe de doação, a madrinha é sempre um suporte. Não a enxerga como fonte inesgotável de recursos, mas reconhece que, sozinha, sem essa ajuda financeira, seja de presentes, doações ou socorros emergenciais, estaria em graves apuros. Relata, com alegria, que a cada dia precisa menos deste tipo de suporte da madrinha, que sempre conscientizou Mônica e “puxou sua orelha” quando ela tropeçava nas finanças. Menciona que não só em

matemática, como também em português e em outras matérias, o apoio da madrinha foi fundamental para que adquirisse as competências básicas necessária para o dia a dia.

Outro aspecto valorizado por Mônica na relação com sua madrinha é a oportunidade de vivências que ela nunca teria em um abrigo. Cita atividades no mundo, na rua, em *shoppings*. Há um indicativo de que a relação entre elas no espaço público tem imenso valor, haja vista que amplia seu universo de trânsito. Vivências muito variadas são descritas e também valorizadas, tais como idas a cinemas, teatros, museus e restaurantes.

Mônica explica que, como no abrigo tudo é massificado, coletivo, essas experiências individuais não só lhe abriram um novo mundo, como também trouxeram a oportunidade de melhor se conhecer e de fazer escolhas. Relata a experiência tida em uma loja, em que a madrinha lhe pergunta do que gosta, mas ela se dá conta que não conhece seus próprios gostos. No abrigo, ela não tinha a possibilidade de fazer escolhas, mas com a madrinha, as opções estavam sempre presentes, o que a forçava, no bom sentido, a conhecer o que queria, o que desejava, do que não gostava e o que não aceitava.

Ainda sob a perspectiva de experiências únicas e diferentes daquelas que teve no abrigo, Mônica relata o imenso prazer obtido em ações como poder dormir na casa da madrinha, em um quarto, sozinha, poder apagar a luz na hora que quisesse, assistir Netflix até tarde, ir à cozinha comer algo se a fome batesse, dormir até mais tarde. Atos simples que, enquanto estava no abrigo, eram inexistentes para ela, e agora, com a madrinha, aparecem como um verdadeiro deleite.

Quando fez 18 anos, foi a madrinha quem a apoiou para que saísse da instituição no mesmo dia, a fim de que pudesse usufruir da vida não institucionalizada. Maravilhada, ela conta sobre a importância desse dia, que enxerga como uma grande conquista, compartilhada com a madrinha por meio de seu apoio emocional, logístico e financeiro. O sentimento é de uma conexão verdadeira, ainda que seus encontros nem fossem tão frequentes assim. Relata que sempre pôde contar com a madrinha, que essa é a sensação que tem. E finaliza afirmando que cuidará mais dessa relação, que vai telefonar para a madrinha para se encontrarem, agora que mora em uma casa mais próxima.

Por fim, um aspecto a ser considerado na caracterização dessa relação tem a ver com o lugar que a madrinha ocupa na vida de Mônica – o de alguém que ela não quer decepcionar, por ser uma pessoa com quem ela se importa. Neste campo, ela conta que, no início, queria sempre agradar, mas, com o tempo, a relação foi amadurecendo e ela pode ir se mostrando, falando de si, dos seus gostos, do que queria e do que não desejava. Quando a madrinha soube do envolvimento de Mônica com drogas, sentiu muita vergonha, mas foi o fato de a madrinha

saber e sofrer com isso que fez com que a jovem quisesse superar esse problema. Conta que no abrigo ninguém se importava com ela; do mesmo modo, as broncas e puxões de orelha também não tinham valor. Mas, quando decepcionou a madrinha, parecia que o mundo de Mônica havia caído, e foi justamente a relação entre elas – e, por conseguinte, o desejo de não mais desapontá-la, porque a madrinha importava e vice-versa – que a fez deixar as drogas. E apesar do desapontamento e da vergonha, elas conseguiram retomar a relação e seguir em frente.

5.1.2 Patrícia, 19 anos: *Ninguém é de ferro*

Patrícia respondeu com entusiasmo à mensagem de WhatsApp que a convidava para participar da pesquisa. Contou que tinha adorado o processo de apadrinhamento afetivo e gostaria muito de colaborar com o estudo. No dia da entrevista, chegou no horário, de banho tomado, calça *jeans* e camiseta, sorriso tímido, fala mansa e doce.

Tem 19 anos de idade e foi separada de sua mãe aos 6. Viveu em um abrigo até completar 18 anos; foi acolhida junto com seu irmão 3 anos mais novo e com uma irmã 6 anos mais velha, que atualmente mora com o namorado, em Jundiaí. Sabe que tem ainda outros irmãos, mas com os quais nunca conviveu. Não tem qualquer contato com a mãe, com o pai ou com qualquer outro membro da família que não os dois irmãos que foram acolhidos junto com ela. Está terminando o Ensino Médio e, no momento, está sem trabalhar. Mora em uma república jovem municipal³¹ e tem poucos amigos. Visita a irmã que mora em Jundiaí uma vez ou outra.

Quando soube do surgimento do programa de apadrinhamento afetivo no abrigo ficou bastante animada e logo se cadastrou para participar. Desde bem pequena, queria algo assim, pois nunca gostou de ficar na casa aos finais de semana: “*não tem nada para fazer, enquanto todos saíam, iam para suas casas, passeavam.*” Trabalhava em um salão de cabeleireiro e descobriu, por acaso, que seu patrão à época era candidato a padrinho e, assim, acharam que poderia ser uma boa opção, pois foi um caminho natural, parecia que era o que deveria ser; contudo, Patrícia demonstra muitas dúvidas sobre esse momento, essa escolha. Parece que, desde o início, não acreditava no sucesso da relação e o pareamento deixou essa marca, de que poderia ter sido diferente.

³¹ Equipamento do Sistema Único de Assistência Social que acolhe jovens egressos de serviços de acolhimento. São casas para seis pessoas, do mesmo sexo, com um adulto coordenador. O equipamento é mantido pela prefeitura, mas os jovens têm uma parcela de responsabilidade no pagamento das contas.

Deu início à relação de apadrinhamento afetivo com o casal (padrinho e madrinha) quando tinha 16/17 anos, tendo durado um pouco mais de um ano. Quando saiu do abrigo, a relação de apadrinhamento parece ter esfriado. Eles praticamente já não se encontram mais, e ela sente muito esse distanciamento. Ao ser questionada sobre como se sentia em relação a esse distanciamento, ela responde com um sorriso tímido: “*ninguém é de ferro, né?*”.

Patrícia relata alguns momentos, durante o período de apadrinhamento, que parecem ter deixado marcas de convivência em sua memória: andar de carro, cantar músicas juntos no veículo, conversar e ter alguém que demonstrasse interesse em saber sobre sua semana e lhe oferecer conselhos. Por outro lado, em nenhum momento da entrevista se remete a aprendizados com os padrinhos, apenas ressalta a sensação “legal” de ter alguém com quem falar. Conta também de broncas e puxões de orelha e explica que pegavam no pé dela, situações que relata sem muito entusiasmo: “*é o papel de padrinhos mesmo, né?*”.

Menciona as idas à casa dos padrinhos, junto com seu irmão. Descreve a experiência de estar em uma casa de família, com cachorros, lareira e certo aconchego; uma vivência interessante, por se diferenciar daquela do abrigo, mas conta sempre de sua timidez, vergonha e estranhamento. Dormiu ali algumas vezes, mas não se sentia em casa, tampouco relata ter, de alguma forma, se sentido parte da família; pelo contrário, explica que em situações como datas festivas e Natal, sentia-se estranha por não ser da família, mas feliz por ter seu irmão junto, que parecia quebrar o gelo.

Patrícia relata duas viagens que fizeram – uma para São Bernardo e outra para Guaxupé – como pontos altos e marcantes da relação de apadrinhamento. Conheceu outra cidade, foi a restaurantes, participou de um bloquinho de rua e de um churrasco; tais vivências pareceram ser algo muito diferente de tudo o que já havia experienciado, daí seu valor.

Ao deixar o abrigo, aos 18 anos, os padrinhos auxiliaram-na com a logística da mudança: levaram caixas, ajudaram-na a empacotar os pertences e levar para a república jovem, mas Patrícia enfatiza: “*não sei nem se eles chegaram a entrar na república*”. Conta que, depois que saiu do abrigo, a relação continuou de forma bastante protocolar, e sente por isso: “*A gente fala Feliz Natal, parabéns, essas coisas*”, mas sem quaisquer demonstrações de envolvimento afetivo ou de comprometimento de continuidade. É uma dor que permanece ali, a qual será abordada adiante, quando da análise das práticas afetivas.

5.1.3 Tomás, 21 anos: *A gente comemora mesmo!*

Tomás sempre foi um garoto introvertido e, ao ser convidado para participar da pesquisa, explicou-se: “*não sou muito de falar, mas se puder ajudar, conte comigo*”. Chegou no horário combinado para a entrevista, com o cabelo penteado, camisa de botões fechados, postura um pouco rígida e rosto sério, compenetrado.

Tomás, por muitos anos, foi vítima de violência doméstica; sua mãe tinha um “*temperamento bastante difícil*”, segundo ele. Conseguiu, no início da adolescência, pedir socorro e, com isso, ser protegido pela medida de acolhimento. No início, não queria participar do programa de apadrinhamento afetivo, mas, dada a insistência por parte da coordenadora do programa, Tomás começou, há 4 anos, um relacionamento com sua madrinha, o qual segue se fortalecendo.

Mora sozinho, está no último ano da faculdade e, há pouco mais de um ano, trabalha como estagiário em uma empresa. Não se relaciona com ninguém de sua família de origem e nem com pessoas da época de acolhimento, mas com a madrinha e a família dela, Tomás tem uma convivência ativa e, em suas palavras, “*muito gostosa*”.

Utiliza o termo “*a gente*” durante toda a entrevista, aspecto que demonstra como a relação de apadrinhamento afetivo atualmente configura não só uma dupla, mas um sistema, composto também por outros membros da família estendida da madrinha. Ao terminar a entrevista, questiona: “*Já?*”. Pareceu-lhe muito agradável falar dessa relação.

A relação entre Tomás e a madrinha, ao longo do tempo, foi se fortalecendo, ganhando intimidade e importância. No começo, eram conversas no próprio abrigo, posteriormente, deram início a saídas próximas ao abrigo e a atividades em grupo, com outros padrinhos e madrinhas, e, então, na etapa seguinte, idas a espaços públicos como parques, *shopping* etc. Tomás relata que passou a ir a alguns eventos da família estendida: na casa dos filhos da madrinha, na fazenda, mas o último lugar que conheceu – e que atualmente é o que caracteriza a relação deles – foi justamente a casa dela. É nesse ambiente que passam tempo juntos, praticamente toda semana, os quais ele relata serem momentos preciosos; cozinham, conversam, assistem a filmes e comem pipoca. Conta, abrindo um primeiro sorriso, que gosta demais de conversar com ela, e que, mesmo sendo toda semana, para ele ainda é pouco.

Relata ter participado de dois casamentos dos filhos da madrinha, na fazenda localizada no interior de São Paulo, e como essas experiências foram importantes para ele. No início, era estranho estar entre os familiares dela, mas à medida que foi conhecendo as pessoas,

foi se sentindo mais à vontade, e atualmente circula com naturalidade entre eles, participando inclusive dos debates familiares.

Seus últimos aniversários foram todos comemorados junto com a madrinha, de forma muito especial, com atividades como andar de *kart*, viajar para o Guarujá por dois dias ou mesmo jantar fora, só com ela. O que parece mais relevante nessas comemorações é menos as ações propriamente ditas e mais o fato estar junto com ela e, muitas vezes, também com os filhos e amigos dela. Segundo Tomás, a madrinha é a pessoa com a qual ele mais gosta de estar, de conversar e com quem ele mais pode contar.

Relata dois acontecimentos marcantes em que a madrinha esteve presente; um foi a formatura no SEBRAE, em que ele foi responsável por uma apresentação, e ela estava lá para assistir e prestigiá-lo; o outro foi em um momento de vulnerabilidade, em que foi assaltado e se machucou, tendo ela o acolhido em sua casa durante o final de semana. Por fim, explica que só está conseguindo se formar na faculdade porque ela o apoiou financeiramente neste projeto, e que está orgulhoso de conseguir completar o Ensino Superior.

Finaliza a entrevista mostrando as fotos de seus aniversários, com a linda frase, impregnada de sentidos: *A gente comemora mesmo!*

5.1.4 Maria, 19 anos: *Sempre minha vida é uma dor*

Maria, de imediato, topou participar da pesquisa, mas pediu um mês para conseguir encontrar um horário para realizar a entrevista. Precisou desmarcar algumas vezes e, no dia da entrevista, chegou acompanhada do namorado; estava muito chique, maquiada, de salto alto e falando bastante. A entrevista pareceu ser um momento bastante envolvente para ela, como se falar de sua história fosse uma oportunidade de revivê-la de outra forma.

Passou três anos morando na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, enfim, na rua, onde sua mãe a deixou; vivia em companhia de sua irmã, um ano mais nova. Dormia no chão, comia do lixo. Aos nove anos, foi acolhida pela primeira vez e, com quase dez anos, passou a frequentar a escola, também pela primeira vez.

Elas foram acolhidas, voltaram para sua mãe, depois, foram acolhidas novamente, adotadas, devolvidas, adotadas de novo e devolvidas mais uma vez: *“Ficava nesse pingue-pongue e não sabia o que ia acontecer”*. Não se lembra de mais detalhes: *“bloqueou”*. Não tem qualquer relação com a mãe ou com o pai, ou com a família extensa. Foi informada de que a mãe havia morrido, mas depois soube que seguia viva, então, não tem certeza acerca desta

realidade. A irmã, Bianca, é o seu principal ponto de referência e é mencionada em vários momentos da entrevista. Atualmente, mora com o namorado, Daniel, em um espaço alugado; trabalha em uma empresa muito bacana e tem o sonho de se casar, mas também tem a clareza sobre as dificuldades que ainda terão de passar. “*Minha vida é só dor*”.

Em um discurso um tanto confuso, tenta organizar a experiência de apadrinhamento a fim de poder relatá-la. Conta que a ideia de participar do programa de apadrinhamento afetivo chegou-lhe como se tivesse ganhado o Oscar, pois achava que seria muito bom ter uma madrinha. E sua aproximação com ela se deu de forma natural: sendo a madrinha de origem europeia, é alta, grande, chamando de imediato a atenção de Maria. Foi a primeira pessoa de quem Maria se aproximou, a quem abraçou e se afeiçoou. Percebeu desde o início que poderia aprender muito com a madrinha: “*Não só por causa da idade, pelo tamanho, pela forma de pensar e pela forma de ela agir*”.

Conta que a madrinha a ajudava a entender que não era culpada por tudo o que tinha vivido, já que Maria se sentia sempre carregando esse fardo: “*Podia estar caindo o mundo e ela estava lá, sentada: respira, conversa*”. Fizeram algumas viagens juntas, também com familiares da madrinha, de modo que vivenciaram momentos muito agradáveis, por meio dos quais Maria percebia como era possível ter uma vida boa em família, sem muita riqueza, mas com um ao lado do outro, apoiando-se mutuamente.

Passou o Natal com a madrinha, no interior, junto à família dela, mas conta que foi muito difícil por estar afastada de sua irmã. Outro ponto importante no relacionamento das duas era a comunicação: se falavam todos os dias, logo de manhã, por meio de mensagem, o que Maria achava muito bom.

A jovem relata que tomava remédios fortes e que lhe explicavam que era por conta de seu passado, que ela era muito ansiosa, e Maria reconhece: “*fato*”. Explica que a madrinha a ajudou por três anos a lidar com a ansiedade, buscando incentivá-la em coisas de que gostava, como música, teatro e leituras: “*E eu consegui*”. Conta orgulhosa que a madrinha a ajudou muito na escola e inculuiu nela o gosto pela leitura; afirma que sem a ajuda da madrinha e dos filhos dela, não teria conseguido completar o Ensino Médio, aos 19 anos.

Maria não entende muito bem por que a relação com a madrinha esfriou, mas acha que teve a ver com o dia em que a madrinha a viu fortemente embriagada e se decepcionou demais. A jovem sente falta da madrinha, mas aborda com carinho e gratidão a relação que construíram. “*Íríamos passar o Natal juntas, mas no dia 24 não nos falamos e ela decidiu o espaço dela*”. Já tinha passado um Natal com a madrinha, mas nesse não, e a frustração de Maria foi inevitável; depois, com o tempo, a relação foi acabando, não respondia mais às mensagens. Foi

então que tiveram uma conversa, e a madrinha explicou que não dava mais, que não estava funcionando, que Maria tinha sumido e assim terminou.

É importante frisar que o rompimento com a madrinha foi, para Maria, um momento de muita dor; foi o disparador do que ela chama de uma depressão profunda, pois não queria mais falar com ninguém, se relacionar com ninguém e nem mesmo ficar com a irmã, Bianca. Foi um período muito duro para ela, mas agora afirma já ter superado e estar em um relacionamento que lhe faz bem. Embora enfrentem as dificuldades comuns de qualquer casal – talvez, de forma até mais intensa, dadas as suas histórias de vida marcadas por muito sofrimento –, estão cada dia mais juntos e se cuidam muito.

5.1.5 Miguel, 20 anos: *É para sempre*

Miguel foi acolhido aos 16 anos, depois de uma intervenção do Estado na ocupação em que morava. Tem mais cinco irmãos, sendo que os quatro menores foram com o pai para Pernambuco. Ele nunca conheceu seu pai; ele e a irmã mais velha permaneceram acolhidos até os 18 anos. Relata que foi culpabilizado pela mãe pelo acolhimento, o que foi motivo de conflito entre eles que, atualmente, se falam uma vez por semana: “*sem muita intimidade*”. Explica que em sua vida nada era estável, pois mudava constantemente de casa, de escola e de círculo de amigos. E foi precisamente esse jeito de estar no mundo que o fez crer que relacionamentos afetivos não valiam a pena.

Estuda e trabalha como jovem aprendiz em uma escola; tem uma namorada e ainda cultiva algum relacionamento com sua família de origem e extensa. Na data da realização da entrevista, ele tinha acabado de se desligar de uma república jovem e estava morando, de forma temporária, em uma pensão.

Sobre quando lhe ofertaram a participação no programa de apadrinhamento, ele relembra: “*não queria de forma alguma, tinha medo de me aproximar das pessoas e depois elas irem embora, perdendo o apego. Só que na verdade, queria.*” Conta que foi a partir da insistência da dos membros da equipe do Instituto Fazendo História, seguida da persistência dos próprios padrinhos que a relação pôde se dar. Eles insistiram, estavam sempre lá, não desistiram; foi isso que o fez querer participar e entender que essa relação seria de verdade.

Começaram com encontros no próprio abrigo, junto a outras crianças e adolescentes. Miguel relata que as rodas de conversa franca e aberta com os técnicos do Instituto o ajudaram a perceber que estava gostando do processo e desejoso de se comprometer com aquela dupla

com quem estava se encontrando, pois, além de o escutar, os padrinhos pareciam querer muito saber dele, de seus sonhos e de seus desejos. Segundo ele, não tinha como não gostar dos padrinhos, que eram novos, o compreendiam muito bem, conversavam bastante e eram muito estudados.

Desde que oficializaram o apadrinhamento, há quase três anos, a rotina deles não mudou muito. Combinam de se verem no final de semana; antes, era mais em um só dia, agora, Miguel dorme na casa deles quase todo final de semana. O que, no começo, parecia estranho, já é algo comum. Fazem atividades juntos, algumas vezes em casa, outras com a família da madrinha ou com a do padrinho; conversam muito também.

Passam juntos quase todas as datas festivas; ele conta que um dos momentos mais marcantes foi quando celebrou o primeiro Natal com a família extensa do padrinho, no interior, e que nessa ocasião se percebeu como parte de uma família grande, unida, algo que nunca tinha sentido. O tio, no microfone, deu as boas-vindas “*ao novo integrante da família*”, os primos o acolheram e o padrinho declarou o quão feliz estava em ter Miguel na família. O rapaz conta que se emocionou. Relata a alegria de ter um lugar de pertencimento, de afeto, de intimidade, com gente para compartilhar seus sonhos. As viagens que fizeram juntos são momentos preciosos, de muita conversa e intimidade. A relação entre Miguel, o padrinho e a madrinha é forte; encontram-se toda semana e se falam quase todos os dias. A relação, ao longo do tempo, parece só crescer, amadurecer e se fortalecer.

No entanto, há estranhamentos e conflitos também. Os padrinhos têm expectativas quanto ao seu desempenho na escola e no trabalho, algo que Miguel sente ser muito difícil de cumprir e de corresponder; sente certa pressão, mas explica que entende que seus padrinhos queiram o melhor para ele, embora nem sempre possam compreender exatamente como é a sua realidade. Miguel e seus padrinhos vêm de situações muito diferentes de vida. Há momentos em que o rapaz os decepciona neste sentido, mas isso faz parte.

Hoje, depois de 3 anos de apadrinhamento afetivo, Miguel pode afirmar que essa relação **é para sempre**.

Sistematizando o aprendizado

A cada entrevista, um relacionamento completamente novo se apresenta, o que valida a hipótese inicial de que a experiência do apadrinhamento é tão singular que, ao tentar homogeneizá-la, certamente haveria importantes perdas. Daí a escolha de apresentar cada um dos interlocutores, como forma de caracterizar a diversidade das relações de apadrinhamento

afetivo. Porém, isso não impede que sejam encontrados pontos comuns, de convergência, que nos ajudam a aprofundar nossa compreensão acerca das potencialidades dessas relações.

A diversidade de atividades, bem como a ampliação do universo de trânsito dos jovens que ocorre no contexto do apadrinhamento afetivo, ficaram evidentes em todas as entrevistas realizadas. Os relatos permitiram compreender o modo como o apadrinhamento afetivo propicia a inserção ampliada de afilhados/as em uma vida familiar, comunitária, social e cultural. Nas entrevistas realizadas, a descrição das atividades e das vivências com madrinhas e padrinhos permitiu-nos conhecer tanto o que é esperado da relação, como visitas no abrigo, passeios, compartilhamento de datas festivas, Natal, ou mesmo ficar na casa de padrinhos e madrinhas (SOUSA; PARAVIDINI, 2011).

Também pudemos constatar junto aos jovens com quem conversamos que o fator mais relevante do apadrinhamento afetivo, na maioria das vezes, está relacionado ao afeto que se estabelece nessa relação, tal como apontado em outros estudos (PALUDO; GOULART, 2014). A escuta ativa em relação aos jovens entrevistados foi capaz de ampliar a compreensão dos riscos e das potencialidades dessa relação.

Os jovens relataram passeios em *shoppings*, parques e viagens, descrevendo cenas em família e conversas íntimas. Falam de novas oportunidades de trabalho e também do aprimoramento de seus estudos, perspectivas que essa relação foi capaz de lhes oferecer. Apontam ainda a celebração conjunta de momentos importantes em suas vidas. Por fim, compartilham frustrações frente a expectativas, pressões e descontinuidades que essas relações imputam em suas vidas. Ao elencarmos essas atividades, buscamos desenhar um espectro do que, em termos gerais, caracteriza essa relação, apesar da particularidade de cada uma.

As atividades em espaços públicos aparecem em todos os relatos, no entanto, não são referenciadas como as mais valiosas. O que emergiu com mais importância e intensidade foram os momentos de convivência em intimidade, em família, cenas desconhecidas em suas trajetórias, e que só foram possíveis devido a essa relação; ali sim, as práticas afetivas ganharam maior intensidade. O apadrinhamento afetivo surge nas entrevistas como uma oportunidade para que os/as adolescentes tenham experiências de afeto e amizade para além do âmbito institucional, ou seja, “[...] onde possa ser reconhecido como único e capaz de criar, acertar e errar, interferir, modificar e construir seu próprio mundo e ser dono de seu destino” (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996, p. 53).

As viagens com padrinhos e madrinhas têm destaque em todos os relatos. Idas ao litoral ou ao interior, conhecer outras cidades, manifestaram-se como momentos em que o universo se ampliou para cada um desses jovens. Para alguns, foi a primeira vez que saíram da

cidade de São Paulo, tendo sido apresentados a outros jeitos de viver; também são momentos em que a família extensa muitas vezes está presente, assim como são ocasiões de uma convivência intensa mais prolongada. Nos cinco relatos, as viagens são apontadas como momentos marcantes.

Todos os jovens entrevistados demonstraram possuir uma vida social empobrecida, com poucos vínculos importantes, embora a intensidade varie de caso para caso. Relataram ter poucos amigos, relacionamento familiar fraco ou inexistente. As relações com padrinhos e madrinhas se configuraram, nos cinco casos, como uma relação de grande importância, revelada na presença destes em cenas emblemáticas do cotidiano dos jovens, tais como formaturas, aniversários ou mesmo o momento de desligamento do serviço de acolhimento. Os padrinhos e madrinhas foram apontados, por vezes, como a única referência afetiva importante de suas vidas, e sempre como uma das mais importantes. Para alguns jovens, os padrinhos e madrinhas são fonte de segurança social e emocional não só em relação ao presente, mas também a um futuro ainda incerto.

6 ANÁLISE: PRÁTICAS AFETIVAS

Os jovens, ao participarem das entrevistas para essa pesquisa, tiveram a oportunidade de exercitar a memória das cenas vividas com seus padrinhos e madrinhas, permitindo-lhes construir um novo sentido para estas experiências, o que Iñiguez (2003) descreve como uma realidade que se produz em um emaranhado de versões. Uma coisa é vivenciar a experiência de apadrinhamento afetivo, outra coisa, também de imensa potência, é a oportunidade de falar sobre a experiência, selecionando as cenas que opta por compartilhar, as críticas que deseja realizar, os destaques positivos dessa relação. Tudo isso compõe uma perspectiva única e singular do que significa o apadrinhamento para os jovens com quem conversamos; uma perspectiva talvez desconhecida até então por eles próprios, que toma forma e força precisamente ao ser enunciada.

No decorrer das entrevistas, foi possível observar vários momentos em que os jovens pareciam estar descobrindo novos sentidos para suas experiências. Pudemos constatar novos sentidos se constituindo – para eles e para a pesquisadora – nas frases que iam se construindo nessa conversa. A cada pergunta apresentada, o/a jovem se descobria, se reconhecia sob uma nova forma enquanto enunciava sua resposta. De afetos, desafetos, estranhamentos, certezas e inseguranças, uma nova realidade ia sendo tecida frente a nós, por nós, neste encontro.

Participar da pesquisa também compõe uma escuta ativa de quem precisou ser acolhido. De acordo com Maria Clotilde Rossetti-Ferreira Sólón e Ivy Almeida (2010, p. 71), “[...] por meio da conversa, as crianças e os adolescentes podem aprender sobre si e construir suas histórias, uma vez que as experiências narradas ao outro favorecem a construção de seus próprios significados sobre o mundo e sobre si”. Essa posição é reforçada por outros autores que estudam a adolescência e a juventude, ao considerarem que, para poder oferecer espaços adequados à realidade dos jovens, é preciso promover diálogos que façam surgir suas necessidades, além de apoiar e contribuir para que estes entendam e assimilem suas próprias mudanças (OLIVEIRA; EGRY, 1997; OZELLA, 2003). Entendemos que, para os jovens, tanto o apadrinhamento afetivo quanto a própria experiência de participação na pesquisa configuram-se como espaços de expressão valiosos, obviamente, cada qual com sua devida importância e intensidade.

Não foram poucos os momentos de emoção, tanto por parte dos jovens, como da pesquisadora; a emoção vinha do reconhecimento do afeto e do cuidado na relação de apadrinhamento que, para todos, inicia-se de forma institucional, mas que vai ganhando mais pessoalidade, singularidade e potência – ou impotência – com o decorrer do tempo. Em outros

momentos, a emoção surgia da clareza com que o/a jovem se mostrava capaz de enunciar a relação de apadrinhamento, fosse esta de limitações ou de possibilidades; e também da dor proveniente de rupturas e de descuidados, que também apareceram nos discursos. Parecia evidente que se tratava de uma descoberta que fazíamos juntos, ao conversarmos sobre a relação com padrinhos e madrinhas.

A partir da etapa de caracterização das relações, foi possível criar categorias para uma análise mais aprofundada das práticas afetivas presentes; ao elaborar tal categorização, buscamos dedicar nosso olhar ao modo como o afeto se manifesta nas cenas do cotidiano, sob o contexto do apadrinhamento. As categorias são: a) cenas de um começo; b) datas festivas; c) na intimidade, em família; d) sobre conflitos, descontinuidades e rupturas; e) olhando para o futuro; e f) avaliando a experiência.

Decerto que, muitas vezes, essas categorias se sobrepõem, como por exemplo, as datas festivas que frequentemente são comemoradas em viagens; mas a organização das práticas afetivas sob essas categorias de cenas cotidianas nos auxilia a dar visibilidade à riqueza dos relatos dos jovens.

a) Cenas de um começo

Para quem já viveu intensas situações de violência, abandono, negligência e falta de cuidados, a escolha de participar do programa de apadrinhamento afetivo, aventurando-se em uma nova relação, não aparece como algo trivial; para nossos cinco entrevistados, essa escolha ocupa um lugar importante no imaginário. Optar por participar de uma nova relação em que há o termo *afetivo* em seu enunciado, para alguns, representa um imenso risco, como no caso de Miguel e de Tomás, e, para outros, uma grande oportunidade, como nos casos de Maria e de Patrícia.

“Eu dei um pulo da cadeira, muito estranho. Como se tivesse ganhado o Oscar, porque eu nunca tive uma madrinha, ou uma pessoa que pudesse ser ainda mais que madrinha [...]” **Maria**

“Ela foi a primeira pessoa que eu abracei, que eu tive contato físico no processo inteiro do apadrinhamento e foi a pessoa que eu mais me adaptei, eu vi que ali eu podia conseguir muitas coisas de amadurecimento.” **Maria**

“Primeiramente, eu falei que não, não queria, me neguei até o último [...] Eu acho que sempre na minha vida, eu nunca parei na escola, eu sempre estudei, tipo, em 10 anos, eu estudei em 9 escolas diferentes, eu nunca tive amigo fixo, todas as pessoas que eu me aproximava, eu acabava saindo, nunca tive uma moradia fixa em si e tinha medo de me aproximar das pessoas e acabar indo embora e não ter mais esse apego. E pelo que L. me falou que são pessoas afetivas, que estão lá para te dar carinho, para estar com você em todos os momentos, o nome já diz: apadrinhamento afetivo.”

E o meu maior medo é de pegar uma atenção por eles e no final eles irem embora [...] Fui com o pé atrás, vou ficar na minha, só por ir mesmo". Miguel

"[...] nunca gostei desse tipo de projeto, de participar, porque eu sempre gostei de ficar mais na minha, no meu quarto sozinho [...] eu até entendia que o pessoal no abrigo fazia e tal. E na história do Fazendo História eu não queria fazer e o pessoal insistiu, insistiu que ia ser legal, para eu tentar uma vez e se eu não gostasse eu não faria e tal. Foi a mesma coisa com o apadrinhamento afetivo, eu não queria fazer inicialmente". Miguel

"Eu [...] não curtia muito contato, ficava mais na minha [...] Só que M. me incentivou [...] pelo menos para eu tentar, se não gostar não precisava mais continuar e tal, mas eu tentei e gostei. E estou aí até hoje." Tomás

"Falei para a tia lá do abrigo, quando ainda estava lá: Eu quero um padrinho [pausada e bem assertivamente]. Aí ela colocou meu nome lá, eu fiquei muito muito feliz." Patrícia

Tem-se que o modelo estabelecido no início da vida retoma uma matriz de esquiva ou de desejo de relação (BOWLBY, 1984). A possibilidade de se repetir uma história de dor, ou a oportunidade de viver uma nova história, de respeito, afeto e cuidado, configurava-se frente a cada um dos adolescentes que eram convidados a participar do programa. O fato é que, para todos, a decisão era de peso, pois remetia a experiências passadas, seja como oferta de oportunidade de um relacionamento importante, confiável, reparador e motivador, seja como ameaça de repetição de experiências de sofrimento, dor e abandono.

A expectativa acerca do que essa relação pode vir a ser é uma mistura de sensações que envolvem a história passada, o futuro antecipado, o corpo, o discurso que constrói um sentido, de desejo e de busca, ou de medo e de necessidade de autoproteção. Torna-se impossível tentar separar uma coisa da outra, como afirma Margaret Wetherell (2009). A prática afetiva, como menor unidade possível de análise na psicologia social, é como afetos e emoções que se manifestam no cotidiano, é, portanto, indissociável do discurso; segundo a autora, é uma diversidade de associações inconscientes, hábitos, padrões de relacionamentos e expectativas que aparecem nas cenas e nas falas. Às vezes é impossível captar tudo isso no momento em que o evento (prática afetiva) está ocorrendo, só sendo possível a compreensão e análise depois, à distância.

Os denominados *encontros lúdicos*, quando os potenciais padrinhos, madrinhas e afilhados/as estão se conhecendo, também foram descritos por todos os entrevistados desta pesquisa. Conforme apontado por Greeson *et al.* (2010, 2015a), as experiências de *mentoria* que ocorrem de forma natural tendem a ser mais bem-sucedidas do que as que se dão de forma designativa. Assim, a estratégia de encontros lúdicos pareceu-nos uma boa ferramenta para tornar os encontros um pouco mais naturais e espontâneos. Miguel, Tomás e Patrícia, ao se

referirem a esse momento, lembram detalhes dos encontros até o momento que chamam de oficialização.

“É, foi uma coisa meio estranha porque desde o começo eu não queria, mas desde que eu ia conhecer eles, eu achava eles bons, e não desistiram [...] eles tinham essa vontade de conversar comigo, de ir lá, bem compromissados com tudo.” Miguel

“Eu só deixei permitir mesmo acho que no terceiro encontro, como todo mundo, porque eu estava sentado num canto de cara fechada e aí chegou meu padrinho e puxou conversa comigo do nada, eu achei meio estranho [...] vinha, procurava assunto [...] aí fui deixando, a minha madrinha foi conversar também. Conversei um pouco mais, vou tentar conhecer mais, tipo, deixar fluir [...] no final, gostei deles pra caramba e falava: quero que eles sejam meus padrinhos”. Miguel

No caso de Patrícia, os encontros lúdicos para pareamento inicial aparentam terem sido momentos de conflito. Ela trabalhava em um salão de cabeleireiro e seu chefe apareceu no programa como candidato a padrinho. Parecia o caminho natural que ela se tornasse a sua afilhada, mas a mistura de papéis de chefe e de padrinho demonstra ter sido complicada do início ao fim. A jovem relata uma intensa dúvida quanto a este começo.

“Eu já tinha gostado de outro casal que era mais legal, só que ficaram com a minha irmã, e eu e meu irmão ficamos com o meu padrinho, mas, tipo, eu gostei dele também.” Patrícia

O seu desejo de participar era tão grande que não se viu capaz de criticar, de se posicionar, de manifestar suas vontades. Tal como descrito no trabalho de Sousa e Paravidini (2011), verificamos aqui a adolescente com medo de frustrar o desejo do outro. A dúvida que paira na entrevista toda e que emerge algumas vezes é: “será que eu poderia ter tido um outro padrinho e, assim, uma história melhor de apadrinhamento?” Um ajustamento passivo que, durante a entrevista, parece incomodá-la, ainda que seu apontamento seja feito timidamente. Foi durante o encontro com a presente pesquisadora que seu discurso tomou forma de crítica, colocando-a em um lugar de potência, de quem se expressa a respeito do fato, demonstrando sua insatisfação, e não mais uma simples vitimização.

Sousa e Paravidini (2011) alertam para um modelo relacional que a psicanalista Janine Chasseguet-Smirgel (1992) bem descreveu. Ela fala de sujeitos que podem estabelecer relações de submissão, em uma busca incessante pela felicidade, como se buscassem o reencontro com a perfeição perdida nos primórdios de nossa existência. O modelo de relacionamento estabelecido no início, em que não há espaço para desejos pessoais, permanece durante todo o ciclo dessa relação; esse tipo de relação pode gerar sofrimento e pode ser identificado não só por meio dessa fala de Patrícia, mas também em diversos outros momentos da entrevista, os quais ainda serão apresentados.

b) Datas festivas, à flor da pele

Em todas as entrevistas realizadas, as datas festivas surgem como momentos importantes, tanto Natal quanto Ano Novo, aniversários, casamentos, entre outras. São cenas marcantes do cotidiano da relação de padrinhos e madrinhas com seus afilhados/as.

“Teve momentos bons, eu achei que nunca ia passar o Natal no interior, aí a gente foi para Jundiaí, passou o Natal com a família dela [...] me senti estranha, não nego, porque eu sempre passei o Natal com a Bianca [irmã]. Então, para mim foi estranho, chorei de alegria e chorei de saudades porque ela não estava”. Maria

O depoimento de Maria sintetiza que o Natal, sob o contexto de apadrinhamento, se considerarmos as cinco experiências, configura-se como uma data controversa. É uma data festiva bastante tradicional no Brasil e costuma ser celebrada em família. Desta forma, em alguns casos, o apadrinhamento afetivo significou a possibilidade de poder celebrar um Natal *de verdade*, na companhia da família dos padrinhos e madrinhas. Por um lado, a sensação de fazer parte de um ambiente familiar acolhedor, seguro e afetivo foi uma experiência valiosa em certos casos; por outro, houve relatos de que foi grande o estranhamento de estar em meio a uma família que não era a sua, como pode se verificar não apenas no depoimento já apresentado de Maria, mas também na fala a seguir, de Mônica:

“O último Natal eu passei sozinha [...], ela me chamou, mas eu preferi não ir [...]. Essas épocas eu não sinto muito motivo de festejar, porque Natal é família. Sei lá, ela convidou, é amigo, madrinha, consideração, mas, sabe, o sangue fala mais alto! Aí passei o Natal com a minha família, com o meu tio. Até queria passar com o meu pai, mas ele bebeu [...] fiquei chateada [...] mas com o meu tio foi legal, eu já me senti um pouco mais na família, a gente se conhece faz tempo [...]. Não fui tratada mal na casa da família dela, nada disso, pelo contrário, fui muito bem tratada, pessoal superatencioso, mas, sabe como é?” Mônica

O que chama atenção no depoimento de Mônica é a clareza que tem de que essa data festiva não era para ser celebrada na família da madrinha, mas sim na sua. Seu relato demonstra como, para ela, não fazia sentido passar o Natal com a família da madrinha. A segurança com que fez sua escolha e conseguiu colocar cada relação *em seu devido lugar*, com base em como se sentia, impressiona e demonstra a maturidade dessa relação, em que cabem escolhas pessoais da afilhada, ainda que estas frustrem a expectativa do outro. Nessa relação, o lugar da madrinha salvadora, sempre benevolente, apresentado no estudo de Sousa e Paravidini (2011), ou seja, aquela figura capaz de salvar a jovem vítima solitária, já não se enquadra mais; na relação estabelecida, o encontro é potente e transformador, de modo a conduzir a jovem a um lugar autônomo, de quem faz escolhas pautadas em sua trajetória e em seus desejos.

Quando Patrícia menciona o Natal, também demonstra o desconforto presente na maneira como se relacionam, mas, em seu caso, é difícil conseguir se expressar. As práticas afetivas presentes entre Patrícia e seu padrinho e sua madrinha são, na maior parte de seu discurso, uma dor não revelada, um estranhamento contido, uma impossibilidade de efetivamente viver um encontro potente, que amplie as possibilidades da relação (SPINOZA, 2014). A afilhada, com toda a sua história, corpo, sentimentos, frustrações e desejos, parece não se encaixar nessa relação. Para estar ali, precisaria ser como a madrinha se remete a ela: “você já é uma mocinha, deve ser bem comportada”.

“Passei o Natal na casa deles mesmo, chamaram a família toda, se reuniram, aí tinha uns que estavam nos Estados Unidos, falavam pelo coisa [Skype], e eu e meu irmão sentados na sala e eles lá, comemorando com a família [...] sei lá. A gente ali e eles tiravam foto [...] ficava meio assim [...] porque não estava a minha família lá, mas meu irmão estava lá. Imagina se eu estivesse sozinha? Ia ficar eu, os cachorros, eu e um pessoalzinho lá, ainda bem que meu irmão estava lá [...]”. **Patrícia**

“Hoje a gente não tem mais contato, quer dizer, tem, a gente só fala Feliz Natal, Feliz Ano Novo, essas coisas.” **Patrícia**

O apadrinhamento afetivo, se não for realmente movido por encontros criativos e transformadores, pode ser apenas mais uma estratégia de manutenção de um lugar de impotência e de submissão. Isso porque não basta estar com o outro, é importante vivenciar potentes práticas afetivas, capazes de gerar uma presença ativa e altiva. Patrícia, na relação que se estabeleceu com os padrinhos, parece reviver seu lugar de não família, de solidão, de exclusão, aspecto que é facilmente identificável nesta e em diversas outras situações relatadas ao longo da entrevista.

As cenas das datas festivas são emblemáticas das práticas afetivas possíveis em cada relação. Para alguns dos jovens, como por exemplo, Miguel, as datas festivas, sobretudo o Natal e o Ano Novo, representam os momentos mais significativos na relação com padrinhos e madrinhas.

“[...] um dos dias mais especiais foi quando a minha madrinha ligou para mim no abrigo e perguntou se eu queria passar o Natal e Ano Novo com eles. Aí eu falei, quero sim. [...] Eu vi que era de verdade quando fui para a casa dos pais do meu padrinho, no interior, no Natal, com a família dele, tudo. [...] tem aquela coisa de reunir toda família, umas vinte e poucas pessoas e o pai do meu padrinho, por ser o irmão mais velho de nove irmãos, ele fala no microfone e tal, e falou o meu nome. Ele falou de um novo integrante da família, foi família mesmo, todo mundo. E quando meu padrinho e madrinha falaram, eu quase chorei [com um amplo sorriso e rosto muito emocionado], mas mantive a compostura [rindo!]”. **Miguel**

“[...] falou que no começo tinha esse medo, por ser uma coisa nova, uma coisa que ele não sabia como era a minha realidade [...] pediu para mim paciência porque ele era um pouco fechado mesmo, um pouco mais sério, mas com a família ele é um pouco mais extrovertido [...]”. **Miguel**

“No Ano Novo, a gente pega e se reúne os três, numa parte mais isolada da praia, e conversa como foi o nosso ano, a gente fala se conseguiu atingir as nossas metas, essas coisas”. **Miguel**

Os rituais das datas festivas oferecem oportunidades para que o afeto efetivamente se manifeste, seja de forma pública, como nos grandes encontros de família, seja nos momentos de reflexão junto aos padrinhos, ou mesmo em instantes de maior introspecção, como no caso de Maria e de Mônica, que conseguiram ter maior clareza acerca do que queriam para aquele momento só a partir da imersão na cena em si. Ao manifestarem de forma genuína o que sentem, expressando-se, parecem quebrar um padrão em que precisam ser as vítimas, acolhidas e cuidadas pela benevolência de outros.

Eventos como casamentos e outras festas configuram-se também como oportunidades para que os adolescentes ampliem seu universo social e cultural, conhecendo novos lugares e pessoas. Por vezes, o estranhamento se faz presente nessas situações, mas é possível que sejam momentos de ampliação das zonas de conforto, como no caso de Tomás. Tais acontecimentos se mostram como oportunidades de conhecerem novas paisagens, ambientais e sociais, diferentes daquelas com as quais convivem no abrigo.

“Então, teve algumas coisas, o casamento da M. e do A. que são os filhos da C., na fazenda, ela foi também para um Bar Mitzvah, eu fui para uma Pessach e assim deu para conhecer um monte de gente. Evento grande inclusive, eu fui para vários, teve um aniversário que ela fez para o irmão dela que foi num lugar que ela reuniu bastante amigos e deu para conhecer bastante gente, tipo uma festa [...]. No casamento do A. foi bastante estranho porque era a primeira vez que eu ia, não conhecia as pessoas muito bem [...]. E aí umas outras pessoas tipo a M. que é a prima e bastante amiga dela, então, assim, no casamento, eu fiquei bastante com esse pessoal, fui tentando me enturmar porque o resto era todo mundo estranho. Mas foi legal, e lá fui conhecendo o pessoal.” **Tomás**

Aniversários são ocasiões bastante emblemáticas para identificar as práticas afetivas que se estabelecem. No caso de Tomás, trata-se de momento de grande importância em sua relação com a madrinha. Nos últimos anos, comemorou com ela e, quase sempre, com os filhos dela também. Tomás relembra sorrindo esses momentos preciosos – *“a gente comemora mesmo”* – o que demonstra a unidade que se estabeleceu entre ele e a madrinha. Muitas vezes, ao longo da entrevista, ele usa o termo “a gente” para se referir a escolhas e sentimentos, demonstrando como compõem juntos, em dupla, uma unidade.

“No meu aniversário, geralmente a gente faz alguma coisa. O primeiro, a gente saiu para um restaurante, foi nos 17 anos, no meu primeiro aniversário, se não me engano, e aí ela me deu um fone. E o segundo, que foi de 18, aí eu já sai com os filhos dela e a gente foi andar de kart, tenho até foto disso. A gente andou de kart e teve competição, eu e a M. ficamos em último, e foi bastante legal. De 19 não lembro

muito, mas, com certeza, a gente fez alguma coisa, às vezes, não direto na data, porque se cai durante a semana, eu estou trabalhando, mas a gente faz o mais próximo possível. Esse aniversário de 21 que eu fiz, a gente foi para o Guarujá e a gente ficou uns 2 dias lá e tal, foi bastante legal.” **Tomás**

Os aniversários de Tomás, celebrados com a madrinha, são tão relevantes que ele chega a chamar a primeira comemoração juntos de “o meu primeiro aniversário”, ou seja, como se fosse efetivamente o primeiro da vida.

“[...] Olhe essa foto, um negócio muito interessante, inclusive tem um bolo do Batman. Ela estava me abraçando e eu estava meio assim, era bem no começo [...].” **Tomás**

Ao recordar dos aniversários, Tomás esboça tímidos sorrisos e, no momento em que mostra as fotos, expressa orgulho e alegria. É interessante analisar também a naturalidade com que aborda essas celebrações. Não surge uma sensação do tipo “*puxa, que sorte, ainda bem que tenho ela para comemorar*” ou, “*sou muito grato por essas comemorações*”; na verdade, há uma naturalidade na celebração conjunta, uma prática inerente a essa relação.

“E ela sempre com o jeitinho dela, amoroso, toda dedicada, ela sempre foi dedicada a mim e aos filhos dela, sempre foi uma pessoa dedicada e isso que me contagia sempre. E eu tenho ainda, eu tenho uma caixinha, um convite de apadrinhamento que ela fez pra mim até hoje, foi dia 17 de dezembro, que foi quando a gente completou 2 anos e ela esperou só para me entregar no dia do meu aniversário, que é dia 13 de julho. É estranho, passou 2 anos, quando a gente chegou no ano seguinte, ela falou: parabéns, e colocou o dia que a gente se conheceu, que a gente completou 2 anos de apadrinhamento juntas e foi muito bom. Eu tenho até hoje guardadinho.” **Maria**

No trecho supracitado, Maria relata como se sentiu especial em seu aniversário, em razão do gesto de carinho e de cuidado da madrinha; são práticas afetivas que ficaram marcadas para ela.

Datas festivas parecem merecer uma atenção especial no processo de formação e de qualificação de padrinhos e de madrinhas, assim como de crianças e adolescentes. São também momentos que carecem de maior cuidado no tocante ao acompanhamento e à supervisão, haja vista que já foi demonstrada a intensidade com que podem ser vividos nas relações de apadrinhamento. Apoiar a dupla na lapidação dessas possibilidades e cuidados, mapeando os riscos inerentes a estes momentos, parece-nos um caminho sensato a ser seguido.

“Tenho o maior orgulho pelas coisas que ela falou, pelas coisas que a gente passou juntas. Teve momentos bons, eu achei que nunca ia passar Natal no interior, e a gente foi para Jundiaí, a gente passou o Natal na família dela, foi muito bom.” **Maria**

E ainda complementa:

“E ela sempre com o jeitinho dela, amoroso, toda dedicada, ela sempre foi dedicada a mim e aos filhos dela [...] e eu tenho ainda, eu tenho uma caixinha, um convite de apadrinhamento que ela fez pra mim até hoje. Foi dia 17 de dezembro, que foi quando a gente completou 2 anos, e ela esperou só para me entregar no dia do meu aniversário, que é dia 13 de julho. É estranho, passou 2 anos quando, a gente chegou no ano seguinte, ela falou: parabéns, e colocou o dia em que a gente se conheceu, que a gente completou 2 anos de apadrinhamento juntas e foi muito bom. Eu tenho até hoje, guardadinho.” **Maria**

No trecho supratranscrito, Maria relata como o gesto de sua madrinha, no dia de seu aniversário, foi importante para a jovem. São práticas afetivas que parecem detalhes da vida cotidiana, mas, por meio dos relatos de cada um dos jovens, é possível perceber o quão amplificadas são em razão da relevância emblemática das datas festivas na manifestação dos afetos.

O aniversário de 18 anos constitui um momento de extrema sensibilidade para quem viveu em um serviço de acolhimento, principalmente se este período foi prolongado. A maioria surge como data especialmente importante nas falas dos jovens. Trata-se do momento em que todo o respaldo do Estatuto da Criança e do Adolescente dá lugar – de forma abrupta, ou seja, literalmente, do dia para a noite – à vida adulta autônoma.

Embora esteja previsto no Sistema Único de Assistência Social um equipamento – a República Jovem – para apoiar os jovens nessa transição, é fato que a quantidade existente de repúblicas no país não se mostra suficiente para atender a todos os que estão passando por esta fase de desligamento do abrigo. Além disso, após anos vivendo na coletividade do acolhimento institucional, para muitos jovens, a saída do abrigo se configura como momento de forte expectativa acerca de um espaço próprio, com mais privacidade, isto é, uma vida menos regulada por regras institucionais.

Por outro lado, também é período de inseguranças igualmente fortes. Enfim, momento em que ter um padrinho e/ou uma madrinha pode ser crucial para apoiá-los nas demandas, decisões e dificuldades que invariavelmente se apresentarão nesta etapa da vida. Conforme visto, para muitos desses jovens, neste momento, os padrinhos e as madrinhas são a única relação de relevância afetiva em suas vidas.

Patrícia e Mônica relataram sensações intensas e diversas nessa transição para a vida adulta, no tocante à relação com suas madrinhas. No caso de Mônica, era como se celebrasse a chegada da nova vida, em companhia da madrinha, como vemos no depoimento a seguir. A seu ver, foi realmente precioso poder contar com o apoio e a companhia da madrinha nessa fase que a jovem considera ser uma conquista:

“[...] e foi justamente no meu aniversário de 18 anos que, depois que eu voltei da praia, a gente já fez minha mudança para Guarulhos. Porque eu falei pra ela que não queria curtir o meu aniversário, eu queria sair do abrigo, esse é o meu presente e minha vontade desde sempre.” Mônica

A madrinha foi quem a ajudou com todo o processo de mudança, desde a escolha do local onde moraria, o planejamento financeiro detalhado de sua vida sob esse novo contexto até a mudança física em si, isto é, de transportar suas coisas, seus móveis e adentrar na casa nova. A madrinha foi a sua parceira nessa transição.

Para Patrícia, os 18 anos também aparecem na entrevista, no entanto, como o momento de maior abandono; para ela, era como se dali por diante estivesse ainda mais sozinha do que sempre esteve.

“Me ajudaram na mudança, levaram umas caixas, empacotaram minhas coisas para levar para a república, não sei, mas acho que eles chegaram a ir na República. E depois desse tempo do abrigo para a república, não teve mais contato.” Patrícia

“Importante continuar com as crianças, não só ali quando a ‘administração’ está em cima de você e da criança, mas depois que a criança sair do abrigo.” Patrícia

O distanciamento afetivo entre Patrícia e seus padrinhos é tão visível que aparece também no tempo verbal que ela utiliza: “Não teve mais contato [...] depois que a criança... Não há eu, eles, muito menos nós”. É possível sentir que as atividades realizadas conjuntamente têm uma certa frieza e distanciamento, revelados por meio dessa fala da jovem.

Como visto anteriormente, datas festivas em geral merecem uma atenção especial no processo de formação e de qualificação dos padrinhos afetivos, assim como na preparação das crianças e dos adolescentes para esse processo. São momentos singulares que demandam maior cuidado no acompanhamento e supervisão, haja vista que ficou demonstrada a intensidade com que podem ser vividos pelos jovens. Especialmente nessas datas, os sentimentos se mostram à flor da pele, e o que há de maior risco e também de mais sofrido no repertório das crianças e dos adolescentes faz-se presente nesses momentos. Apoiar as relações de apadrinhamento na lapidação das possibilidades e atentar para o cuidado, mapeando os riscos inerentes a estes momentos, parece-nos um bom caminho a ser percorrido.

c) Na intimidade, em família

Um dos pontos altos do apadrinhamento afetivo são as cenas vividas em família, em casa, em viagens, isto é, momentos do cotidiano que remetem ao que as famílias vivem de forma íntima e particular, e que podem ser experienciados pelos jovens por meio dessa relação. Tais momentos representam o oposto do coletivo que o abrigo sempre lhes ofereceu, visto que

abrem espaços de individualidade e de singularidade, tão valorizados por esses jovens, pois também criam oportunidades de autoconhecimento: *do que eu gosto, o que eu quero, quando gosto de dormir e de acordar*. É, ainda, um caminho em direção à descoberta do simples prazer de estar junto a outra pessoa querida.

O ato de dormir na casa dos padrinhos aparece nos relatos dos jovens como uma prática afetiva marcante na relação. A abertura de suas casas para o/a afilhado/a, a possibilidade de estar em um espaço privativo, reservado, com eles, convivendo sem o prazo iminente de ter que ir embora, sem a lembrança de que em poucas horas o abrigo os espera, são aspectos apreciados por todos; constituem momentos especiais, em que a relação demonstra adensar sua potencialidade. Efetivamente, há o reconhecimento do valor de passar tempo juntos, simples assim, curtindo uma relação que lhes é prazerosa, e há também a alegria de ter um espaço individualizado, fora do coletivo do abrigo, algo que essa relação permite que ocorra.

“Porque eu vi que tinha uma aproximação. Percebi que não era só casa e abrigo, eu estava vivendo com eles. Caraca! É verdade, não era brincadeira, eu estava na casa deles, eles confiaram em mim [...]” Miguel

“Eu dormi no quarto do filho dela, porque o filho dela não mora mais com ela e eu fiquei assistindo Netflix até mais ou menos meia-noite, e depois eu fiquei no tablet dela e depois fui dormir. Foi uma noite maravilhosa, uma experiência muito boa. Sei lá, eu não queria ir embora nunca mais, porque aquilo era muito bom, eu sentia que tinha um pouquinho de espaço, coisa que no abrigo eu não tinha. Eu sempre quis, na minha vida inteira, ter o meu espaço, minha casa, minhas coisinhas. E na casa da minha madrinha, eu conseguia ter esse espaço, essa privacidade. E outra coisa, eu podia chegar na cozinha e comer alguma coisa que eu queria, coisa que no abrigo eu não posso porque tem toda uma regra: se um pode, todos podem [...] lá na minha madrinha, não [...] Dormir até mais tarde se eu quisesse, tudo isso. Mônica

Tomás também dá especial atenção aos momentos em que está em casa com a madrinha e enfatiza que essa convivência na casa dela fez parte da evolução do relacionamento entre ambos, era a conquista de uma intimidade que foi se construindo aos poucos, ao longo do tempo.

“Como sou caseiro, prefiro que seja na casa dela porque tem os cachorros, e hoje em dia, eu gosto muito daqueles cachorros [...] inclusive é uma lição, eu não tinha ido na casa dela até um tempo. Eu achei estranho o seguinte, tipo, eu conhecia a casa dos filhos dela antes da dela, a fazenda, alguns lugares que ela frequentava, mas a casa não. Não é estranho? Mas hoje em dia eu vou. [...] Geralmente, no domingo ou no sábado, vou umas 6 e volto umas 10. A gente cozinha ou pede uma pizza, vê filmes na TV, conversa bastante. [...] Hoje é natural.” Tomás

Se, em alguns casos, essa convivência na casa dos padrinhos se torna natural com o passar do tempo, em outros, essa mesma prática e a permanência naquele espaço íntimo amplificam a sensação de estranheza da relação e potencializam a dificuldade na construção de

uma real intimidade. Ao mesmo tempo em que existe um deslumbramento em decorrência da possibilidade de convivência em família e na casa dos padrinhos, há também um alerta, *um lembrete* que surge sob a forma de desencaixes e desconfortos, ressaltando a falta de naturalidade refletida na cena.

“Ele me apresentou a madrinha e tal, a gente foi na casa deles, tinha um cachorrinho muito lindo lá. Casa bem simples, pra dois mesmo, tem a sala aqui em cima, 2 quartos, tipo um escritório. É bonita, eu gostei, bem simples, tem lareira e os dois cachorrinhos, a Cherry e o Chico [...] Parecia estranho para mim porque eu nunca tive padrinho, não sei. Nos primeiros dias, a gente fica assim, meio estranha, depois eu acostumei porque eles são legais, ‘fica à vontade porque a casa é sua’, eles falavam [...] para a gente não sentir medo. Mas eu não vou chegar entrando assim porque a casa não é minha [...] ‘G., [para o irmão], vamos nos comportar porque a casa é deles, mesmo sendo nossos padrinhos, tem que se comportar’. Ela [a madrinha] falava para ficar à vontade, mas eu tinha vergonha, não fazia muitas coisas, eu só ficava com os cachorros”. **Patrícia**

“Da segunda vez, foi quando eu e ela, a gente se aproximou de novo e aí sentava, conversava, saía. Cheguei a dormir na casa dela no final de semana. Ela tem uma cachorra muito linda que abre a porta, ela bate a pata assim na trinca e entra. E esses anos atrás, ela fez isso, e eu estava dormindo no sofá e acordei assustada, achando que era minha madrinha e ia abraçar, e aí a minha madrinha desceu correndo do quarto dela e falou: não se mexa. [Era a cadela].” **Maria** (grifo nosso).

No relato supratranscrito de Maria, a sensação de aconchego e de estranhamento se condensam nessa cena, que funciona como uma espécie de metáfora da relação entre ambas. Ao mesmo tempo em que acorda esperando um abraço, assusta-se com o cachorro que pode avançar, morder. Ou seja, há uma intimidade, mas também o apontamento de que ela é uma estranha naquela casa. Essa ambivalência é comum nas relações, principalmente em seu início.

No entanto, nem só de cenas em casa é composta a intimidade entre padrinhos, madrinhas e afilhados/as; por meio do relato dos jovens, vemos que são os encontros familiares, as conversas e os passeios que fazem juntos que têm um componente de maior importância no que está acontecendo no pequeno círculo das relações entre eles, mais do que no ambiente social ampliado.

“Teve momentos bons sim, muitos. Alegria, prazer de ver uma família que não precisa de riqueza [...] Mas ela me trouxe a riqueza de descobrir o que é uma família, mesmo que seja só mãe e um filho, ou só os filhos sem a mãe. Mesmo que seja separado, mesmo que more só ela e os filhos dela e o marido não, ou vice-versa, mas um está sempre do lado do outro. Se um estiver afundando, afunda todo mundo, então, ela me mostrou uma grande riqueza do que é família [...] Sempre gostei de estar do lado dela. Sempre quando eu tinha um problema, eu corria pra ela, não em forma de fuga ou forma de coitada, mas foi um lugar que eu me sentia segura, com ela.” **Maria**

“Pra mim, até hoje, toda vez que a gente sai junto, é especial, porque de certo modo de família, eles são quem eu mais vejo, quem eu considero minha família. São momentos marcantes de família. Com eles, eu tenho bastante. Acho que todos os dias, até hoje, mesmo depois de 3 anos, a gente está junto e é como se fosse a primeira vez.” **Miguel**

“Essa aqui [foto] é bem do comecinho, quando a gente se encontrava. Você vê que estou bem sério aqui, deu para perceber? [...] Eu acho importante mostrar as fotos porque mostra as feições das pessoas. Principalmente quando a gente olha depois de um tempo. Bem tímido, sempre fui assim.” Tomás

Ao ser questionado sobre as fotos mais recentes, ele declara:

“Ah, tem uma que eu coloquei no Instagram que está bastante legal. Pelo menos eu curti bastante. Essa daqui, bem diferente, né? [e mostra uma selfie, sorrindo, abraçado com a madrinha, bem solto].” Tomás

E ainda arremata:

“E ainda tem melhores.” Tomás

Tomás relata, por meio das fotos de cenas cotidianas, o modo como ocorreu sua transformação pessoal a partir do relacionamento estabelecido com sua madrinha. Reconhece que não tinha qualquer habilidade ou interesse em se relacionar com outras pessoas, mas que, a partir da vivência dessa única relação que tem com a madrinha, e que é importante, constante e confiável, foi compreendendo que outras relações também merecem ser cuidadas e podem sim caber em sua vida.

“Naquela época, do jeito que eu era, evitava contato com o pessoal [referindo-se ao período anterior ao apadrinhamento]. Hoje, eu mudei um pouco, o pessoal fala que sou um antissocial moderno; eu continuo ficando na minha, mas hoje eu me sinto muito mais livre se eu precisar falar com alguém e tal. Eu entendo que a gente precisa manter relação e tal, eu mudei nesse sentido. Antes eu evitava mesmo, como se eu nem tivesse como abrir a porta. Hoje em dia é muito mais fácil eu abrir e fechar a porta.” Tomás

É notável a ressonância da passagem acima com o que Boris Cyrulnik (2004) apresentou como *tutores de resiliência*. São relações – e o autor frisa que basta **uma** relação confiável, forte, importante – a partir das quais a pessoa se abre para novas formas de ser e de se relacionar no mundo. A madrinha de Tomás desempenha esse papel do substituto afetivo, aquele que *ensina o afeto* novamente, por meio da prática; com base na segurança estabelecida pelo vínculo com a madrinha, podemos constatar a capacidade do jovem de *brincar* consigo mesmo, de fazer humor com sua personalidade, construída a partir de uma base inegável de sofrimento e de dor, na relação com uma mãe violenta. Mas é uma base que se transforma por meio dessas novas práticas afetivas, criando uma capacidade de construir uma representação divertida de si mesmo. Tomás fala de forma dinâmica de seu jeito fechado e *evitativo*, pois se vê evoluindo e poder sorrir: “o pessoal diz que sou um antissocial moderno”. Ademais, demonstra a possibilidade de se distanciar do que vivenciou junto à mãe, e marcado pelas novas

práticas afetivas, o rapaz pode ocupar outros lugares no mundo, não mais o de vítima de violência, de um indivíduo que não deseja novas relações, mas sim de quem está começando a se abrir para novas experiências.

Essa mesma questão emerge nos relatos de outros jovens, como Maria, Patrícia e Mônica. A entrevista lhes ofereceu a oportunidade de distanciamento do fato e de se expressarem de forma com que seus discursos transformassem suas realidades. “O mundo muda quando falamos dele e é falando que é possível mudar o mundo” (CIRULNIK, 2004, p. 116).

Patrícia, por exemplo, inicia a entrevista tecendo apenas elogios ao seu processo de apadrinhamento e, no decorrer da construção de seu discurso, vai podendo reconhecer suas dores, realizar críticas, tornar-se criadora de uma nova percepção acerca de sua experiência – o que lhe permite descolar-se do lugar de mocinha que precisa se ajustar socialmente, para trazer à tona uma fala já mais firme, de quem não gostou de como tudo aconteceu e pontuando que ela não deve ser a única culpada pelas falhas no processo. Vemos que é muito bonito o caminho percorrido por Patrícia durante a entrevista, no tocante a este aspecto.

No caso de Mônica, seu discurso ilustra de forma fiel, quase didática, como os afetos precisam efetivamente ser compreendidos a partir de categorias imbricadas na prática cotidiana, nos discursos e nas cenas.

“Que nem, a primeira vez que eu sai numa loja com a minha madrinha, foi até na Marisa da Augusta, eu lembro até hoje, a gente saiu e entramos na loja: Mônica, você gosta dessa blusa? Não sei. Como assim você não sabe, Mônica? Não sei, porque no abrigo chegava ali a roupa, chegava ali o brinquedo, chegavam ali as coisas ou você pegava aquilo ou você pegava aquilo. Entendeu?! Não tinha muito o que escolher, não tinha muita opção de escolha”. Mônica

“Eu não sabia escolher nada. Que nem, agora você me perguntou o que eu queria comer, até hoje eu tenho um pouco de dificuldade de escolher as minhas coisas, mas minha madrinha está quebrando esses muros até hoje”. Mônica

“E sobre os meus gostos, depois eu comecei a me soltar um pouco mais pra ela e já falava: não, madrinha, essa blusa não gosto. Eu sempre tive os seios muito fartos, por uma parte sorte e por outra muito azar, porque eu tinha muita vergonha, primeiro muito grande, eu comecei a ficar mocinha com 9 anos, muito cedo, e minha vó tem seio grande, minha mãe também e eu acabei puxando. E aí ele cai, lei da gravidade. E aí ela me fazia usar sutiã sem bojo, que ficava mais feio ainda, aí eu usava antes para poder agradar ela, mas, depois, eu falei: ‘não, madrinha, esse não gosto, não me sinto bem’. E comecei a comprar eu mesmo os meus próprios sutiãs.” Mônica

Ao analisar os fenômenos que se entrelaçam em seu relato, percebemos como experiências passadas, desejos futuros, o corpo e os sentidos são partes inseparáveis de um sistema em que os afetos se manifestam. É por meio das categorias menores desse sistema, de cenas, de práticas afetivas no cotidiano que é possível identificar os avanços em direção a uma

maior autonomia, segurança e ampliação de possibilidades tanto na relação consigo mesma, quanto com os outros e com o mundo.

Os jovens aqui escutados são, como todos nós, “pessoas imersas em meios culturais e discursivos como peixes na água” (WETHERELL, 2009, p. 63, tradução nossa). Estamos repletos de práticas culturais e discursivas, histórias pessoais, sociais, ancestrais que se refletem em nosso corpo, em nossos hábitos, em nosso jeito de ser e em nossas relações com os outros e com o mundo. O apadrinhamento afetivo oportuniza novas práticas afetivas, que permitem a atualização de cenas, hábitos, medos e quereres que podem ser potentes e transformadores.

d) Sobre conflitos, descontinuidades e rupturas

Iafelice (2016) aponta em seu livro intitulado “Deleuze devorador de Spinoza: teoria dos afectos e educação” como é por meio do conflito que as transformações ocorrem. É precisamente na possibilidade de divergir, de questionar visões que existe uma potência transformadora, seja na relação entre professores e alunos, pais e filhos ou em outra que seja. E no apadrinhamento afetivo, não é diferente. Interessante é notar as cenas em que cabem os conflitos – como ferramenta daquele encontro humano, sendo vetor de ampliação da potência de existir – e quando o conflito não pode existir, pois há a busca por ajustar as divergências do modo de ser ou de pensar a um esquadro de uma obediência, de ajustamento servil.

No caso de Mônica, conflitos aparecem nas cenas já relatadas anteriormente, como por exemplo, quando ela decide não passar novamente o Natal com a madrinha, ou quando passa a comprar seus próprios sutiãs. E também houve o conflito maior, que parece ter deixado cicatriz na relação entre as duas, ocasião em que a jovem se envolveu com drogas e a madrinha ficou realmente muito decepcionada. Apesar da decepção, foi possível seguir em frente.

“Como eu te disse, minha mãe era usuária, só que eu, burra, fui no mesmo caminho, e aí foi que ela acabou me pegando com isso e eu me senti muito mal, porque eu não queria que ela descobrisse isso, ainda mais da forma que ela descobriu, e por isso eu fiquei meio chateada, mas eu entendi o lado dela. Vergonha, medo da reação dela, sei lá. Medo e não sei explicar o medo, mas, tipo, sei lá, ela me julgar. Porque eu já tenho essa experiência com a minha família toda, por que eu fui atrás disso? Então, essa foi a pergunta que ela me fez. [...] A gente teve uma conversa bem franca [...]”.

Mônica

“[...] a minha mãe se foi e foi suicídio [...] e ela foi no enterro comigo, e aquilo foi muito chocante pra mim; e aí ela estava lá, do meu lado. Sei lá, eu dando esse desgosto pra ela, eu vi a cara de tristeza dela, porque ela realmente se doava pra mim, me tratava mesmo como uma filha, tanto é que ela falou assim: ‘meu filho também já foi nisso, não é novidade pra mim, mas eu não entendo porque você foi atrás disso’ [...]”. **Mônica**

“É como se fosse uma mãe, realmente puxando minha orelha para poder falar que eu realmente estou errada. Só que no abrigo é assim, se eu fizesse algo de errado,

para mim, tudo bem, está errado e eu não ligo, mas, como foi a minha madrinha falando isso, eu senti um peso, eu senti a importância.” **Mônica**

No caso de Maria, o envolvimento com álcool também foi o disparador do maior conflito, e nesse contexto, a cena presenciada pela madrinha ocupou de tal forma a relação a ponto de sua frustração com a afilhada ser grande demais. O ocorrido exerceu papel central no distanciamento definitivo entre ambas; não havia a possibilidade de tamanha falha caber naquela relação.

“Na verdade, foi depois que eu conheci a bebida [...] ela achou que foi esse fato que afastou a gente. Ela achava que eu não ia beber, não ia sair, e, na época, eu estava com 18 anos, eu já tinha completado, foi quando ela me viu embriagada sentada no chão, conversando, dando risada e fedendo a bebida. Realmente eu estava fedendo a bebida, e ela falou: ‘não esperava isso de você. Logo você. Podia esperar de outras pessoas, mas de você não’. Foi quando eu vi que eu decepcionei ela”. **Maria**

Há aspectos da relação que aparecem em estudos anteriores (SOUSA; PARAVIDINI, 2011) e são efetivamente confirmados na escuta desses jovens, quando eles precisam se colocar nesse lugar passivo de ajustamento à expectativa do outro. Em todos os relatos, há a menção de ao menos uma cena de profunda angústia, quando o/a adolescente frustra o padrinho ou a madrinha e tal ato acaba por se configurar como um momento grave, de ruptura, algo que quase se quebra. Os jovens mencionam desapontamento, vergonha, frustração. Como constatamos, em dois dos casos desta pesquisa, essa ruptura se confirmou, ao passo que em outros três a relação pôde ser mantida, ainda que os conflitos permanecessem.

“Antes, eu mandava todos os dias: ‘bom dia Ma, tudo bem com a senhora? Dormiu bem? O que a senhora tem pra hoje?’. E vice-versa, acho que era uma ligação muito forte. Foi quando ela virou pra mim e falou: ‘você tem que aprender a se comunicar com as pessoas, tipo saber de fato o que é importante para você. O que você sente pelas pessoas’. Foi quando eu decidi fazer isso e mandar bom dia todos os dias, mandava todos os dias, e quando eu não mandava, eu chorava, porque virou um hábito pra mim, foi um laço muito grande que eu e ela, a gente teve e acabou. Foi quando eu percebi que não valeria mais a pena ficar criando um laço com as pessoas. Ela nem sabe disso, mas foi quando eu entrei em depressão. Foi quando eu não falava mais com ela, que eu via que a gente ia esfriar, eu entrei em depressão, comia que nem uma vaca leiteira. Já viu grávida? Eu comia até vidro se deixasse, foi quando eu entrei de verdade em depressão. Não sentia mais vontade de sair, não falava mais com ninguém, só falava o básico, me tornei uma pessoa fria com as pessoas e eu não era, eu gostava de abraçar todo mundo, eu gostava de beijar todo mundo, dar carinho para todo mundo. Depois que eu e ela se afastamos de vez, percebi que não tem mais sentido. Tratei minha irmã como se ela fosse um lixo, tratei as pessoas como se não fossem nada, como se fosse um vento que passou e acabou. E acho que isso me machucou muito depois que a gente teve o laço rompido.” **Maria**

No caso de Miguel, a relação estabelecida tem maturidade e abertura para acolher a falha, mas a pressão constantemente se faz presente, e este é o maior conflito vivido pelo jovem:

como ser eu mesmo, com decisões contrárias às dos meus padrinhos, sendo eles tão legais, tão incríveis? Miguel compreende que, ainda que sejam pessoas maravilhosas, é difícil para eles entenderem que as suas realidades são tão diferentes e que as escolhas passam por repertórios diversos e, portanto, não poderiam ser iguais. Ele relata:

“Uma coisa que às vezes a gente tem divergência até hoje é a questão que minha madrinha estudou em escola particular, meu padrinho tem uma vida financeira boa, então, eles não têm muito base da minha realidade. E uma coisa que minha madrinha pontua muito são os estudos, tem que estudar, as provas, ENEM, todas essas coisas. E uma coisa que pra mim é meio difícil é vincular o trabalho com morar sozinho. Quando eu sai do abrigo, com 18 anos, fui para a república. Eu não tinha ninguém, era eu por eu mesmo, na verdade, as únicas pessoas que eu tinha eram os meus padrinhos, então, eles estavam comigo, puxavam minha orelha, falavam que não podia largar os estudos, que tinha que estudar, trabalhar, guardar dinheiro. E uma coisa que às vezes a gente tem de divergência até hoje é a questão que, pra mim, é meio difícil assimilar guardar dinheiro com estudar, porque eles fazem muita questão do estudo, não pode parar de estudar de jeito nenhum. Eu não acho que está errado, só que, às vezes, eles não entendem que para eu, em si, eu pretendo dar uma parada nos estudos para focar numa coisa, porque eu não consigo focar em tantas coisas ao mesmo tempo, e eu não tenho estabilidade financeira como eles têm. Eles trabalham num trabalho bom, tem o apartamento deles, tem uma família que pode dar apoio a qualquer momento e, às vezes, eles não entendem que a minha realidade financeira e tudo é diferente das deles. E eles tentam meio que colocar a minha com base na deles, e se eles conseguem relacionar o trabalho com estudo e com casa, eles acham que eu também vou conseguir, coisas que eu não consigo. Eu sou jovem, tenho que trabalhar muito ainda e estudar; eles, na verdade, são jovens, mas já viveram mais coisas que eu, já estudaram mais que eu e tudo. E uma coisa que eu fico meio assim também com eles e tenho bastante conversas sobre isso, são alguns pensamentos sobre temas diferentes, tipo política, sobre a vida, sobre tudo, sobre estudo, sobre conceitos diferentes e pontos diferentes que a gente tem.” Miguel

“Um exemplo, eu quero pegar o dinheiro que eu tenho guardado e vou comprar uma moto, mas eles vão pontuar pra mim: ‘por que você vai comprar uma moto? É necessário?’. Não, mas eu quero comprar porque eu quero. E tipo, eu quero comprar porque, pra mim, eu vou conseguir andar melhor, posso conseguir um trabalho, fazer um bico, aí eu acabo aceitando, mesmo querendo muito; é uma coisa que eu vejo que, pra mim, é mais necessário do que eles falam que é necessário para mim. Eu aceito para meio que, tipo, não ficar falando não para eles. Eu evito falar um não para eles. Aceito porque tenho medo de falar não para eles e ficarem desapontados pelo fato de eu não pensar igual.” Miguel

O conflito supradescrito nas passagens faz parte do que se vê em muitas relações intergeracionais, portanto, não se trata de exclusividade do apadrinhamento afetivo ou dessa relação específica. Devemos chamar a atenção aqui para a possibilidade de o conflito poder fazer parte dessa relação como uma prática afetiva que tem sua função, seu lugar. Miguel ainda ensaia suas possibilidades de frustrar os padrinhos, mesmo sendo com estes a relação mais importante estabelecida em sua vida. Ele pondera. Não se trata de uma servidão cega, mas sim de uma dificuldade legítima da relação, a partir de realidades e de vivências muito diversas. Miguel relata um momento em que desapontou bastante os padrinhos; conta que foi muito difícil encarar toda a situação e seguir em frente, já que o rapaz não tinha vontade de nem olhar

mais para eles, de tanta vergonha, mas, enfim, conseguiram superar. Os ciclos de “obediência” e de momentos disruptivo, em que seus desejos e atos vêm ao mundo apesar das frustrações dos padrinhos, seguem em ritmo de cuidado, equilíbrio e atenção.

“Eles tiveram mais maturidade que eu, entenderam que não podia ficar todo tempo nisso, desapontado, eles meio que, bola pra frente, agora vamos ajudar a melhorar tudo, vamos ver a sua situação [...]” Miguel

Para Tomás, o fato de ter gerado frustração na madrinha, como no caso de seus atrasos, é algo que o impele a evoluir, sem grande pressão ou angústias, mas por meio de diálogos e empatia. Ele conta que ela lhe explicou que atraso é desconsideração com o tempo do outro, e o rapaz demonstra refletir sobre isso, buscar melhorar, mas sem que haja pressão ou medo de decepcioná-los. Trata-se mais de um propulsor para que possa cuidar desse aspecto de sua personalidade.

Os conflitos existirão em qualquer relação e, quanto mais importante e relevante esta for, mais intensos os afetos que mobilizam. O fundamental é atentar para o modelo de relação que pode ser estabelecido: será um encontro potente, capaz de transformar por meio do conflito e da divergência, fazendo crescer e evoluir, ou será um conflito que achata, apequena, paralisa. O conflito amplia ou limita a existência do outro? Provoca o ajustamento pacífico, servil, ou expande possibilidades?

Adolescentes falham, tal como adultos. Ou melhor dizendo, falham mais do que adultos, contestam limites, experimentam novas situações, testam comportamentos. Isso tudo faz parte do processo natural de amadurecimento e de emancipação, mas nem sempre parece ser fácil caber na relação de apadrinhamento, como se errar fosse um despropósito sem tamanho, inaceitável e indefensável. É importante, em qualquer relação afetiva, mas sobretudo com jovens, a possibilidade de que vivências contestadoras tenham algum espaço, ou seja, que possam haver conflitos e divergência, que desencontros de pensamentos ou de comportamentos, ainda que de risco, sejam elementos para que cada sujeito descubra seu caminho e a consequência de seus atos, com o suporte de adultos.

Patrícia e Maria têm relatos de quem viveu a impossibilidade da continuidade da relação; sem muita clareza acerca de suas responsabilidades no processo, demonstram sua dor em razão do fim da relação. O sentimento de solidão e de falta de cuidado se atualiza na frase que demonstra o distanciamento afetivo entre eles.

“[...] depois desse tempo do abrigo para a república, não teve mais contato. Quer dizer, tem, a gente só fala Feliz Natal, Feliz Ano Novo, essas coisas. Não sei se é eu

ou eles. Às vezes, a gente conversa: “oi, você sumiu”. Não, estou aqui. Não sei.”
Patrícia

Ao ser questionada se se sentiu abandonada, se sente saudades, Patrícia responde:

“Sinto né [saudades], mas vou ficar falando assim? Sei lá. Depois de um tempo, desaparece [a dor], mas fica um negócio lá. Abandonada? Não, meio que mais ou menos, um pouco [...] fica um pouco de mágoa [...] é, ninguém é de ferro”. **Patrícia**

Maria vai mais fundo, descreve de forma enfática e detalhada o impacto da ruptura da relação com a madrinha em sua vida.

“[...] Foi um laço muito grande que eu e ela, a gente teve, e acabou. Foi quando eu percebi que não valeria mais a pena ficar criando laços com as pessoas. Ela nem sabe disso, mas foi quando entrei em depressão. Quando eu percebi que a gente ia esfriar, entrei de verdade em depressão. Comia que nem uma vaca leiteira [...] não sentia vontade de sair, não falava mais como ninguém, me tornei uma pessoa fria. Tratei minha irmã como se ela fosse um lixo, tratei as pessoas como se não fossem nada, como se fosse um vento que passou e acabou. Acho que me machucou muito ter o laço rompido.” **Maria**

Dentre os jovens entrevistados, alguns conseguiram junto a padrinhos e madrinhas elaborar as situações de conflitos e divergências, em outros casos, ainda não compreendem se o que causou a ruptura total da relação foi falha sua – seu ato “*indigno*” nessa relação, sendo eles, portanto, detentores da responsabilidade e da culpa pela falta de continuidade da relação – ou se foi um novo descuido. É possível perceber em seus discursos uma falta de clareza sobre os fatos, um desejo de compreender melhor a razão da descontinuidade da relação. Há crítica também aos padrinhos pela ruptura, mas, ao mesmo tempo, há culpa, sofrimento e um fiapo de esperança. Quanto mais têm a oportunidade de falar desta dor e elaborar seu discurso frente aos fatos, mais potentes aparecem frente a esta relação. De todo modo, a ruptura e novo abandono remonta ao sofrimento ético-político de Sawaia (2014), em que a permanência em um lugar de impossibilidades, de exclusão, de sofrimento é fruto de uma complexidade sistêmica que, talvez, não seja passível de ser superada.

e) Olhando para o futuro

Dos cinco jovens, três ainda têm apadrinhamentos ativos, um enfraquecido e um rompido. Olhar para o futuro nas relações aparece principalmente em relação às que ainda estão ativas, é claro, mas não só.

No caso de Tomás e de Miguel, a questão do tempo, da permanência no longo prazo aparece diversas vezes, é algo bem presente nos relatos e cenas descritas. É como se essa

capacidade de imaginar um futuro junto ao padrinho ou à madrinha fizesse parte ativa da vida deles, sendo uma de suas coisas mais preciosas.

“A gente vai sempre continuar, a menos que, sei lá, mesmo se eu for morar longe, a gente vai continuar se falando por mensagem, mas assim, se falando, com certeza.”

Tomás

“[...] E ele falou pra mim que me amava e não se arrependeu em nenhum momento de ter me conhecido, que está superfeliz de estar comigo e foi o momento que veio a lágrima e eu vi, de verdade, que é para sempre o apadrinhamento. Foi aí que eu falei: ‘com eles, eu vou lutar até o fim, pode acontecer qualquer coisa, mas vou ficar com eles até o último dia da minha vida’.” **Miguel**

Para os casos em que a ruptura ocorreu, tal como se deu com Patrícia e Maria, a visão de futuro traz consigo a dor da perda, e também um fiapo de esperança sobre a retomada da relação. A impotência frente a situação é demonstrada pela dificuldade de elaboração da perda e pela impossibilidade de expressão da raiva pela nova vivência de ruptura, de abandono.

“Se ela estivesse aqui, agora, eu não ia falar nada, ia ficar com vergonha [...] Seguir a vida, sei lá, vai saber se o destino vai unir a gente.” **Patrícia**

O relato de Patrícia constitui um ícone do sofrimento ético-político, da falta de poder em tomar os rumos da própria vida, sendo apenas expectadora do que o destino lhe reserva. Maria também menciona esta questão em sua fala e até cita a música “Deixa a vida me levar”, enxergando-se pouco capaz de conduzir sua vida, e sim muito mais vítima de círculos dos quais não conseguem se desprender. Novamente, o sofrimento ético-político que permeia toda a visão de futuro não permite um plano a ser seguido, executado e ser capaz de transformar uma realidade, mas sim assegura uma das frases mais difíceis de se ouvir, de todas as entrevistas: “Minha vida é assim mesmo, só dor.”

“[...] não tem mais ninguém e você abandona ali, pode se sentir mal também [...] Eu quero você, então, vou até o final e não abandonar no meio do caminho”. **Patrícia**

Ao longo da entrevista, Patrícia vai se percebendo frustrada, chateada, falando de sentimentos que ela ainda não tinha explorado. Poder se expressar sobre o que não achou correto e justo pareceu ter uma grande importância para ela. Da mesma forma, Mônica parece ir se dando conta, ao longo da entrevista, de um processo de distanciamento que está em andamento com a madrinha, segundo ela pelo trabalho e falta de tempo. Finaliza dizendo que vai cuidar mais dessa relação, mostrando a equidade que vai sendo construída entre as duas, sendo ambas responsáveis pelo cuidado e pelo futuro dessa relação. Diz que vai procurá-la naquela mesma semana, que estava com saudades.

“Mas, assim, a gente teve nossos desentendimentos, mas a gente sentou e conversou como duas adultas e deu certo no final”. **Mônica**

A relação estabelecida agora é entre duas adultas, que se gostam e se cuidam. Claro que uma é a madrinha e outra a afilhada, mas há também essa clareza que trata-se de duas adultas que precisam se cuidar mutuamente.

No caso de Maria, olhar para o futuro dessa relação é confuso. Ela sabe e compreende que terminou, mas sua mágoa é grande e ainda tem desejo de poder conversar mais, elaborar melhor toda a história, ainda que não seja para a retomada da relação como foi antes. Existe esse desejo de falar, de se expressar, de viver o conflito com a madrinha em cenas no futuro que não estão planejadas. Estão distantes há mais de um ano mas o discurso de Maria demonstra que ainda a enxerga em diversas cenas,

“Não, e também não sei se saberia qual seria a reação dela e tudo mais. Foi então, antes de tudo isso acontecer, ela virou pra mim e falou: ‘eu estou apadrinhando o Fabrício’. Eu fiquei chateada de verdade... foi o fato de ela ter mentido, e ela foi o tipo de pessoa que nunca gostou de mentira. E ela falou: ‘eu não vou mentir pra você, então, não precisa você mentir pra mim’. Eu já menti várias vezes pra ela, não nego. Já. Só que eu também não esperava isso dela, que ela estava apadrinhando outra pessoa além de mim, e isso me deixou chateada porque ela falou que nunca ia fazer e acabou fazendo. Então, é uma coisa que eu também comento com o Daniel e com todo mundo, não adianta você prometer o mundo inteiro para todo mundo, porque o mundo não é assim. Ou você promete aquilo que, de fato, você falava, e já era acho que a partir do momento que você se compromete a prometer aquilo você não sabe se realmente você vai poder cumprir.’.” **Maria**

f) Avaliando a experiência

Um dado interessante acerca das entrevistas é que parte dos adolescentes gostaria de participar do programa desde o início, enquanto outros lhe ofereceram grande resistência. Assim, foi fundamental a oportunidade que foi oferecida, a partir até de certa insistência por parte dos técnicos do programa. Convidar para participarem dos primeiros encontros, sem que houvesse um compromisso estabelecido, demonstrou ser uma estratégia acertada para a inclusão dos adolescentes no programa.

“[...] L. me falou se eu queria participar do projeto do apadrinhamento e tudo. Aí, primeiramente, eu falei que não. [...] Pelo que L. me falou são pessoas afetivas, que estão lá para te dar carinho, para estar com você em todos os momentos. O nome já diz, apadrinhamento afetivo. E meu maior medo é de pegar uma atenção por eles e no final eles irem embora. [...] Falava que não, neguei mesmo. Fui só para fazer uma média com L. Vou porque ela está pedindo [...] puxando minha orelha. E eu agradeço ela por ter puxado minha orelha.” Miguel

Eu estava trabalhando, estudando e não curtia muito contato, ficava mais na minha [...] Só que M. me incentivou [...] pelo menos tenta, se não gostar não precisa mais continuar e tal, mas eu tentei e gostei. E estou aí até hoje.” Tomás

Muitos dos adolescentes parecem entrar no programa sem compreender muito bem do que se trata; não foi possível averiguar a razão desta falta de clareza, que pode ter relação com o pouco compartilhamento de informações iniciais, ou, talvez, com uma certa resistência compreensível, que faz com que os papéis e o processo não fiquem tão claros para os adolescentes.

Faz-se importante citar que tal dado também é apontado no estudo realizado com 23 afilhados (GOULART; PALUDO, 2014), quando 10 destes afirmam não entender com clareza do que se trata o programa de apadrinhamento afetivo; assim, pareceu-nos interessante refletir sobre mais ferramentas a fim de que objetivos, processos e papéis de cada um dos participantes do programa possam ficar mais claro, principalmente para as crianças e os adolescentes.

Na entrevista feita com Tomás, ele menciona que teve a oportunidade de realizar depoimentos para novos candidatos a afilhados. Embora não tenhamos relatos sobre essa escuta em quaisquer das entrevistas com os jovens, essa possibilidade de compartilhamento de histórias, sobretudo de quem possuía resistências, tal como Tomás, parece constituir uma ferramenta potente para os adolescentes que estão ponderando sua participação no programa. A entrega de material escrito a ser explorado posteriormente com educadores mais próximos das crianças e adolescentes, por exemplo, pode configurar outro bom instrumento.

“Eu incentivaria, da mesma forma que eu fui incentivado, mas na minha visão. Eu falaria que eu também tive essa dificuldade e que para mim foi muito bom. Inclusive, fui convidado pelo pessoal que cuida do apadrinhamento para falar com jovens que iam começar esse processo e fui lá; eles me questionaram algumas coisas [...]” Tomás

“Vale a pena, se escolher a pessoa com quem se conectou, vale a pena. Porque não adianta escolher uma pessoa que você não sentiu nada e foi forçada. Tem que dar conexão.” Patrícia

“Pra mim está ótimo, mas acho que fazer mais dinâmicas no começo para ver se é aquilo mesmo que a criança quer [...] eu fui porque era a única eu tinha [...] sei lá, ter mais opções”. Patrícia

O já mencionado estudo de Goulart e Paludo (2014), que escutou 23 crianças e adolescentes (de 8 a 17 anos) participantes de um programa de apadrinhamento afetivo demonstrou resultados positivos, haja vista que todos os participantes relatam que o apadrinhamento *trouxe mudanças positivas e importantes para a sua vida*. Os jovens trouxeram o mesmo em seus relatos.

“Sou muito grata pela Instituto por ter feito o apadrinhamento. Consegui uma maturidade que eu não via em mim”. **Maria**

Nas entrevistas realizadas com nossos interlocutores, também constatamos uma avaliação positiva sobre a experiência; todos afirmaram terem gostado muito de participar. De fato, os ganhos existem, e os jovens os reconhecem, pudemos ver em muitas das falas já mencionadas. Mesmo em uma das experiências mais difíceis, com um rompimento dolorido, que foi a da Maria, vimos o relato de uma avaliação bastante positiva.

“Alegria, prazer de ver uma família que precisa de riqueza. Porque tem gente que fala: só porque ela mora no Morumbi bairro de rico, riqueza não traz o que ela trouxe pra mim. Acho que dinheiro não compra felicidade de ninguém, pelo menos a minha nunca comprou e não é agora que vai comprar. Acho assim, dinheiro não compra felicidade, ele ajuda no que é necessário para o ser humano e o que o ser humano necessita no momento. Mas ela me trouxe a riqueza de descobrir do que é uma família, mesmo que seja só mãe e um filho, ou só os filhos sem a mãe. Mesmo que seja separado, mesmo que more só ela e os filhos dela e o marido não ou vice-versa, mas um está sempre do lado do outro. Se um estiver afundando afunda todo mundo, então ela me mostrou uma grande riqueza do que é família”. **Maria**

Ou mesmo no relato de Mônica sobre a importância da madrinha no que tange ao uso consciente do dinheiro.

“Quando eu fiz 16, 17 anos e comecei a procurar emprego e aí minha madrinha começou a me ajudar nessa questão de emprego, começou a me ajudar na questão de dinheiro, que o abrigo não faz. Uma coisa que eu acho que me marcou muito foi ela ter feito uma lista de compras pra mim perguntando: quanto custa um pacote de arroz? Quanto custa um pacote de feijão? Eu com 17 anos não fazia ideia de quanto custava. **Monica.**

Monica traz a questão financeira em diversos momentos da entrevista. Por vezes sua madrinha atuou através do apoio para arrumar emprego, outras vezes para que entendesse o valor das coisas, e outras tantas para aprender a poupar. Tem ainda momentos em que pagou coisas para Mônica, não fosse assim, ela estaria em dificuldades sérias. Na avaliação da jovem, a madrinha foi fundamental nesse aspecto.

[...]Depois ela veio: Mônica, vamos abrir uma poupança vamos guardar um dinheirinho todo mês. E foi isso que me ajudou também, quando eu saí do abrigo, eu tinha um dinheiro guardado graças a minha madrinha, mais uma vez se não fosse a minha madrinha pegar no meu pé principalmente na questão financeira até hoje eu não sei o que seria de mim. Mônica

Por outro lado, pudemos detectar também nos discursos, sobretudo nas relações que não tiveram continuidade, riscos relevantes e repetições de histórias de exclusão e de abandono que geram sofrimento importante.

O Instituto Fazendo História, que coordena o programa, aparece poucas vezes na fala dos jovens, sem que seja expressada muita ênfase, gosto ou desgosto. Mencionam a importância da insistência inicial, bem como o cuidado no começo do processo e nas conversas iniciais, que devem ser francas e abertas. Posteriormente, relatam um certo vazio no acompanhamento. Há menção sobre a falta de apoio e de cuidado após a saída do abrigo, como no caso explícito de Patrícia, ou mesmo no de Maria, que não conseguiu dar continuidade à relação, e, por conseguinte, viveu uma depressão, além do fato de ter tido conhecimento sobre outro apadrinhamento da madrinha, algo que nunca conseguiu compartilhar com uma equipe técnica, a fim de que estes profissionais pudessem acompanhá-la e cuidar dessa situação.

Ao finalizarmos as entrevistas, ficamos tocados com a diversidade de experiências; buscamos compreender os vínculos estabelecidos entre cada jovem e seus padrinhos e madrinhas, bem como a riqueza e a importância das práticas afetivas que identificamos em cada relação, por meio das cenas descritas do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pluralidade das relações de apadrinhamento demonstra a potência dessa estratégia para que a convivência familiar e comunitária seja assegurada a crianças e adolescentes que estão afastados dos pais e familiares. Tomando formas e trilhas diversas, as relações demonstram desempenhar papel importante na ampliação do universo de circulação de quem tem um histórico de institucionalização prolongado.

As histórias contadas pelos jovens sobre si mesmos, relacionadas ao apadrinhamento afetivo, apresentam-nos versões sobre os impactos, as potências e também os riscos desta estratégia de oportunidade de convivência familiar e comunitária; constituem perspectivas relevantes e devem, com efeito, ser consideradas nas políticas nacionais no que se refere à ampliação de programas de apadrinhamento pelo país. Por meio dessas experiências, o nosso campo de conhecimento se amplia e, assim, podemos dispor de uma maior gama de informações que norteiem, da forma mais cuidadosa possível, o apadrinhamento afetivo enquanto programa, os apadrinhamentos afetivos, enquanto relações únicas, singulares e potentes.

Foi possível conhecer – por meio das práticas discursivas dos jovens, e também pelas provocadas pelos espaços de diálogo aberto ao longo do processo desta pesquisa – sentidos para o apadrinhamento afetivo que ainda não se encontram contemplados em versões oficiais, tampouco nas práticas de promoção dessa estratégia relacional que visa ampliar oportunidades de convivência familiar e comunitária; pudemos nos aproximar e conhecer o poder e os riscos contidos na relação entre padrinhos e madrinhas e seus respectivos afilhados.

Se, por um lado, concordamos com estudos (GOULART; PALUDO, 2014) que entendem que o apadrinhamento constitui uma alternativa importante para assegurar a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar, sobretudo àqueles que têm poucas chances de adoção ou de retorno familiar, levantamos nesta pesquisa a importância de que o programa permaneça artesanal, de modo a considerar cada caso, cada situação, apoiando e supervisionando não apenas os adultos partícipes desta relação, mas também as crianças e adolescentes. É fato que, nos estudos apresentados anteriormente, (GOULART; PALUDO, 2014) crianças e adolescentes demonstram terem gostado de participar da experiência, e, apesar de todas as dores presentes em relações que não tiveram uma continuidade e um bom desfecho, eles também demonstram terem exercido uma função na vida de quem participou desses vínculos, haja vista que essa experiência pôde ampliar a sua visão de mundo, expandir o seu universo de trânsito e enriquecer seu repertório de vivências.

Por outro lado, verificou-se por meio deste estudo, que são estão presentes os riscos e as dificuldades desta relação: “Sempre que há um encontro em que há uma diminuição da potência de agir, pelo menos em um dos corpos submetidos a esse encontro, esse que sofreu a diminuição da potência está relacionado com um afeto de tristeza.” (IAFELICE, 2016, p. 49). Há casos em que as práticas afetivas ilustram com bastante fidelidade a reflexão teórica supramencionada.

Desse modo, o apadrinhamento afetivo se configuraria como uma estratégia de promoção de novos vínculos em que cenas agradáveis, prazerosas, podem proporcionar ao adolescente a ruptura com um ciclo de melancolia e tristeza, em direção a um novo ciclo criador, de crescimento e potência de ação, enquanto outros momentos podem o colocar novamente no lugar do sofrimento ético-político, de quem simplesmente precisa se ajustar, passivamente, para poder sobreviver. Concordamos com Spinoza (2014) e com Deleuze (2010) acerca do fato de que, antes de tudo, é por meio dos encontros que nos constituímos. Assim, é preciso um acompanhamento e uma escuta profunda das relações que estão se estabelecendo, seja por parte dos adultos, seja pelos adolescentes, a fim de ajudá-los a lapidar o que pode ser potencializado, bem como cuidar do que está lhes gerando dor.

Segundo Britner, Randall e Ahrens (2014), conduzir programas de mentoria para crianças e adolescentes em situação de acolhimento é ainda mais desafiador do que fazê-lo para jovens vulneráveis, mas que permanecem em suas famílias. A resistência à vinculação é maior, a tendência a comportamentos de teste no tocante a essa relação também; os estudos mostram (GREENSON, 2018) que mais de 40% dos pareamentos não são capazes de atingir o objetivo de promover uma relação afetiva estável, confiável e de longo prazo, com a qual o jovem possa contar. Assim, é preciso refletir com os profissionais que conduzem programas de apadrinhamento para que seja oferecida a oportunidade de lidar – de forma realista e mais cuidadosa – com o fato de que muitos não *darão certo* frente as primeiras e mais ousadas expectativas, e que, dificilmente o término não será motivo de dor, contudo, o processo pode ser menos traumático, mais cuidadoso, mais esclarecido; pode ainda ser menos solitário, como visto em alguns casos que acompanhamos.

A clareza de que cada relação de apadrinhamento tem amplos riscos – e que não há nada de grave nisso, e que o desfecho pode oportunizar meios de expressão para que tanto adultos quanto crianças e adolescentes aprendam com essa experiência, em um processo de amadurecimento conjunto – parece ter um valor ainda pouco sopesado.

O acompanhamento das relações estabelecidas nos evidenciou o desafiador universo do tudo ou nada: ou a relação se desenvolve e se transforma em algo de valor inestimável, de

importância fantástica e esteira de conquistas em diversos campos da vida, ou o desfecho é composto de incertezas, descuidados, frustrações, não ditos e, para os jovens, de uma solidão ainda mais profunda do que a existente antes do apadrinhamento. Ainda que a relação de apadrinhamento não contemple com perfeição seu propósito inicial, é possível que sirva de múltiplas formas a quem dela participou, a partir de uma riqueza de práticas afetivas que auxiliem o sujeito a se constituir e a se reconhecer no mundo como alguém único, capaz de admirar, aprender, criticar e evoluir por meio das práticas afetivas vivenciadas; sobretudo se acompanhado por adultos que o apoiem nesse processo de elaboração. O próprio espaço proporcionado por esta pesquisa se mostrou potente enquanto oportunidade de distanciamento da vivência e de elaboração de emoções provenientes da relação de apadrinhamento.

Pesquisas parecem se multiplicar neste momento, de forma a demonstrar a importância de relações como as de apadrinhamento afetivo; entretanto, são necessários futuros estudos a fim de aprofundar a discussão acerca de pontos delicados que ainda podem ser aprimorados, como os diversos apontados na presente análise. Escutar quem vivenciou a experiência; acompanhar, em longo prazo, o resultado dessa estratégia em diferentes campos do desenvolvimento pessoal, afetivo e social; bem como conhecer de modo mais aprofundado, estudar e valorizar os processos naturais de mentoria que se dão no cotidiano de são algumas das frentes que podem oferecer mais elementos para se refinar as possibilidades de estratégia de apadrinhamento afetivo.

Gostaria de finalizar esse estudo trazendo a fala de um jovem, cujos dizeres representam a universalidade desse depoimento que escutamos, no qual acreditamos e pelo qual nos guiamos.

“No final do dia, nós, crianças e adolescentes, assim, a gente que está num abrigo, especialmente a gente que está afastado dos pais, tudo, tudo o que você quer, tudo, tudo o que você realmente deseja é só amor e carinho. É simplesmente isso, no final.”
(GREESON; SULIMANI-AIDA; MELKMAN, 2020, tradução nossa)

Portanto, que a dimensão afetiva seja nosso norte maior. Enquanto existir uma criança ou um adolescente que não tenha assegurada a possibilidade de viver em família e em comunidade, devemos seguir a postos, a fim de que se concretize o desejo universal expressado acima por esse garoto.

Nós, pesquisadores, militantes, voluntários/as, padrinhos, madrinhas, egressos do sistema de acolhimento, educadores/as, técnicos/as, gestores/as públicos, cidadãos e cidadãos brasileiros precisamos – e vamos – continuar atuando, em frentes diversas, a fim de honrar as crianças e os adolescentes privados de cuidados parentais, oferecendo-lhes o nosso melhor, de

forma comprometida, efetiva e afetiva. Devemos ser o Estado, a família e a sociedade, juntos, a serviço deste desejo mais primitivo e mais sofisticado da humanidade: o de ser cuidado.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, John. **Teoria do Apego**. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011**. Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013**. Altera a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 set. 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnmp/res_cnmp_96_altera_res71_2011.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Relatório Avaliativo ECA 25 anos**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/eca/relatorio_avaliativo_eca_25anos.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União**, Edição Extra, Brasília, DF, 23 fev. 2017.

BRASIL. **Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social**. Ministério da Cidadania. 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/portal-censo>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRITNER, Preston A.; RANDALL, Kellie G.; AHRENS, Kym R. Youth in foster care. In: DUBOIS, David L.; KARCHER, Michael J. (Ed.). **Handbook of youth mentoring**. Sage Publications, 2014. p. 341-354.

CARVALHO, Juliana Castro Benício de. **Trajetórias marcadas**: histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. **O ideal do ego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas**. Relatórios. 2019. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Adoção**. Relatórios estatísticos. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PÚBLICO. **Um olhar atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil**. Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011. Brasília, DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. Coleção Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DAMASCENO, Carine Valeriano. O acolhimento institucional. In: INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Apadrinhamento afetivo**: guia das madrinhas e padrinhos afetivos. p. 10-13. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5c53298caa4a9982d6d54584/1548954007604/GUIA+MADRINHAS+E+PADRINHOS+PARA+WEB.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **“Criando parentesco?”**: um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DOZIER, Mary. Romania’s abandoned children: Deprivation, brain development, and the struggle for recovery. **The American Journal of Psychiatry**, v. 171, n. 6, p. 693-694, 2014.

DUBOIS, David L.; KARCHER, Michael J. (Eds.). **Handbook of youth mentoring**. USA: SAGE Publications Inc. University of Illinois and University of Texas at San Antonio, 2013.

DUBOIS, David L. *et al.* How effective are mentoring programs for youth? A systematic assessment of the evidence. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 12, n. 2, p. 57-91, 2011.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. **Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes: entenda como funciona**. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 2015. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/noticia/9472/Apadrinhamento+afetivo+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes%3A+entenda+como+funciona>. Acesso em: 25 out. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2011. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56b4f6f38a65e204ee2647ab/1454700286830/levantamento_nacional_das_crianças+e+adolescentes_em_serviços_de_acolhimento.pdf%20.. Acesso em: 15 dez. 2019.

GOULART, Juliana Soneto; PALUDO, Simone dos Santos. Apadrinhamento afetivo: construindo laços de afeto e proteção. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 35-44, jan-mar., 2014.

GREESON, Johanna K. P.; USHER, Lynn; GRINSTEIN-WEISS, Michal. One adult who is crazy about you: Can natural mentoring relationships increase assets among young adults with and without foster care experience? **Children and Youth Services Review**, v. 32, n. 4, p. 565-577, 2010.

GREESON, Johanna K. P. *et al.* It's good to know that you got somebody that's not going anywhere: Attitudes and beliefs of older youth in foster care about child welfare-based natural mentoring. **Children and Youth Services Review**, v. 48, p. 140-149, 2015a.

GREESON, Johanna K. P. *et al.* Development & maintenance of social support among aged out foster youth who received independent living services: Results from the Multi-Site Evaluation of Foster Youth Programs. **Children and Youth Services Review**, v. 53, p. 1-9, 2015b.

GREESON, Johanna K. P.; SULIMANI-AIDAN, Yafin; MELKMAN, Eran. **The contribution of mentoring to the life skills of youth leaving care in Israel**. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 2020.

GROSSMAN, Jean Baldwin; TIERNEY, Joseph P. Does mentoring work? An impact study of the Big Brothers Big Sisters program. **Evaluation review**, v. 22, n. 3, p. 403-426, 1998.

HARDT, Michael. **Para que servem os afetos**. Universidade Federal de Pernambuco: Intersemiose, 2015.

HOPE AND HOMES FOR CHILDREN. **Um fim ao silêncio**: fundamentos para eliminar a institucionalização de crianças e adolescentes. Terra dos homens. Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://terra-dos-homens.s3.amazonaws.com/uploads/ckeditor/attachments/45/Um_fim_ao_silencio_fundamentos_para_eliminar_a_institucionalizacao_de_crianças_e_adolescentes_1.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IAFELICE, Henrique. **Deleuze devorador de Spinoza**: teoria dos afectos e educação. São Paulo: Fapesp-EDUC, Editora da PUC-SP, 2016.

IBÁÑEZ, Tomás. Relativismo contra absolutismo: a verdade e a ética. In: IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é Movimento**: Anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo. São Paulo: Intermezzo Editorial Editora Imaginário, 2015. p. 135-150.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. La psicología social en la encrucijada postcons-truccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In **XII Encontro Nacional da ABRAPSO**, Porto Alegre, 2003.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Apadrinhamento Afetivo**: guia de implementação e gestão. São Paulo: IFH, 2017.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Essa é nossa história**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2013.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA; NECA. **História de vida** - Identidade e Proteção. Coleção Abrigos em Movimento. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA; NECA. **Imaginar para encontrar a realidade**: reflexões e propostas para o trabalho com jovens nos abrigos. Coleção Abrigos em Movimento. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MÉLLO, Ricardo Pimentel *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & sociedade**, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; EGRY, Emiko Yoshikawa. A adolescência como um constructo social. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 12-21, 1997.

ORENGO, Leticia *et al.* Apadrinhamento Afetivo: uma oportunidade de construção de novos vínculos. **Publicação CEAPIA**, n. 26, p. 99-109, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. UNICEF, 1989. Disponível em: Unicef.org/brazil/convenção-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 22 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guidelines for the Alternative Care of Children** [Diretrizes de Cuidados Alternativos para Crianças]. Conselho de Direitos Humanos. Genebra, 2009. Disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/11/L.13. Acesso em: 05 ago. 2019.

OZELLA, Sergio. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-46.

RIZZINI, Irene *et al.* **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SÓLON, Lílían de Almeida Guimarães; ALMEIDA, Ivy Gonçalves. A delicada arte da conversa e da escuta. In: Dayse C. F. Bernardi (Org.). **Cada caso é um caso**: estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo, SP: Associação Fazendo História, NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. p. 61-73.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes. 2010. p. 07-13.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. (Coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. **Acolhimento institucional**: a maioria e o desligamento. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2010.

SOUSA, Karollyne Kerol de; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 536-553, 2011.

SPINK, Mary Jane. O Conhecimento como construção social. In: SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 1-17.

SPINOZA, Benedictus. **Ética**. 3. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VALENTE, Jane. **Família Acolhedora**: As relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus Editora, 2013.

VIDIZ, Monica. **Proximity and distance**: an exploration of Brazilian young care leavers' sense of belonging in light of their relationships with godparents in the Befriending programme. London: UCL Institute of Education, 2019.

WEBER, Lídia Natalia; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1996.

WETHERELL, Margaret. **Affect and Emotion**: a new social science understanding. Auckland, New Zealand: Psychology Department, University of Auckland, 2009.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. São Paulo: UBU Editora, 2019.

WINNICOTT, Donald Woods. O alicerce da saúde mental. *In*: WINNICOTT, Donald. Woods. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZERBINATTI, Aline Gabrielle; KEMMELMEIER, Veronica Suzuki. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 6, n. 2, p. 85-95, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevista, perguntas norteadoras

1. Vamos começar falando sobre você um pouquinho:
2. Nome, idade, tempo de acolhimento um pouquinho de como foi o começo de sua vida no acolhimento institucional.
3. Como você imaginava o apadrinhamento antes de começar?
4. Você quis participar desde o primeiro momento?
5. Vamos detalhando. Me conte um pouco sobre o começo, a chegada, a acolhida na família. Lembra do momento do pareamento? Como foi?
6. Como era o seu dia-a-dia como afilhada? Como era a relação com outras pessoas da rede de relações de sua madrinha? E de sua madrinha com sua rede de relações?
7. Onde dormia? As refeições? Lazer? Escola? Datas festivas?
8. Me conta um evento marcante que viveu nessa relação.
9. Tem uma cena que você usaria para descrever o que viveram juntos?
10. Uma atividade comum que faziam juntos?
11. Quais as semelhanças e diferenças entre vocês? E como você lida com elas? Exemplos.
12. Algum momento positivo que você queira compartilhar ainda?
13. Algum momento mais difícil de que se lembre? Como você lidou com essa situação? Algum outro?
14. Teve vontade de parar de participar em algum momento?
15. Se houve um final, conte sobre o encerramento, a despedida. Ou nos conte como está essa relação atualmente
16. Como você descreveria o programa de apadrinhamento afetivo do FH?
17. Compartilhe as conquistas e fatores que favoreceram a boa relação. O que não ajudou tanto?
18. Alguma sugestão para o programa de apadrinhamento do Fazendo História, ou para outros?
19. Alguma sugestão para novos padrinhos e madrinhas?
20. Alguma sugestão para novos afilhados?
21. Você percebe alguma mudança em você ou na sua vida que veio com o apadrinhamento?
22. Você sente que o apadrinhamento afetivo te ajudou a fazer novas conexões? Você acha que te atrapalhou de alguma forma?
23. Se fosse escolher uma palavra para sintetizar a sua experiência, qual seria?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Apadrinhamento Afetivo, como essas relações afetam jovens que passaram pela experiência de acolhimento*, realizada por Claudia de Freitas Vidigal como parte das informações para compor a dissertação de mestrado em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O objetivo dessa pesquisa é contextualizar o apadrinhamento afetivo no cenário nacional e ampliar a compreensão de como as relações de apadrinhamento afetivo afetam os jovens que passaram pela experiência do acolhimento institucional e apadrinhamento afetivo, sobretudo através da escuta dos jovens.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado(a) a participar de uma entrevista aberta sobre este tema. Não há expectativa de certo ou errado, apenas de uma escuta ativa de sua experiência. Essa entrevista será gravada e depois transcrita e será utilizada apenas com fins relacionados à presente pesquisa. Sua identidade será mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Não existe nenhum risco significativo em participar deste estudo. Contudo, algumas questões podem lhe trazer certo desconforto em virtude dos temas a serem abordados. Caso haja necessidade, você poderá entrar em contato com a pesquisadora que fará os encaminhamentos necessários. Agradecemos imensamente a sua disponibilidade de compartilhar uma parte de sua experiência para que possamos oferecer subsídios para novos programas de apadrinhamento afetivo pelo Brasil.

Obrigada

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos desta pesquisa e concordo em participar dela.

Nome: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Sobre o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O presente projeto de pesquisa foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP (CEP-PUC/SP Monte Alegre). O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão autônomo que tem como papel primordial realizar a avaliação e apreciação ética dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, com a finalidade de proteger os direitos da pessoa humana, orientando o pesquisador na realização estudos e pesquisas observando sempre o bem estar e a integridade física, moral e psíquica das pessoas envolvidas.

Endereços para contato:

Com o CEP-PUC/SP Monte Alegre

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Ministro Godói, 969 - sala 63C

CEP 05015-001 - Perdizes - São Paulo – SP

Fone/fax: (55 11) 3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br

Site: <http://www.pucsp.br/cometica>

Horário de funcionamento: de segunda a sexta feira das 9:00 às 18:00 horas

Com a pesquisadora

Claudia de Freitas Vidigal

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Tel. (11) 972616659

E-mail: caufvidigal@gmail.com

Apêndice C - Metodologia de análise

Modelo de tabela utilizada para a classificação de todo o conteúdo de cada uma das entrevistas, identificando as práticas afetivas.

Entrevista na íntegra	Tema	Práticas afetivas
Explica o que é pesquisa, o funcionamento da gravação e pede para que se apresente. - Meu nome é Miguel, eu tenho 20 anos agora fiz no começo do ano, e a minha história antes do apadrinhamento eu não sei por onde começar direito, mas acho que tudo começou quando eu fui para o abrigo no acolhimento quando eu tinha 16 anos, eu tinha acabado de fazer 16, eu estava com os meus 2 irmãos.	Sobre o acolhimento	
... e tinha começado a trabalhar e estava estudando no ensino médio e eu sabia que uma hora ou outra eu tinha que sair do abrigo porque estava prestes a fazer 18 e tinha que sair. E desde que eu comecei a trabalhar eu guardava dinheiro e conseguir arrumar um trabalho melhor e ser efetivado. Sair do abrigo para ir morar sozinho numa república ou coisa do tipo.	Sobre sair do abrigo	
E aí chegaram os padrinhos, como foi o começo do apadrinhamento? - O apadrinhamento eu fiquei sabendo quando eu estava no Grupo Nós, eu estava indo nos encontros do Grupo Nós e a Lais me falou se eu queria participar do projeto do apadrinhamento e tudo. Aí primeiramente eu falei que não, não queria, me neguei ao último desde o começo e ela já tinha me falado isso há um tempo já.	Sobre o começo do apadrinhamento	Aí primeiramente eu falei que não, não queria, me neguei ao último
Por que você negou? - Porque eu acho que sempre na minha vida eu nunca parei na escola, eu sempre estudei tipo em 10 anos eu estudei em 9 escolas diferentes, eu nunca tive amigo fixo, todas as pessoas que me aproximava eu acabava saindo, nunca tive uma moradia fixa em si e tinha medo de me aproximar das pessoas e acabar indo embora e não ter mais esse apego. E pelo que a Lais me falou são pessoas afetivas que estão lá para te dar carinho, para estar com você em todos os momentos, o nome já diz apadrinhamento afetivo. E o meu maior medo é de pegar uma atenção por eles e no final eles irem embora. Que nem os meus irmãos estavam para ir embora para Pernambuco e eu ia ficar em SP e eu ficava com esse medo falava não que eu não queria, negava até o último. Falava que não, neguei mesmo. Até que no último dia quando teve o primeiro encontro do apadrinhamento no caso antes de conhecer meus padrinhos que eram todos os padrinhos e todos os candidatos a afilhados estavam para se encontrar eu decidi só ir, mas sem conhecer ninguém. Fui com o pé atrás, vou ficar na minha só por ir mesmo e fazer uma média com a Lais. Eu vou porque ela está pedindo, daí eu vou. Eu falo pra ela que eu neguei, eu não queria mesmo ela que puxava minha orelha: vai que é bom e eu agradeço ela por ter puxado minha orelha. Eu acho que tipo eu só comecei a querer ir mesmo tipo por causa depois do terceiro encontro que eu acho que a questão de eu ter os padrinhos não foi boa vontade minha porque por mim não, não conversava com ninguém, tanto que tinha a roda de conversa, as atividades as dinâmicas era para interagir e interagia com todas as pessoas, conversava e eu fiquei de canto parado, cara fechada.	Sobre a dificuldade de entrar numa nova relação	Todas as pessoas que me aproximava eu acabava saindo, nunca tive uma moradia fixa em si e tinha tinha medo de me aproximar das pessoas e acabar indo embora e não ter mais esse apego E o meu maior medo é de pegar uma atenção por eles e no final eles irem embora. Fui com o pé atrás, vou ficar na minha só por ir mesmo e fazer uma média com a Lais. Eu fiquei de canto parado, cara fechada.